

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE JORNALISMO
JORNALISMO

Sabrina Helena de Paula Rodrigues Soares

Os números não mentem?
A apropriação discursiva de estatísticas na Folha de S. Paulo

Juiz de Fora
2018

Sabrina Helena de Paula Rodrigues Soares

**Os números não mentem?
A apropriação discursiva de estatísticas na Folha de S. Paulo**

Monografia apresentada ao curso de Jornalismo da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharela.

Orientador: Prof. Dr. Wedencley Alves Santana (Facom/UFJF)

Juiz de Fora

2018

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Soares, Sabrina Helena de Paula Rodrigues.

Os números não mentem? A apropriação discursiva de estatísticas na Folha de S. Paulo / Sabrina Helena de Paula Rodrigues Soares. – 2018.

81 p.

Orientador: Wedencley Alves Santana

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação Social, 2018.

1. Jornalismo. 2. Análise do Discurso. 3. Folha de S. Paulo. 4. Economia. 5. PNAD. I. Santana, Wedencley Alves, orient. II. Título.

Sabrina Helena de Paula Rodrigues Soares

**Os números não mentem?
A apropriação discursiva de estatísticas na Folha de S. Paulo**

Monografia apresentada ao curso de Jornalismo da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharela.

Aprovada em (05) de (dezembro) de (2018)

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wedencley Alves Santana - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Cristiano José Rodrigues
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Flávio Lins Rodrigues
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso aos meus pais, Salvina e Sergio, por todo incentivo, amor e apoio constantes.

AGRADECIMENTOS

Primeiro, agradecer aos meus pais, Salvina e Sergio, que foram fundamentais para que este momento existisse. Apoiaram-me em todas as minhas escolhas e fizeram o que podiam.

Agradeço também aos meus irmãos, Senna e Sidiney, pela parceria e incentivo.

Ao meu namorado, Gustavo, pela cumplicidade, amor e suporte.

Ao meu Orientador, Weden, pela contribuição na elaboração deste trabalho.

Aos professores pelos conhecimentos e experiências adquiridas ao longo da faculdade.

Por fim, agradeço a todos que torceram por mim e pelo meu sucesso!

RESUMO

Este trabalho visa a analisar a utilização de dados estatísticos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) em matérias econômicas do jornal Folha de S. Paulo. Foi empregado o método de Análise do Discurso em 17 publicações dos anos de 2006, 2010 e 2014, entre os meses de agosto a outubro. As matérias tiveram a construção do texto jornalístico observada, por meio do conceito de Formação Discursiva (ORLANDI, 1999) e pela classificação de práticas discursivas (RIPPEL; CAMPOS; ALVES, 2016). Com o estudo foi possível notar e mapear a incidência de discursos nas produções jornalísticas.

Palavras-chave: Jornalismo. Análise do Discurso. Folha de S.Paulo. Economia. Pnad.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	12
1	JORNALISMO, ECONOMIA E DISCUSSÃO DA OBJETIVIDADE.....	14
1.1	O Estabelecimento do Jornalismo Econômico a partir dos anos de 1960.....	14
1.2	Jornalismo e a Discussão da Objetividade.....	17
1.3	A Trajetória da Folha De S. Paulo.....	20
2	DISCURSO E JORNALISMO	23
2.1.	Questões de Análise do Discurso.....	23
2.2	Apresentação de Conceitos e Métodos de Estudo.....	26
3	ANÁLISE DO DISCURSO.....	28
3.1	Publicações 2006.....	28
3.1.1	Outubro de 2006.....	29
3.1.2	Setembro de 2006.....	32
3.2.	Publicações 2010.....	49
3.2.1	Outubro de 2010.....	50
3.2.2	Setembro de 2010.....	53
3.3	Publicações 2014.....	64
3.3.1	Outubro de 2014.....	65
3.3.2	Setembro de 2014.....	68
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
	REFERÊNCIAS.....	81

INTRODUÇÃO

Os dados estatísticos significam para o jornalismo uma garantia de respaldo para as informações colocadas. Por meio deles é possível criar no receptor a percepção de veracidade no que é dito, porém, essa sensação deve ser avaliada com precaução.

Um número levantado por um órgão demonstra a quantificação do que se propôs a dimensionar. Em cima dos indicadores são inseridas interpretações e significações, trazendo para a pesquisa outro olhar que não era o inicial.

No Brasil, a principal entidade provedora de informações e dados é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com a produção e análise de estatísticas constantemente. Dentre os temas abordados estão: população, trabalho, saúde, educação, comércio, serviços e meio ambiente.

Este trabalho de conclusão de curso buscou analisar se dados de uma mesma fonte podem ser lidos de maneiras diferentes em períodos eleitorais distintos. A análise tem como hipótese a ser verificada a suposição de que a leitura dos números é variável e se altera de acordo com os governos presidenciais. Para tal verificação foi utilizado o método de Análise do Discurso, tendo como objeto de estudo o jornal Folha de S. Paulo, sendo investigada a forma como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) foi empregue nas matérias de agosto a outubro dos anos de 2006, 2010 e 2014. A Pnad é realizada pelo IBGE e trabalha variados aspectos da sociedade brasileira. Para o trabalho foi observada a Pesquisa com desdobramentos voltados para a economia com a seleção de publicações que tratassem dos índices do levantamento.

Para isso, o trabalho foi dividido em três partes. No primeiro capítulo foram discutidas as relações que compõem o tema do estudo. Tratamos do fortalecimento da temática econômica no jornalismo a partir dos anos de 1960. Expusemos conceitos sobre o estabelecimento da objetividade nos textos jornalísticos. E fizemos um breve histórico a respeito da trajetória do jornal utilizado como objeto de estudo, a Folha de S.Paulo.

No segundo capítulo entendemos acerca da problematização deste trabalho. Discorremos quanto à configuração do discurso no jornalismo. Evidenciamos questões de análise do discurso que foram norteadoras para a averiguação. Apresentamos também quais os conceitos e os métodos de estudos que seriam empregados, além das justificativas para a definição do conteúdo desta pesquisa.

O terceiro capítulo traz a análise do discurso nas matérias do jornal Folha de São Paulo que mencionaram a Pnad nos anos eleitorais de 2006, 2010 e 2014, entre os meses de agosto a outubro. Na verificação das matérias foi examinada a existência de cinco práticas

discursivas: narrativa, persuasiva, injuntiva, expositiva e lúdica. Analisamos qual a forma foi predominante em cada matéria e, posteriormente, no todo daquele ano. Além disso, destacamos se as publicações continham mais o discurso político ou o econômico.

1 JORNALISMO, ECONOMIA E DISCUSSÃO DA OBJETIVIDADE

Neste capítulo trataremos da consolidação do Jornalismo Econômico a partir dos anos de 1960, momento em que houve fortalecimento da temática nas publicações diárias em razão da situação política do país. O regime militar contribuiu para que a economia fosse abordada de forma mais intensa, visto que assuntos relacionados à política recebiam maior censura.

Abordaremos como a noção objetividade atua nas publicações e como isso pode interferir na condução das informações e na percepção de quem recebe a mensagem. Para tal serão apresentados conceitos acerca da definição de objetividade no jornalismo.

Por fim, trataremos da trajetória do jornal Folha de S. Paulo, utilizado como objeto de análise neste trabalho. Serão colocados fatos históricos que colaboraram para a organização do veículo nos dias atuais.

1.1 O ESTABELECIMENTO DO JORNALISMO ECONÔMICO A PARTIR DOS ANOS DE 1960

Nos dias atuais, é inimaginável pensar em um jornal que não trate da temática econômica. Constantemente entramos em contato com alguma informação que aborde o assunto, seja por meio de portais de notícias ou pelas redes sociais.

A editoria de economia é uma das que possui mais pautas a serem trabalhadas e também uma das mais impactantes para a sociedade. Quem não quer saber sobre como está a situação de seu país? Se deve se preocupar com os preços de suprimentos, por exemplo.

A temática retratada nos jornais funciona como um termômetro para as pessoas e, às vezes, como a única fonte de informação sobre o assunto. Por mais que as informações econômicas estejam disponíveis em outros lugares, é por meio das publicações jornalísticas que elas são condensadas e ganham o caráter de informar.

Um exemplo de como a editoria é importante para o acesso e a discussão do tema são as pesquisas estatísticas. Frequentemente, são realizadas análises sociais, econômicas, políticas, a respeito de situações que afetam a vida em sociedade, porém elas acabam ficando apenas como uma contabilização para o órgão que realizou o levantamento.

Fica a cargo do jornalismo ter contato com esses dados estatísticos e mostrá-los ao público, visando a evidenciar os enredos econômicos existentes, como ressalta Erbolato. “Partindo da ideia de que o papel do jornalismo econômico é o de contribuir para impulsionar

o progresso, fazendo análises, emitindo sugestões e esclarecendo a realidade econômica” (ERBOLATO, 1981, apud JACOBINI, 2008, p. 190).

Considerando o contexto brasileiro, a pauta corriqueiramente tratada pela editoria econômica é a instabilidade com que passa o país: alta dos preços, desemprego, inflação e entre outros. Se estivéssemos nos anos de chumbo¹ essas conjunturas teriam que ser ignoradas, como ocorreu por muito tempo, e talvez daí se explique o sucesso da editoria atualmente.

Durante alguns anos não se podia abordar qualquer assunto nos jornais, a editoria de economia integrou as temáticas que necessitavam de avaliação por parte do governo para serem expostas. Para Barbosa, variadas condições foram relevantes para que a modalidade tivesse o destaque que tem na contemporaneidade, entre elas a censura durante a ditadura.

Diversos fatores, no nosso entender, contribuem para a supremacia do jornalismo econômico como tema dominante também nos jornais diários a partir de da década de 1970: o apartamento de temas políticos, em função do controle da informação durante o regime militar; o alinhamento da imprensa com a sociedade política que tinha no sucesso econômico discurso privilegiado; a conjuntura histórica mundial marcada por um cenário político-econômico de adoção de paradigma do chamado neoliberalismo; a emergência e consolidação do processo de globalização, instaurando uma visibilidade sem precedentes para os temas da chamada revolução tecnológica que resvalam em aspectos de natureza econômica (BARBOSA, 2007, p.223).

Traçando um breve histórico da efetivação da temática econômica no jornalismo, é a partir dos anos 1960 que o modo obtém maior destaque. Segundo Quintão (1987), a situação se configurou devido a uma demanda mundial por notícias por parte de empresários, economistas, assessores, estudantes e faixas mais esclarecidas da população.

As discussões econômicas passaram a ocupar o lugar antes destinado a política, principalmente, no período do regime militar. Como aborda Caldas (2005), a partir dos anos 1960, os jornais procuraram se organizar para que suas editorias de economia tivessem os profissionais mais prestigiados do ramo. Foi a editoria que mais cresceu e ganhou visibilidade.

Devido às circunstâncias políticas a editoria cada vez mais teve a possibilidade de buscar espaço nas páginas dos jornais. Ainda de acordo com Caldas (2005), a editoria teve que se adaptar ao momento político do Brasil e se especializou no segmento de economia popular.

Além disso, o jornalismo econômico foi levado à televisão e recebeu bons retornos. “Até os anos de 1970, a televisão não tinha experiência em lidar com assuntos

¹ Denominação dada a ditaduras militares. No Brasil, o regime se estabeleceu entre os anos de 1964 a 1985.

econômicos. Havia somente uma certeza: o público de TV abrange diferentes classes sociais. Então, nada de economês; a linguagem popular era obrigatória” (TAVARES; CORREA, OMENA, 2015, p.4).

Com a execução de ações, por meio de um plano econômico, visando o crescimento da economia alinhado a redução da inflação, os militares alcançaram um grande avanço no país, dando origem ao período denominado “Milagre econômico”, ocorrido entre 1968 a 1973. “Por essa expressão entende-se um período de vários anos consecutivos em que a economia do país, favorecida por vários fatores e circunstâncias, teve um crescimento acelerado” (BRUM, 1997, p.322).

Mesmo não tratando de questões polêmicas na época, o noticiário se voltou para a melhora financeira obtida no país, com um grande número de matérias abordando o assunto. “O destaque dado às notícias exaltando o “milagre econômico” cresceu e surgiram tanto os primeiros editores especializados quanto a necessidade de um espaço voltado especificamente para o assunto” (JACOBINI, 2008, p. 194).

O momento de expansão durou apenas até os anos de 1973, quando a economia mundial foi atingida pela alta nos preços do petróleo, o que impactou financeiramente o Brasil. Em virtude disso, a inflação retornou dando fim ao milagre.

No contexto de instabilidade, a situação pode se alterar repetidamente, daí se estabeleceu a agilidade e a precisão necessárias às matérias econômicas. “Uma informação sobre as taxas de inflação, ou das cadernetas de poupança, ou dos reajustes cambiais, [...] torna-se tão importante para [...] seus leitores quanto o valor intrínseco das próprias moedas” (QUINTÃO, 1987, p. 82).

Conforme Kucinski (2000), no período de redemocratização iniciado nos anos de 1980 a economia ocupava o foco da temática jornalística. “Foi um momento que favoreceu o surgimento de novos termos e jargões típicos a essa forma de pensamento, como globalização, mercados emergentes e reinserção competitiva” (KUCINSKI, 2000, p. 188).

Com o fim da censura era possível questionar e discutir a crise pela qual o país enfrentava. A temática passou a ocupar um espaço maior também na televisão. “A democratização foi também um movimento de ampliação do espaço para imprensa econômica” (BASILE, 2002, p. 75).

A partir do estabelecimento da democracia foram incorporadas as matérias econômicas os dados estatísticos e termos específicos da área. “Aparecem repórteres especializados em siderurgia, finanças, matérias-primas, química e derivados, mercados de capitais e outros” (QUINTÃO, 1987, p. 96).

Por meio dessas formulações a editoria de economia ganhou a configuração que conhecemos hoje. Os recursos tecnológicos permitiram ao jornalismo econômico a manutenção de sua relevância, dado a possibilidade da utilização de gráficos, imagens, vídeos e entre outros para a composição de uma matéria.

A atuação do jornalismo econômico é uma das maneiras democráticas de se conhecer e conhecer aos outros. “Uma imprensa econômica forte, competente, combativa, sensata, criativa é uma das melhores formas que o país pode ter para se ver no mundo, para se ver bem” (BASILE, 2002, p. 91).

1.2 JORNALISMO E A DISCUSSÃO DA OBJETIVIDADE

Falar em objetividade é remeter a ideia de clareza no que é exposto. Por definição o conceito está relacionado a uma representação fiel e exata de um objeto. Essa concepção é comum quando pensamos no texto jornalístico. Comumente, é cobrado do jornalista que as informações sejam diretas, sem rodeios ou invenções.

Porém, ao se estruturar uma notícia ou reportagem algumas escolhas serão feitas por quem redige. Quando algo acontece não há um modelo de texto para se seguir. Existe apenas o acontecimento e os inúmeros caminhos de construção para a matéria. Cabe ao jornalista dentro dessas opções definir qual cumprirá melhor o objetivo a que se pretende alcançar. É informar? Persuadir? Expor? Dialogar? Está, literalmente, na mão de quem escreve essas possibilidades.

Como ressalta Barros, escrever uma mensagem se constitui em escolher e eliminar alternativas. Redigir é determinar quais as palavras, as fontes, as imagens e até quais situações serão expostas.

O texto informativo, como qualquer enunciado, é um processo específico de individualização da linguagem enquanto código de significação. Quando um jornalista redige uma matéria, materializa um processo ininterrupto de escolhas e de eliminações que acabam constituindo uma mensagem entre uma infinidade de possibilidades preteridas. Além das escolhas estritamente formais de sintaxe e léxico, opera-se uma seleção temática (BARROS, 1995, p.65).

Daí a necessidade de informar com precisão. Conforme Meditsch, raramente o público terá contato com o outro lado de uma notícia, que não seja a parte mostrada.

A notícia é apresentada ao público como sendo a realidade e, mesmo que o público perceba que se trata apenas de uma versão da realidade, dificilmente terá acesso aos critérios de decisão que orientaram a equipe de jornalistas para construí-la, e muito menos ao que foi relegado e omitido por estes critérios, profissionais ou não (MEDITSCH, 1997, p.10).

A partir disso como pensar a objetividade? Dentro do universo das notícias e reportagens existe um contexto. Ser objetivo pode não significar ser o mais transparente. Para Abramo, quando não há um posicionamento claro, implicitamente, se está posicionado a algo.

Na medida em que o jornalismo tem de tratar do mundo real, “natural” ou “histórico”, e que esse mundo real é repleto de contradições reais, de conflitos, de antagonismos e de lutas, o que significa realmente ser neutro, imparcial ou isento? “Neutro” a favor de quem, num conflito de classes? “Imparcial” contra quem, diante de uma greve, da votação de uma Constituição? “Isento” para que lado, num desastre atômico ou num escândalo administrativo? (ABRAMO, 2016, p.54).

A objetividade no senso comum estaria atrelada a se manter alheio ao que é transmitido conferindo assim veracidade à informação. O senso se compõe como algo partilhado, naturalizado entre a sociedade em geral. “A atitude natural é a atitude da consciência do senso comum precisamente porque se refere a um mundo que é comum a muitos homens. O conhecimento que eu partilho com os outros nas rotinas normais, evidentes da vida cotidiana” (BERGER; LUCKMANN, 1966, p.40).

O percurso entre o acontecimento e sua exposição existe pela atuação de um jornalista. Antes de se colocar como mediador o jornalista traz em si suas vivências e concepções, algo que faz parte de sua essência. Duas pessoas vendo o mesmo fato terão percepções distintas do ocorrido.

Entre o fato e a versão que dele publica qualquer veículo de comunicação de massa há a mediação de um jornalista (não raro, de vários jornalistas), que carrega consigo toda uma formação cultural, todo um background pessoal, eventualmente opiniões muito firmes a respeito do próprio fato que está testemunhando, o que o leva a ver o fato de maneira distinta da de outro companheiro com formação, background e opiniões diversas (ROSSI, 1991, p.10).

De acordo com Schönhausen, a imparcialidade, relacionada usualmente ao ideal de objetividade, deve receber atenção, sendo observado como o jornalismo deve atuar quando se está estruturado nesse princípio.

A norma da imparcialidade ou objetividade está atrelada em primeira mão com uma determinada concepção sobre a função do jornalismo, que é a de uma instância de mediação neutra da comunicação social, e esta função pode derivar tanto de uma posição econômica pragmática quanto de uma postura ideológica [...] Decisiva para a condução da norma da imparcialidade ou para a parcialidade é a pergunta sobre qual função o jornalismo deve exercer (SCHÖNHAGEN, 1998, p. 260).

No meio jornalístico ser objetivo soa como um princípio reconhecido de profissionalismo. Essa visão é perpetuada dando a quem escreve à colocação de possuidor da verdade. A objetividade deve ser percebida como uma forma de dizer e não como mérito de conteúdo, como realça Santana.

A discussão sobre objetividade, além de vir carregada de considerações de conteúdo, é marcada pela posição epistemológica de que é possível ao homem a posição do ‘olhar de Deus’, fora do ambiente cultural, ideológico, ou do próprio mundo. Somente assim, sem os vícios de uma inserção no ambiente do próprio objeto que investiga, é que se pode imaginar um “pensar” ou “dizer” livres de crenças e valores (SANTANA, 2001, p. 10).

Para Bentele (2008), a objetividade deve ser entendida como a adequação de uma representação à realidade. Desta forma, o conceito trata da relação entre a realidade social e a midiática.

Segundo Sponholz, o conceito pode configurar uma forma de se conhecer a realidade, ou seja, uma possibilidade de aproximação da verdade.

Objetividade em jornalismo deve ser entendida como a relação/conexão entre realidade social e realidade midiática, como a busca e a aproximação da realidade através do jornalismo. Objetividade jornalística, por sua vez, deve ser entendida como o conjunto de normas e regras para a observação da realidade, que tem como objetivo a produção de uma semelhança estrutural entre realidade social e realidade midiática. Objetividade é portanto uma discussão sobre a possibilidade de se conhecer a realidade, ou seja, uma questão para a teoria do conhecimento (SPONHOLZ, 2003, p.111).

Abramo destaca que o jornalismo pode ser construído com a objetividade, porém para isso é necessário que exista o compromisso em transparecer ao público quando algo é uma mera exposição ou contém juízo de valor.

O reino da objetividade é a informação, a notícia, a cobertura, a reportagem, a análise, assim como o reino da tomada de posição era a opinião, o comentário, o artigo, o editorial. É fundamental separar e distinguir informação de opinião, indicar as diferenças de conteúdo e forma dos gêneros jornalísticos, e apresentar toda a produção jornalística ao leitor/telespectador de forma a que ele perceba imediatamente o que é a exposição da realidade, e o que é ajuizamento de valor (ABRAMO, 2016, p.58).

A objetividade está além de se colocar como indiferente a situação retratada. Sponholz salienta que apenas ignorar o contexto não é ser objetivo.

O fato de um jornalista não ter uma opinião sobre o tema ou abdicar desta não torna necessariamente o seu trabalho mais objetivo. A postura de um repórter que notícia sobre um genocídio sem se alterar, sem tomar uma posição, não é objetiva, desumana (SPONHOLZ, 2003, p.120).

Observar a estruturação do conceito de objetividade nas publicações deve ser uma constância para entender a colocação das informações e dos sentidos intrínsecos a elas.

1.3 A TRAJETÓRIA DA FOLHA DE S. PAULO

Por meio do acervo histórico da Folha de S. Paulo² delinearemos um conciso histórico desde a fundação até os dias atuais, tendo como referência o próprio portal do veículo de comunicação.

A trajetória do Grupo Folha começou em 1921, com a criação do jornal "Folha da Noite", que tinha a abordagem voltada para a classe média urbana de uma sociedade apoiada na monocultura do café. Criado por Olival Costa e Pedro Cunha o jornal noticiava principalmente as deficiências dos serviços públicos. A redação foi instalada na rua São Bento, 66-A, na cidade de São Paulo.

Em 1925, o jornal se transfere para um casarão na rua do Carmo, 7-A, onde ficavam as oficinas, a Revisão, a Redação e os escritórios da administração. Em julho, foi criado a "Folha da Manhã", uma edição matutina da Folha da Noite.

No mês de janeiro de 1931, o jornal passa a ter como proprietário o cafeicultor Octaviano Alves Lima, que prioriza a defesa dos interesses da lavoura, defende o liberalismo e se opõe ao Estado Novo. Ainda no mesmo mês, o nome da companhia é modificado para Empresa Folha da Manhã.

Nos anos de 1945, José Nabantino Ramos assume o controle acionário. A partir deste período a imparcialidade é adotada como política redacional. Os jornais defendem o ensino público e a cédula única.

No ano seguinte a impressão dos jornais passa da rua do Carmo para a rua Anhangabaú. E em 1949 a Redação se muda da rua do Carmo para o edifício na alameda Cleveland. Já a administração, a publicidade e a composição vão apenas no ano posterior. Em 1º de julho, é lançado o jornal "Folha da Tarde".

Em 1950, a impressão das "Folhas" se desloca para o prédio entre a Barão de Campinas e a Barão de Limeira. O espaço ainda estava em construção.

Três anos depois, o ambiente passou a abrigar todas as instalações das Folhas: administração, Redação, publicidade e oficinas de composição e impressão. O grupo Folha se mantém até hoje no mesmo lugar.

Ainda na mesma década, no ano de 1958, começa a circular a Ilustrada, um caderno sobre cultura e variedades. Até o momento não havia um caderno específico para a temática.

² Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/institucional/historia_da_folha.shtml?fill=4 e https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_folha.htm

Em 1º de janeiro de 1960, os três títulos da empresa se fundiram, dando origem ao conhecido jornal Folha de São Paulo. Posteriormente, em 1963 foi lançado em São Paulo o jornal "Notícias Populares". O noticiário viria a ficar famoso justamente por seu conteúdo popular, voltado para pautas do dia-a-dia, e por vezes, com teor sensacionalista. No ano de 1965, o Grupo Folha incorpora a publicação.

Em 19 de outubro de 1967, a Folha da Tarde voltou a circular, algo que não acontecia desde a unificação dos três jornais. Neste período também a Folha começa a implantar a modernização de seu parque gráfico, o que culminaria na conquista da liderança na imprensa diária brasileira nos anos 80. O jornal foi pioneiro na impressão offset em cores, usada em larga tiragem pela primeira vez no país.

Nos anos de 1970, é adotado o sistema de fotocomposição em vez da composição a chumbo. O modo revolucionou o mercado de produção industrial:

[...] através do uso de matrizes planas gravadas em fitas magnéticas, filme, fita perfurada, discos e outros instrumentos desse novo tipo de composição mecânica com o auxílio de computadores eletrônicos (SILVA, 1985, p. 77).

Todo o jornal passou a ser feito em máquinas de fotocomposição no início de 1974.

Durante o período de redemocratização, em 1976, a Folha dispõe suas páginas para o debate de ideias que movimentavam a sociedade. Em 22 de junho, passa a circular "Tendências/Debates", com textos de intelectuais e políticos perseguidos pelo regime militar.

A partir da década de 80 a Folha assume a liderança da imprensa diária brasileira.

Em 1983, o jornal se torna a primeira redação informatizada da América do Sul por meio da instalação de terminais de computadores para a Redação e edição de texto. Com a incorporação a publicação diminuiu o tempo no processo de produção em 40 minutos. Neste período é criado o Datafolha, um instituto de pesquisa de opinião pública e de mercado. O órgão fica responsável se volta para o levantamento de temas de interesse dos leitores e fornece informações à produção editorial.

No ano seguinte, surge o documento de circulação interna, "A Folha depois da campanha Diretas-já". Ainda neste ano, a Folha introduz o Manual da Redação. Pela primeira vez, um manual de jornalismo traz a concepção do jornal, desde a política editorial às fases de produção. Nos anos seguintes, o projeto editorial é alterado, buscando acompanhar as inclinações sociais.

Em 1991, o noticiário é reorganizado em novos cadernos de circulação diária. O jornal passa a ofertar os cadernos Brasil, Mundo, Dinheiro, Cotidiano e Esporte. Neste mesmo

ano, a Folha é o primeiro veículo da imprensa brasileira a solicitar o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello.

No ano posterior, o empresário Octavio Frias de Oliveira passa a deter a totalidade do controle acionário da companhia. Em janeiro, o grupo se estabelece como o jornal com a maior circulação paga aos domingos, obtendo venda média de 522.215 exemplares. A publicação passa por uma reestruturação gráfica, com a Primeira Página circulando colorida todos os dias e a criação do caderno “Mais!” e da “Revista da Folha”.

No ano de 1995, começa a funcionar a Folha Web, o portal de notícias do jornal veiculado pela internet. Consecutivo a inserção no meio digital, em 1996, é lançado o Universo Online em caráter experimental, disponível a todos os usuários da rede. O serviço online se estabeleceu como o primeiro de estrutura porte no país, permitindo a interação com o Banco de Dados para pesquisa, por meio da busca de palavras, de textos integrais publicados na Folha nos últimos três anos. Ainda naquele ano, o Grupo Folha comunica a junção do Universo Online (Grupo Folha) com o Brasil Online (Grupo Abril). Com a fusão é constituída uma nova empresa, o Universo Online S.A, conhecida como UOL.

Em 1999, é apresentado o jornal "Agora" em substituição à "Folha da Tarde", finalizada no dia anterior. O jornal que possuía apresentação gráfica moderna, seria voltado à família do trabalhador paulistano.

Nos anos 2000, o Universo Online busca se fortalecer na América Latina com a realização de duas parcerias com empresas de comunicação. Na Venezuela, o Grupo El Universal adquire 40% do UOL Venezuela e, na Colômbia, o grupo Bavaria passa a ter atuação de 33% no UOL Colômbia. O portal também inicia suas operações no mercado espanhol, com o lançamento do UOL Espanha. No dia 25 de março, é apresentado o Folha WAP, serviço gratuito e pioneiro que disponibilizaria o noticiário e serviços do Folha Online para telefones celulares.

Em 2010, ocorre a unificação das Redações do jornal impresso e on-line. É realizada uma reforma gráfica e editorial. A Folha Online é reestruturada e passa a se chamar Folha.com. Além do lançamento de aplicativos para iPhone, iPad e Galaxy Tab são lançados.

No ano de 2012, a Folha se instituiu como o primeiro site de jornal brasileiro a adotar o sistema de “paywall”, isto é, a cobrança pelo acesso às edições digitais.

Ano passado, o Grupo atualizou sua linha editorial assumindo o compromisso de evidenciar a distinção entre notícia e falsidade. O projeto editorial foi denominado como “Jornalismo profissional é antídoto para notícias falsas”.

2 JORNALISMO E DISCURSO

Apesar da evolução das formas e meios de comunicação, o jornalismo manteve sua posição de informador sobre a atualidade. Por mais que o momento atual do país demonstre o descontentamento com a área, com a popularização de notícias divulgadas via aplicativos, críticas ao modo de informar de veículos tradicionais, e, conseqüente, proliferação de notícias falsas. O jornalismo realiza o papel de buscar, averiguar, montar e divulgar os temas em pauta na sociedade.

A crítica que se faz atualmente aos jornalistas é de que o jornalismo não tem sido imparcial, que estariam tomando partido. A questão é: desde quando não foi assim? Não há uma regra sobre o modo de fazer jornalismo.

A construção de um texto, mesmo seguindo a linha editorial do veículo que se trabalhe, é pessoal e está relacionada às percepções de quem escreve. Um acontecimento não tem roteiro, tem lados e versões. Um texto nunca conseguirá repetir exatamente o que de fato aconteceu.

Ao se escrever são postas observações análises, vivências, além da própria carga que uma palavra possui. “As palavras simples do nosso cotidiano já chegam até nós carregadas de sentidos que não sabemos como se construíram e, que, no entanto, significam em nós e para nós” (ORLANDI, 1999, p.20).

No capítulo 2 abordaremos os conceitos que serão empregados para a análise do discurso nas matérias do jornal Folha de S. Paulo, nos anos de 2006, 2010 e 2014, entre os meses de agosto a setembro. Trataremos dos métodos utilizados para a execução da averiguação. Discorreremos sobre as justificativas a respeito dos critérios de seleção e aplicação da avaliação do discurso nas matérias.

2.1 QUESTÕES DE ANÁLISE DO DISCURSO

Este trabalho de conclusão de curso tem como questão averiguar se os dados estatísticos de uma mesma fonte de pesquisa podem ser lidos de maneiras diferentes em períodos eleitorais distintos, sendo a hipótese a suposição de que a leitura varia de acordo com os governos presidenciais. Para tal verificação será empregado o método de Análise do Discurso, tendo como embasamento o livro “Análise de Discurso: Princípios e procedimentos”, ORLANDI, 1999.

O conceito que norteará a observação é o de Formação Discursiva. Os princípios que serão observados nas matérias pertencem à classificação de Rippel; Campos; Alves (2016) a respeito das práticas discursivas existentes nos textos.

Foram selecionadas 17 matérias do jornal Folha de S. Paulo que tratassem da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (Pnad), realizada regularmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com foco em analisar e coletar dados da sociedade brasileira. As publicações representam três momentos eleitorais diferentes no Brasil, os anos de 2006, 2010 e 2014, entre os meses de agosto a outubro.

A análise se dará pela apuração do texto das matérias por meio da observação do discurso posto. Como destaca Orlandi (1999), a significação do que é escrito não se prende apenas às palavras colocadas. “Os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos” (ORLANDI, 1999, p. 30).

De acordo com Orlandi (1999), o método busca compreender a produção de sentido por um objeto simbólico (enunciado, texto, pintura, música).

[...] a análise visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos. Essa compreensão, por sua vez, implica em explicar como o texto organiza gestos de interpretação que relacionam sujeito e sentido. Produzem-se assim novas práticas de leitura (ORLANDI, 1999, p.26).

Orlandi define o gesto de interpretação como “[...] é o que - perceptível ou não para o sujeito e/ou para seus interlocutores - decide a direção dos sentidos, decidindo, assim, sobre sua (do sujeito) direção” (ORLANDI, 1996, p. 22).

Os discursos são constituídos por condições de produção, uma delas é a relação de sentido (ORLANDI, 1999).

[...] não há discurso que não se relacione com outros. Em outras palavras, os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros. Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Não há, desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis (ORLANDI, 1999, p. 39).

As publicações que serão utilizadas possuem a temática voltada para a economia e utilizam os dados estatísticos da Pnad para a construção dos textos. Se ancorando no conceito de formação discursiva a análise se justifica na medida que:

[...] o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas

“tiram” seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais as posições se inscrevem (ORLANDI, 1999, p.42).

A formação discursiva pode ser definida como “aquilo que numa formação ideológica dada - ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio histórica dada - determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 1999, p.43).

Ao analisar será averiguado como ocorreu a execução do conceito listado acima. Para isso será usada a classificação de práticas discursivas. Segundo Orlandi (1999), todas as palavras compõem um discurso. “As palavras falam com outras palavras. Toda palavra é sempre parte de um discurso. E todo discurso se delinea na relação com outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória” (ORLANDI, 1999, p.43).

Os sentidos se instituem como dependentes das relações constituídas pelas formações discursivas visto que uma mesma palavra pode representar situações diferentes:

Palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes. Por exemplo, a palavra “terra” não significa o mesmo para um índio, para um agricultor sem terra e para um grande proprietário rural. Ela significa diferente se a escrevemos com letra maiúscula Terra ou com minúscula terra (ORLANDI, 1999, p.44).

As práticas discursivas que serão empregadas derivam das funções e das formas que um texto pode conter. De acordo com a classificação de Rippel; Campos; Alves (2016) existem cinco práticas discursivas: narrativa, persuasiva, injuntiva, expositiva e/ou lúdica.

Contar histórias, persuadir, expor (mostrar, exibir), fazer injunções ou divertir, mais do que funções jornalísticas, são práticas discursivas que constituem relações imaginárias distintas entre jornalista (e veículo) e leitor, mobilizam discursos sociais diferentes com relação ao lugar do jornalismo na sociedade, trazem implicações diversas no modo como as relações de sentido e poder se coadunam, e, principalmente e com tudo isso, produzem efeitos de sentidos não necessariamente coincidentes (RIPPEL; CAMPOS; ALVES, 2016: p.3).

Um texto pode apresentar mais de uma prática, além de também poder ostentar a predominância de alguma. Observar uma construção textual a partir dessa perspectiva é consistente dado que as produções jornalísticas são frequentemente consideradas apenas informativas, sendo que podem conter outras percepções, e irem além de apenas informar.

A classificação de práticas discursivas se estabelece da seguinte maneira:

1. Persuasiva – quando o jornalista visa o convencimento do público, a sustentação de uma tese, a partir da defesa ou acusação, aprovação ou desaprovação, elogio ou censura (de uma posição, de uma pessoa, de uma ação).
2. Narrativa – quando o jornalista busca contar uma história, fazer um relato. A narrativa é uma sucessão de eventos com ancoragem temporal, o que significa que, sem o curso do tempo, não há narrativa.
3. Injuntiva – quando o jornalista busca induzir a uma ação, prescrever, instruir, ensinar, ou explicar um procedimento, uma prática. Levar a consumir, ao uso, à adoção de uma postura também se enquadra no modo injuntivo. À diferença do

modo persuasivo, limitado ao fazer pensar, o modo injuntivo tem como fim fazer agir.

4. Expositiva – quando o jornalista busca descrever, mostrar, evidenciar, ilustrar, exibir e representar. O modo expositivo é dêitico – aponta para lugares, pessoas, coisas, características. Elementos expositivos podem compor uma narrativa, mas é preciso não confundir os dois. Visto que a exposição não parte da ancoragem temporal.
5. Lúdica – quando o jornalismo se presta a entreter, divertir, com elementos criativos, jogos de linguagem e arte. São elementos que podem aparecer simultaneamente junto à exposição, numa representação estética; na narrativa, nos efeitos literários ou cinematográficos; ou em matérias tipicamente injuntivas, quando jornalistas se envolvem em simulações, brincadeiras e jogos (RIPPEL; CAMPOS; ALVES, 2016, p.4).

Considerando a categorização será identificado qual o discurso predominante em cada matéria e quais práticas compõem o texto. A verificação se estabelecerá pela composição total da página, sendo examinado também as imagens, os gráficos e as publicidades presentes nas publicações selecionadas.

2.2 APRESENTAÇÃO DE CONCEITOS E MÉTODOS DE ESTUDO

O objeto de estudo desta monografia é o jornal Folha de S. Paulo, sendo avaliada como se deu a utilização de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) em matérias de cunho econômico. A verificação buscará observar quais discursos foram incidentes nas publicações, identificando a existência de cinco práticas discursivas: narrativa, persuasiva, injuntiva, expositiva e/ou lúdica.

A Pnad é realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e avalia aspectos da população, da educação, do trabalho, de rendimento e de habitação. Com a Pesquisa é possível formular, validar e avaliar políticas orientadas para o desenvolvimento socioeconômico da população e para a melhoria das condições de vida no Brasil.

Os critérios empregados para a seleção das matérias se pautaram na temática de economia e na estruturação de textos com os indicativos da Pnad. Para isso foi realizada uma busca no Acervo Digital da Folha com o uso do filtro “economia” na seção “temas”.

A princípio foi estabelecido que a análise utilizaria matérias dos anos de 2006, 2010 e 2014, entre os meses de agosto a outubro. Porém, ao se realizar a busca e posterior leitura das matérias correspondentes ao mês de agosto, não foram encontradas publicações que preenchessem o critério de ter o conteúdo voltado para a Pnad.

As 17 matérias selecionadas se inserem na questão econômica e tratam dos dados da Pesquisa, não sendo relevante para a análise considerar textos que apenas mencionassem a

Pnad, dado que o propósito deste trabalho é observar quais discursos podem ser incididos em informações estatísticas.

No ano de 2014, por exemplo, existe um grande número de menções a Pnad entre o período determinado para a análise, mas boa parte trata da divulgação de números errados de um levantamento realizado pelo IBGE e da crise que se instaurou após o ocorrido. Considerando os parâmetros estipulados essas publicações seriam desimportantes para a realização do estudo.

Os anos definidos para a averiguação representam períodos eleitorais para a presidência do país. Sendo 2006, governado por Luiz Inácio Lula da Silva e com o mesmo concorrendo a reeleição. Em 2010 acontecia o apadrinhamento de Dilma Rousseff por Lula. E na eleição seguinte, 2014, a mesma buscava se reeleger.

A delimitação do intervalo de agosto a outubro ocorreu pela proximidade com a realização das eleições, constituindo-se nestes meses o maior acirramento da disputa dado justamente a iminência da votação.

Das 17 matérias que serão utilizadas para a análise sete correspondem a 2006, cinco a 2010 e cinco a 2014. O mês com mais matérias nos três períodos foi setembro. Outubro contou com apenas uma matéria por ano.

3 ANÁLISE DO DISCURSO

Neste capítulo será realizada a análise do discurso presente nas matérias econômicas do Jornal Folha de S. Paulo, entre os anos de 2006, 2010 e 2014, nos meses de setembro e outubro. Para a execução do estudo foram selecionadas 17 matérias voltadas para temática de economia, e, que, utilizassem os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) em sua estruturação.

O método de análise usará o conceito de Formação Discursiva (ORLANDI, 1999) e a classificação de práticas discursivas (RIPPEL; CAMPOS; ALVES, 2016) para a observação da incidência de discursos nas publicações.

As publicações foram analisadas em ordem decrescente devido à disposição das matérias por meio da busca no Acervo Folha de S. Paulo. As publicações mais recentes aparecem primeiro.

3.1 PUBLICAÇÕES 2006

Em 2006, se encerrava o primeiro mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, sendo a primeira vez que o Partido dos Trabalhadores (PT) chegou ao poder. Lula concorreu à eleição daquele ano e se reelegeu com 60,83% dos votos.

Deste período serão analisadas sete matérias do jornal Folha de S. Paulo que trataram de indicadores da Pnad com foco na abordagem econômica. Das sete publicações, seis correspondem ao mês de setembro.

3.1.1 OUTUBRO DE 2006

· especiaisFINAL 10/13/06 9:36 PM Page 24

capatop feminino

Tateando nessa nova forma de se comunicar, a marca usou uma pitada de humor no filme do Guaraná Active, veiculada em 2004. Sutilmente, a empresa usa uma situação cada vez mais comum no universo das solteiras, que é a de paquerar um homossexual.

O comercial mostrava uma mulher que tentava chamar a atenção de um colega de trabalho. Ela usa o xampu e seus cabelos ficam mais brilhantes. O colega então se aproxima para perguntar qual o segredo dela, que responde que só conta isso para as amigas, os dois riem e saem andando, juntos. “Ainda não tínhamos o conceito totalmente desenvolvido”, frisa Andréa Rolim.

A saída não estava nos produtos, mas no institucional e, no ano seguinte, a Seda lançou a campanha “A vida te despen-teia”, que celebra as mulheres que aproveitam a vida e se preocupam mais em ser feliz do que com o cabelo perfeito. “Essa campanha foi um marco na renovação da empresa, os resultados foram surpreendentes”, comenta a diretora da Unilever.

A campanha leva a assinatura da JWT argentina em parceria com a Orange.

Novos produtos

Ainda no segundo semestre de 2005, a Seda lançou também uma linha para cabelos tingidos — Loiros Radiantes, Castanhos Intensos e Vermelhos Vibrantes. Uma pesquisa interna revelou que as cores do cabelo estão associadas à personalidade das mulheres e o conceito foi usado em campanhas.

Com o sucesso das peças, a Seda fincou pé na linha bem-humorada. O exemplo mais recente vem do filme da linha anti-sponge, que

traz um leão sutilmente avisando uma mulher de que seu cabelo está armado para abordar a tecnologia que mantém a hidratação do cabelo e controla o volume.

O doce sabor da vitória

Há um pouco mais de uma década, poucas pessoas conheciam a marca Zero-Cal. O produto só existia em uma versão, os envelopes de aspartame, e encaixava nas prateleiras por causa de um concorrente mais barato.

Desde que a marca foi adquirida pela DM Farmacêutica, em 1996, o marketing apostou no carisma de famosos para passar a



Cenas do filme da Seda para produto que controla o volume dos cabelos

Poder feminino

A recente divulgação da Pnad 2005 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), feita pelo IBGE, confirmou algo já perceptível: o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho. Dos 2,5 milhões de postos criados no ano, mais da metade (52%) foram ocupados por mulheres. Esse crescimento começou em 1999 e vem se mantendo desde então. Elas somam 44% da população economicamente ativa (33,1 milhões)

No entanto, a renda delas ainda é menor quando comparada à remuneração de homens na mesma função. Apesar do salário ter crescido mais para elas no ano passado —6,3%, enquanto para os homens esse percentual foi de 3,9%— a Pnad registra que o contracheque delas equivale a 71,3% do dos homens na mesma função. Em 2004, elas recebiam 69,5% do que seus colegas do sexo masculino.

Essa melhora do poder de compra feminino foi responsável por um sorriso no rosto dos administradores de cartão de crédito no balanço de 2005. Elas detêm quase a metade dos cartões do país (33,1 milhões do total de 66,7 milhões) e, na comparação com 2004, movimentaram 29,8% a mais do que os homens. A média de crescimento do setor no período foi de 27,1%. Dos R\$ 127,6 bilhões movimentados em 2005, elas assinaram a fatura em R\$ 57,9 bilhões.

O valor médio de compra das mulheres também cresceu 7,1%. Em 2004, era de R\$ 76. No ano passado subiu para R\$ 81. Proporcionalmente, a população feminina possui mais cartão de crédito do que eles: 41% contra 31%. As mulheres usam mais o cartão de crédito em farmácias, lojas de departamento, perfumarias e para comprar roupas e sapatos. Os homens usam os cartões com mais frequência em supermercados, restaurantes, hotéis e postos de serviços, segundo pesquisa da Credicard.

A matéria publicada no dia 24 de outubro de 2006 e intitulada “Poder feminino” aborda a recém divulgada Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2005 tratando do aumento da participação feminina no mercado de trabalho, além de destacar as desigualdades existentes entre homens e mulheres.

A publicação pertencente ao gênero notícia está localizada na página 24 do caderno “Revista Top of Mind” na sua seção “Capa top feminino” dividindo a página com uma matéria sobre as mudanças comerciais da marca Seda, que também é voltada para o público feminino. O texto encontra-se dentro de um quadro rosa, o que demarca a mudança de assunto da página e também confere destaque ao tema.

Ao longo da matéria são exibidos números como a informação de que mais de metade dos 2,5 milhões de empregos criados foram ocupados por elas, cerca de 52%. Ainda segundo a publicação a melhora no poder de compra feminino contribuiu para o crescimento do valor médio de compra, com a elevação de 7,1%, de R\$76 para R\$81.

Na publicação o discurso predominante é o econômico. A matéria foca e é construída em cima dos índices levantados pela Pesquisa, são utilizados aspectos como a melhoria nos salários, o uso de cartões e a maior participação no mercado.

De acordo com o método de análise a ser utilizado o texto na sua maior parte utiliza da persuasão já que busca afirmar através dos dados da Pnad a ascensão da mulher e a sua conquista de espaço, no mercado de trabalho e em poder de compra.

A prática persuasiva pode ser notada já no primeiro parágrafo, em que os indicativos da Pesquisa sustentam o título “Poder Feminino” e visam a trazer para os leitores sua comprovação, considerando o contexto da matéria e a sua localização na página, o que pode ser visto no trecho: “a recente divulgação da Pnad 2005 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), feita pelo IBGE, confirmou algo perceptível: o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho. Dos 2,5 milhões de postos criados no ano, mais da metade (52%) foram ocupados por mulheres. Esse crescimento começou em 1999 e vem se mantendo desde então. Elas somam 44% da população economicamente ativa (33,1 milhões)”.

A forma discursiva também é concebida no terceiro parágrafo, no qual o poder de compra feminino é destacado, valorizando seu crescimento e mostrando os benefícios para economia do maior movimento vindo por parte delas: “elas detêm quase a metade dos cartões do país (33,1 milhões do total de 66,7 milhões) e, na comparação com 2004, movimentaram

29,8% a mais do que os homens. A média de crescimento do setor no período foi de 27,1%. Dos 127,6 bilhões movimentados em 2005, elas assinaram a fatura em 57,9 bilhões”.

A segunda forma presente na matéria é a expositiva, que além de apoiar o objetivo do texto, também demonstra numericamente as questões abordadas sobre o poder feminino, com a exposição dos números levantados pela Pnad: “apesar do salário ter crescido mais para elas no ano passado - 6,3%, enquanto para os homens esse percentual foi de 3,9% - a Pnad registra que o contracheque delas equivale a 71,3% do dos homens na mesma função. Em 2004, elas recebiam 69,5% do que seus colegas do sexo masculino”.

Em contraponto aos avanços obtidos a publicação ressalta o desequilíbrio ainda presente entre homens e mulheres, o que remete a uma terceira prática, a injuntiva, visto que confere a quem lê a posição de se atentar a tais diferenças e dispor-se a combatê-las e contestá-las. Mais do que apenas refletir, a publicação atua como relevante para uma mudança de postura.

3.1.2 SETEMBRO DE 2006

A2 opinião SÁBADO, 23 DE SETEMBRO DE 2006

FOLHA DE S.PAULO

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL... Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S/A

Presidente: LUIS FIAS... Diretor Editorial: OTAVIO FALAS FILHO... Superintendente: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES e JUDITH BURTI

Editoriais

editoriais@fol.com.br

Operação dossiê

Credibilidade da Polícia Federal enfrenta sua prova de fogo: lance decisivo é identificar origem do dinheiro

IMPRESSOALIDADE é o que se espera - mais, é o que se exige - da Polícia Federal na condução dos inquéritos acerca do chamado escândalo do dossiê. Não é trivial apurar todas as circunstâncias da trama criminosas que, partindo do núcleo da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva à reeleição, deslançou um plano para desmoralizar adversários através da compra de informações com dinheiro sujo.

O que está em jogo são as condições eleitorais, legais e políticas para um eventual segundo mandato do presidente da República. Toda sorte de pressão é esperada quando falta apenas uma semana para a votação.

A favor da corporação pesa o seu comportamento recente. A Polícia Federal evoluiu institucionalmente ao longo do governo Lula. Hoje ela investiga delitos e planeja ações com mais eficiência. Suas "operações" anticrime, que foram se multiplicando com o passar do tempo, têm tido impacto positivo no combate às hostilidades simbólicas da impiedade - juizes, políticos e empresários não deixaram de ser investigados e detidos pela PF.

Os agentes federais, no entanto, nunca tiveram de lidar com uma situação politicamente tão espinhosa quanto a deflagrada pela prisão, na capital paulista, de dois petistas com R\$ 17 milhão na semana passada. O episódio do caseiro Francenildo Costa, cujo sigilo bancário foi violado pela Fazenda em março deste ano, é o que mais semelhança guarda com o das diatri-

bes dos "companheiros" Jorge Lorenzetti, Oswaldo Bargas "et cetera".

Daquela feita, porém, a pressão política caiu bastante depois da demissão de Antonio Palocci Filho, e o trabalho da PF acabou subsistindo denúncia aparentemente vigorosa do Ministério Público contra o ex-titular da Fazenda. Agora, é o presidente da República, que não pode ser afastado como se afasta um ministro, que está no centro da crise.

O balanço preliminar da ação da Polícia Federal contra o "dispositivo de inteligência" da campanha lulista tem altas e baixos. A corporação logrou detectar o ato ilícito ainda em gestação e agir com rapidez para deter os suspeitos em flagrante, minimizando a chance de destruição de provas. Foi parcial, porém, ao mostrar apenas parte das evidências capturadas. Exibiu as fotos que supostamente comprometiam José Serra, mas proibiu a divulgação de imagens do dinheiro apreendido com a dupla do PT.

Suspeita também foi a decisão de aumentar o controle da cúpula da PF sobre o caso, afastando do inquérito o delegado que deteve os petistas em São Paulo. A prova de fogo da Polícia Federal ainda aguarda o lance decisivo: a revelação da fonte do dinheiro para remunerar o "dossiê" contra candidatos tucanos. Não há razão para demora nesse processo. Os bancos devem dar ciência imediata ao Coaf - órgão da Fazenda que monitora lavagem de dinheiro - sobre cada saque acima de R\$ 100 mil. Dai se identificarem o sacador e suas conexões com o resto da quadrilha, não há de ser difícil.

Uma falha da PF nesse caso - um furo que a políctica - e vai para o ralo a credibilidade conquistada pelo órgão até aqui.

Em marcha lenta

NENHUM governante ou candidato hesita antes de lutar as benesses do investimento em educação. Especialmente loquaz a esse respeito, a administração petista chega mesmo a atribuir as deficiências no ensino a origem da iniquidade social brasileira. Pela primeira vez em 15 anos, porém, há índices de estagnação no acesso de jovens à escola e no recuo dos índices de analfabetismo.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2005, houve pelo segundo ano consecutivo um aumento no percentual de brasileiros de 15 a 17 anos fora das escolas. Desde 1995, quando estava em 38,1%, o índice vinha caindo em ritmo expressivo. Dez anos depois, chegou a 17,6%. Desde então, contudo, a taxa retrocedeu para 18%, o que representa um universo de 1,9 milhão de adolescentes de 15 a 17 anos sem escolaridade.

A reversão nos índices de qualidade tem início em 2003. Salta aos olhos a dificuldade das várias esferas de governo em implementar uma política eficaz para essa faixa. É preciso criar mecanismos de estímulo à permanência dos alunos em sala de aula. A principal iniciativa do Ministério da Educação para injetar recursos de municípios, Estados e União no ensino médio - o Fundeb - ainda não encontrou meios para se viabilizar. O resultado, como se vê, começa a aparecer nos números.

Vale o mesmo para o analfabetismo. Quando assumiu o governo, o Partido dos Trabalhadores alardeou que alfabetizaria 20 milhões de brasileiros com mais de 15 anos de idade. Os indicadores da Pnad de 2005 frustram as expectativas mais pessimistas: em três anos, foram apenas 213 mil adultos alfabetizados.



"Insanos", mas trambiqueiros

CLÓVIS ROSSI

SÃO PAULO - Impregnado até a alma pela cultura do trambique, o lulopetismo não pára de fabricar dossiês, mesmo depois de apanhada com a mão na massa, a ponto de sete homens de confiança do partido do governo caírem um após o outro, em seqüência raramente vista em qualquer país civilizado.

O dossiê do momento é a insistência de dirigentes do partido, inclusive de Alotório Mercadante, em que o importante é investigar o outro dossiê: aquele que os "insanos" do PT, para usar qualificação de Lula, querem comprar.

É curioso, aliás, que Mercadante demita graduado assessor seu, por estar envolvido na sordezite, mas diga que é preciso investigar o dossiê cuja fabricação é parte da sordezite que o levou a afastar um dos seus próximos.

Ou o assessor prestou um serviço público e, portanto, teria que ser promovido, em vez de demitido, ou fez sujeira e gente de bem não se mete com sujeira.

Mas é a índole petista: quando

apanhados em flagrante, culparam "conspiração da mídia", vêm com o rídiculo da "fantasmagoria" (como se doar na cunca não fosse uma realidade concreta, apalável) e jogam lama sobre todos.

Seus crimes não são importantes; os dos outros, sim, mesmo que não saibam se existem ou não.

Dossiê fabricado para venda é, por definição, descredível. Dossiê aceitável seria o da CPI (que nada aprofunda neste caso específico) e/ou uma investigação do próprio governo sobre a gestão do antecessor. Se a tivesse feito, e se ela apontasse algum envolvimento de José Serra (o verdadeiro alvo do dossiê), aí, sim, teriam que ser tomadas todas as providências.

O dolo é que a investigação atrapalharia as sanguessugas do próprio PT e de partidos aliados, estes sim apanhados pela CPI.

O PT não perde o vício de publicar o mundo. Mas, agora, é tempo de prestar contas. A polícia.

crissi@uol.com.br

FERNANDO RODRIGUES

O escravo das "qualis"

BRASÍLIA - Com um teleprompter à sua frente, Lula discursou: "Eu sou o maior interessado em apurar o que aconteceu nesse negócio do dossiê. Eu quero saber de onde veio o dinheiro, sim. Eu quero saber toda a trama que houve. Mas sobretudo eu quero saber que diabo de conteúdo que há nesse dossiê que pessoas cometeram e enroscada que cometeram".

O presidente foi adestrado para repetir em público o que os seus eleitores já têm falado nas chamadas "qualis", as pesquisas qualitativas - quando um grupo de eleitores faz uma sala discutiendo enquanto especialistas atrás de um espelho falso observam tudo.

As "qualis" mostram que os eleitores das classes C, D e E não entendem direito o caso do "dossiêgate". Muitos nomes, Gediminas, Valdebran, Freud e até um homônimo de marca de chuveiro.

Os eleitores lulistas perguntam sempre "que dossiê era esse" e acham que o governo "não pode jogar para debaixo do tapete". É o que

Lula repete agora toda vez que aparece em público.

As pesquisas qualitativas, Lula tomou um rumo claro nesta reta final.

Antes do "dossiêgate", o petista sonhava em ter a maior votação da história num primeiro turno - o recorde é de Euzébio Gaspar Dutra, que, no longínquo 1945, foi eleito com 55% dos votos válidos.

Além disso, Lula não sabe o que é uma pesquisa de opinião. Lula está agora apenas preocupado em manter os seus eleitores mais fiéis. Retroalimenta esse grupo com os argumentos que eles gostam de ouvir. Quer dessa forma tentar estancar uma eventual sangria de votos quando o caso avançar com a divulgação da origem do dinheiro sujo usado na operação.

É impossível prever se Lula terá êxito. Mas até ele já parece saber que sua vitória, se vier, pode ser menor do que se esperada.

frodri@uol.com.br

LUIZ FERNANDO VIANNA

O Bataclá

RIO DE JANEIRO - Em "Gabriela, Cravo e Canela", Mundo Fialdo representa o novo, a alternativa que sai do Rio para combater os velhos barões do cacau em Ilhéus. Quando morre coronel Ramiro, chefe político local, Mundinho assume o poder sem fazer concessões: estende a mão para que o povo possa a beijar, alia-se aos coronéis, torna-se aquilo que combate.

O retrato da velha Bahia feito por Jorge Amado não envolveu tanto assim, descontados o figurino e alguns detalhes. Lula oferece em adoração as mãos simbolicamente cheias de Bolsa-Família enquanto beija literalmente as do coronel Jader Barbalho - que podiam ser as de Ney Sussuana e de tantos outros. Lula era, há apenas quatro anos, a imagem do novo, espelhada nas pessoas que enchiam Cineclubeis, avenidas Paulistas e ruas de terra para comemorar a correção de uma história destinada a ter sempre os mesmos donos.

Hoje, Lula serve a esses donos para manter um projeto amorfo de poder, alimentado nas entranhas por Freuds, Gediminas, Valdebrans e outras figuras de identidades e funções estranhas.

Mas, se a quadrilha de Collor foi desbaratada em '92, por que a de Lula resiste? É claro que a maior parte da resposta se encontra no legítimo apelo popular que ele tem, assentado sobre seu carisma, os programas de transferência de renda e alguns avanços econômicos.

Não é só. A única alternativa eleitoralmente viável é a sociedade PSDB-PFL parte do PMDB, que produziu oito anos de iniquidades. É a aliança dos doutores dos rincões com os coronéis da USP. Não espanta que Lula esteja na frente.

"Gabriela", há um terreno em que cacareiros, oposicionistas, maquiadores e jornalistas convivem à beira da civilidade: o bordel Bataclá. O governo Lula dá uma saudade da máfia da Maria Machado.

ROGÉRIO GENTILE, editor de Colômbia

FRASES

INTERESSE Como é que um candidato que tem 50% dos votos já há algum tempo... qual é o interesse meu e da minha coordenação em fazer isso?

LUZMÁRCIOLA DA SILVA sobre o dossiê Lutz Inácio, entrevista Folha

SATISFAÇÃO Esperamos que a SAP apure e dê uma satisfação aos trabalhadores. É uma situação preocupante

DAMIEN BOWEN assessor de imprensa do Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional do Estado de São Paulo, sobre o processo Lutz Inácio. O CPT-CTD que há meses trabalha na Secretaria de Administração Penitenciária para obter endereço de agentes penitenciários, ontem na Folha

Com o título “Em marcha lenta” a matéria do gênero opinião publicada no dia 23 de setembro de 2006 trata da estagnação do acesso de jovens a educação e do recuo da queda dos índices de analfabetismo. A publicação encontra-se na página 2 do caderno “Opinião”, na seção “Editoriais” dividindo espaço com textos voltados para o tema de política, como operações da Polícia Federal e críticas ao Partido dos Trabalhadores (PT).

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2005 houve pelo segundo ano consecutivo aumento no número de jovens de 15 a 17 anos fora das escolas. Desde 1993 os índices vinham diminuindo, mas desde 2003 a queda ficou estagnada. A matéria ainda traz dados sobre a alfabetização, ao assumir o governo o PT prometeu alfabetizar mais de 20 milhões de brasileiros com mais de 15 anos, mas segundo a Pnad em três anos o número chegou a 213 mil pessoas.

O discurso prevalente no opinativo é o político. A publicação trata de questões ligadas à educação, porém realça sobre as dificuldades do governo em cumprir os compromissos assumidos para a educação.

Considerando a classificação de práticas discursivas (RIPPEL; CAMPOS; ALVES, 2016) o texto em sua maioria assume a forma expositiva ao trazer dados numéricos a respeito da Pnad, contrapostos com a queda da alfabetização e com promessas do governo petista.

O modo discursivo se manifesta, principalmente, no segundo parágrafo, como pode ser observado no trecho “de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2005, houve pelo segundo ano consecutivo um aumento no percentual de brasileiros de 15 a 17 anos fora das escolas. Desde 1993, quando estava em 38,1%, o índice vinha caindo em ritmo expressivo. Dez anos depois, chegou a 17,6%. Desde então, contudo, a taxa retrocesso para 18%, o que representa um universo de 1,9 milhão de adolescentes de 15 a 17 anos sem estudar”.

Os números conduzem a informação de que houve retrocesso, que apesar de quantitativamente parecer pequeno equivale a 1,9 milhão de pessoas fora da vida escolar, como mostrou a matéria. A exposição contribui para a composição da narrativa de “marcha lenta” na melhora dos índices de escolarização, como pode verificado no primeiro parágrafo, em que há marcação de tempo “Nenhum governante ou candidato hesita antes de louvar as benesses do investimento em educação. [...] Pela primeira vez em 13 anos, porém, há indícios de estagnação no acesso de jovens à escola e no recuo dos índices de analfabetismo”.

No terceiro parágrafo o estilo também foi empregado ao ancorar a mudança nos números em 2003 e trazer os procedimentos realizados pelo Ministério da Educação “A reversão nos índices de queda tem início em 2003. Salta aos olhos a dificuldade das várias esferas de governo em implementar uma política eficaz para essa faixa”.

Além das práticas expositiva e narrativa, a publicação demonstra a forma persuasiva ao buscar o convencimento do público de que as ações adotadas pelo governo não estão sendo tão eficientes quanto o prometido.

A forma discursiva tem como respaldo no texto a Pnad em contraste aos compromissos da administração governamental “Quando assumiu o governo, o Partido dos Trabalhadores alardeou que alfabetizaria 20 milhões de brasileiros com mais de 15 anos de idade. Os indicadores da Pnad de 2005 frustram as expectativas mais pessimistas: em três anos, foram apenas 231 mil adultos alfabetizados”.

FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S/A
Al. Barão de Limeira, 425, Campos Elíseos, CEP 01202-900, São Paulo, SP

Presidente: Luís Farias
Director Editorial: Otávio Farias Filho
Superintendentes: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES e JUDITH BRITO
Editora executiva: ELEONORA DE LACENA
Conselho Editorial: ROBERTO CEZAR DE CARVALHO LEITE, MARCELO COELHO, JOSÉ DE FREITAS, GALERIO DOMESTITES, CLÓVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONTI, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LEÍF FARIAS e OTÁVIO FARIAS FILHO (Secretário)
Diretoria executiva: PAULO MARCELO AMARAL (Financeiro), ANTONIO CARLOS DE MOURA (Comercial), ANALETEN FERREZ (Industrial, tecnologia e Marketing) e MARCELO ESTEVAN (Circulação)

Editoriais

editoriais@ufol.com.br

Avanço insustentável

Pesquisa do IBGE aponta queda na desigualdade, mas também estagnação de emprego e limites das políticas compensatórias

IMPOSSÍVEL saudar como uma das raras boas notícias dos últimos tempos aquela trazida pela Pnad (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domícilios) de 2005, do IBGE: pela primeira vez desde 1996, subiu a renda do trabalhador brasileiro. O aumento foi de 4,6%. Recomenda-se, porém, temperar o regêjo com alguma reticência. O progresso registrado não deixou de trazer surpresa, em face do crescimento pífio do PIB em 2005, de 2,3%. Sob condições normais de temperatura e pressão econômica, tal expansão seria provavelmente insuficiente para ampliar a renda e distribuí-la de maneira mais equânime.

Fundamentais para o resultado alentador, além do aumento real de 9,9% no salário mínimo em 2005, parecem ter sido os programas de transferência de renda do governo federal. Na faixa de seu público-alvo, como os 10% mais pobres da população, o ganho de renda atingiu o patamar mais alto: 14,8%. Traduzindo percentuais em palavras, a Pnad 2005 se resume numa importante mensagem: retrocedeu ligeiramente a desigualdade de renda no Brasil. O chamado índice de Gini, aplicado às rendas do trabalho, caiu de 0,547 para 0,544 (quanto mais perto de 1, maior a desigualdade). Trata-se do valor mais baixo desde 1981.

Nem tudo são boas novas, entretanto. Em que pese o aumento de 2,9% nos postos de traba-

lho, o nível de emprego se deteriorou. De 2,5 milhões de novas vagas não se revelaram suficientes para acolher todos os ingressantes no mercado. A taxa de desemprego em 2005 foi de 9,4%, a mais elevada do governo Lula. Esta, devesa, é a pior das más notícias, o fruto mais amargo do crescimento medíocre da economia. Põe a nu as limitações óbvias de políticas sociais compensatórias como o Bolsa-Família. Mesmo justas e inseparáveis do progresso verificado, não constituem mecanismo que possa ser sustentavelmente expandido.

Ao contrário: já se prenuncia entre analistas de muitos matices o consenso de que não há espaço para avançar na distribuição de renda com base em impostos, menos ainda para arrochar a carga tributária. Novos e necessários ganhos de renda para os pobres do Brasil só poderão ser conquistados com um influxo vigoroso de dinamismo na economia, capaz de produzir mais vagas de bons empregos do que jovens em busca de trabalho.

Resgatar legões de brasileiros da miséria por meios mais promissores e dignos que a bolsa do Estado permanece, assim, como desafio. Há muito que fazer e não é feito: diminuir a regressividade da estrutura tributária, acelerar a redução da taxa de juros, deslanchar um programa mais consistente de investimento em melhoria do ensino básico e obras de infra-estrutura e saneamento — para citar apenas algumas das iniciativas mais óbvias.

Seriam esses os temas de discussão obrigatória na campanha eleitoral. Diante do atual cenário político, contudo, até as boas notícias da Pnad só fazem aguçar a consciência de que os problemas estruturais do país serão mais uma vez relegados.

O dia seguinte

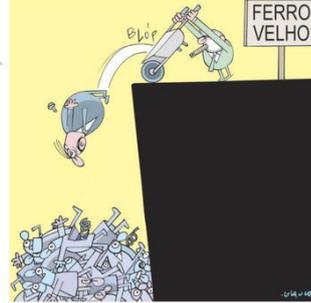
QUEIDA de Andrés Soliz Rada do posto de ministro dos Hidrocarbonetos da Bolívia representa um alívio para o Brasil. Soliz era um dos mais ferreiros críticos da Petrobras. Idealizou a nacionalização do gás e do petróleo e assinou, na semana passada, a resolução ministerial que transformava as refinarias da empresa brasileira em meras prestadoras de serviço da empresa estatal boliviana YPFB, gesto que lhe custou o cargo.

O fato de Soliz ter sido mandado para casa faz presumir que as autoridades brasileiras queixaram-se em termos veementes com seus homólogos bolivianos, o que já não era sem tempo. Mas as boas notícias param aqui.

O substituto de Soliz é o mais moderado Carlos Villegas. O novo ministro, porém, já assumiu com uma retórica dura. afirmou que a Petrobras não "dobrará" a Bolívia e que o país segue firme na intenção de confiscar as receitas da empresa brasileira.

Tal atitude não surpreende. O presidente Evo Morales foi eleito prometendo nacionalizar os hidrocarbonetos. A popularidade de Soliz, cuja atuação era aprovada por 46% dos bolivianos — segundo pesquisa do instituto Apoyo — devia-se principalmente a seu tom de confronto com a Petrobras. Para uma parcela dos bolivianos, o Brasil, muito mais do que os EUA, é a nação "imperialista" que explora o país. O ex-ministro se foi, mas os fatores que o levaram a agir como agiu permanecem.

Cabe à Petrobras e às autoridades brasileiras manter a serenidade e negociar com o governo boliviano com firmeza, mas sem beligerância. Embora atue de forma atabalhoada e se guie principalmente por considerações populistas, a administração de Evo Morales parece que vai se dando conta de que a Bolívia precisa mais do Brasil do que o Brasil da Bolívia. A conferir nos próximos capítulos.



Como se faz uma quadrilha

SÃO PAULO - Odéd Grajew, empresário que foi dos primeiros da espécie a aderir ao lulo-petismo, bem antes do poder, mas faz tempo a charada do apodrecimento do PT e, com ele, do governo Lula. Em depoimento para livro de duas jornalistas inglesas sobre a crise política (a primeira), Odéd lamenta que, para a cúpula partidária e para o pessoal do aparato burocrático, a política tenha se tornado "maneira de ganhar a vida".

Completo: "Alcançar o poder se converte no mais importante, e, para isso, as pessoas estão dispostas a fazer concessões éticas. Em outras palavras, se desejo estar no poder, necessário dinheiro, e se não posso conseguir os fundos legalmente, então o farei ilegalmente". Outro "lulista", aliás o novo coordenador de campanha de Lula, Marco Aurélio Garcia, por sua vez, revelou-se, no mesmo livro, de que trabalhou de graça como secretário de Relações Internacionais do PT durante dez anos, ao passo que "um membro de uma tendência de es-

querda [do PT] ganhava R\$ 7,2 mil por mês", mais do que Garcia como assessor para assuntos internacionais de Lula.

São essas "boquinhas" que fazem compradores de dossiê ou praticantes de outras delinqüências.

Freud Goloy, mero segurança, usou o PT (e o governo Lula) como meio de alijamento social, a ponto de morar em um apartamento de R\$ 500 mil. Valdebrun Carlos Padilha da Silva, por sua vez, mora em um condomínio de luxo em Curitiba. José Lorenzetti, enfermeiro, virou diretor de banco federal.

Para manter as "boquinhas", é lógico que fariam de tudo. Assim como as pessoas que assessoram, todas com cargos elevados.

Para manter o poder, fazem o diabo, contando com o acobertamento do chefe, que, mesmo quando os demite, acarta os depósitos.

Foi essa cultura que gerou a "quadrilha" antigamente chamada de Partido dos Trabalhadores.

rossi@ufol.com.br

ELIANE CANTANHÊDE

"Nós" e "eles"

BRASÍLIA - "Mexer com bandido não dá certo", ensinou Lula ontem em entrevista à rede Globo. Falou e disse. Mas falou para quem?

Quem anda comprando dossiê fixo de bandido são um segurança com gabinete no Planalto, um churrasqueiro dominical da Granja do Torto, um amigo que frequentou o Alvorada, um grão do BB, um dos principais assessores da campanha do Mercadante.

Lula passou a chamar essa turma de "eles", como fez, na entrevista da semana passada à TV Bandeirantes, com os ex-ministros Palocci, Dirceu e Gushiken, o ex-brço direito de seu ex-brço direito, Waldomiro Diniz, e a cúpula do PT que ruiu sob o mensalismo.

São sempre "eu", "indignado" e "tratado", e "eles", agindo de forma "moral" e "abominável". Como se Lula falasse não dos seus, mas dos ministros, amigos e assessores de um outro presidente, um outro governo, um outro partido.

"Eles" têm uma central para compra de parlamentares e legendas, trazem a turma de Ribeirão

Preto para uma mansão de Brasília, queiram o sigilo bancário de um casarão, ganham Lani Rover de empresa com contrato no governo, pedem propina para bicheiro, participam de reuniões no Planalto com empreiteiras e bancos e, num estalar de dedos, sacam R\$ 1,7 milhão, abe-se lá de onde, para pagar dossiê de bandido contra adversário.

"Eles", portanto, são aqueles a quem o procurador-geral da República chama singularmente de "quadrilha", isto incriminados pela Polícia Federal e respondem a processos de Justiça. "Eu" é o que não sabe de nada, não viu nada.

Esgotado o primeiro time das relações e de seu partido ("eles"), o presidente decide a estrela vermelha e escala o segundo e o terceiro times para posições estratégicas. Enquanto, claro, o PMDB de Quéricia, Newton e Jader não vem.

Talvez, aí sim, ele possa finalmente trocar o "eles" pelo "nós".

eliane@ufol.com.br

NELSON MOTTA

A comunidade de intermediações

RIO DE JANEIRO - Uma das memórias mais tenebrosas da ditadura é a "comunidade de intermediações". Formada por militares, políticos e espíões, transformou-se em um poder autônomo, dominado por famílias e bandos, que só começou a ser desbaratado pelo general Geisel quando ameaçava se insurgir contra a hierarquia militar no governo.

Eles agiam em nome da pátria, contra a subversão, pela segurança do regime. Perseguiam, torturavam e matavam pela causa, além da lei, como a Inquirição por Cristo e os stalinistas por Marx.

Hoje, a causa é manter o partido no poder e ocupar todos os espaços da administração pública e das estatísticas para construir o socialismo com o apoio dos excluídos e dos movimentos sociais. Como a causa é "nobre", vale tudo.

Entre em cena a "comunidade de intermediações". Que mal haveria em recolher uma comissão dos prestadores de serviços de prefeituras para apoiar o partido pobre e honesto? Nada pessoal, apenas expertise na pesquisa parcelada dos impostos da classe média e dos ricos para a causa socialista.

Assim, como na comunidade de intermediações, as ambições pessoais, a voracidade humana e os baixos instintos individuais perverteram a "comunidade de intermediações". Companheiros das prefeituras de Santo André, Ribeirão Preto e São José, de Sobrinha, e Léo Lelo, Puleto, Baratti, Waldomiro, Delábio, Silvinho, todos fizeram o que sempre foi feito, como diz Lula, só que em nome de uma causa "nobre".

Geisel falava dos "baldes sinceros, mas radicais". Lula chama os corruptos de "companheiros equivocados". Se tivesse a coragem de Geisel diante da gangue de intermediações, acabaria com as práticas criminosas da "comunidade de intermediações", sejam em nome de que causa forem. Antes que o PT acabe com ele.

JOSÉ SARNEY

Que tempos de viver-se

DIFÍCIL cooptar um assunto e não preciso convencer a morte do coronel Ulbricht a ser comentada, que ele, como o delegado Fleury dos anos 70, morre de maneira inusitada para suas violentas biografias, entre crimes e romances, mulheres e mistério. Nada do esperado ajuste de contas, julgamento ou coisas que encham o final das novelas políticas. É quase uma humilhação não morrerem em combate, mas no embate de sentimentos tão humanos, na vida de mulheres que não conhecem o segredo das armas, e delas se utilizam na tragédia de um amor frustrado. Sorrijo de destino na vingança dos deuses.

Mas estou escovendo meio na linha do teatro grego, levado pelos ventos de um sem-tempo.

Mais uma vez lembro de Oscar Wilde: "Todos os homens nutrem aquilo que amam. Os valentes, com a espada, e os covardes, com o beijo". Hoje não precisamos matar as coisas que amamos, elas estão morrendo por elas mesmas.

Ea fui às comemorações dos 150 anos da cidade em que nasci, Pernambuco, no Maranhão, e procurei os campos da minha infância com aqueles capins de flores amarelas e seus passaros e todos os cantos. Só tinham vida dentro de mim, onde estavam sepultados com a memória de meu avô a recitar as Redondilhas de Camões: "Sóbolos rios que vão / por Bolívia, me achei / Onde sentido chorei / as lembranças de São / e quanto nela passei".

"E minhas coisas ausentes / se fizeram tão presentes / como se nunca passaram".

E, como se não bastassem esses medos, como se não bastasse. Era, eu, que, se não fosse político, que-riera ser físico, a tombar um dos dogmas mais fascinantes em que eu acreditava como na entropia do universo. Eram fantásticos, engoliam com sua garganta de gigantesca gravidade até a luz. E agora são assustados.

Como tornouse difícil e perigoso existir em tempos de avanços tão grandes da ciência. Como dizia o poeta Tribuzzi, "que tempos de viver-se".

Melhor pescar e ver o Sol ou a Lua.

Jose-sarney@ufol.com.br
JOSÉ SARNEY escreveu os artigos nestas revistas.

Se Berzoini sabia da transação com dossiê e não comentou nem tentou impedir, precisa explicar isso ao partido. Isso deve ser avaliado. Esse tipo de conduta seria surpreendente para mim

RAUL POIT
Secretário-geral do PT, sobre o envolvimento de Ricardo Berzoini, presidente do PT, no caso do dossiê sobre Tucanos, ontem na Folha.

FRASES

EXPLICAR
Se Berzoini sabia da transação com dossiê e não comentou nem tentou impedir, precisa explicar isso ao partido. Isso deve ser avaliado. Esse tipo de conduta seria surpreendente para mim

SÃO PAULO
Quem fez isso pensou apenas na campanha do PT em São Paulo, e não na campanha nacional

ROMÉNIO FERREIRA
responsável pela campanha do PT nos pequenos municípios, sobre os efeitos do dossiê da campanha de Lula, ontem na Folha

Publicada no dia 22 de setembro de 2006 com o título “Avanço Insustentável” o texto do gênero opinativo aborda a queda de desigualdade social e estagnação do emprego. Localizada no canto esquerdo da página 2, do caderno de “Opinião” da seção “Editoriais” a publicação reparte espaço com textos sobre o tema de política, com menções ao presidente Lula, a Brasília e ao Partido dos Trabalhadores (PT).

O opinativo traz no primeiro parágrafo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2005 sobre o aumento na renda dos trabalhadores, algo que não acontecia desde 1996.

Nos parágrafos posteriores a publicação trabalha a “ligeira” queda da desigualdade social traduzindo dados da Pnad para o índice de Gini, um medidor de desigualdade. A variação foi de 0,547 para 0,544 (quanto mais perto de 1 maior a desigualdade).

Além disso, o texto mostra que apesar do aumento na oferta de empregos o número não foi suficiente para acolher os ingressantes no mercado. A taxa de desemprego atingiu o índice de 9,4%, a mais alta no governo Lula.

O texto tem como discurso principal o cunho político. No opinativo os indicativos da Pnad são utilizados de maneira criar no leitor a impressão de que mesmo com as melhorias obtidas ainda há muito o que fazer por parte do governo.

Segundo os mecanismos de análise utilizados, a publicação tem como prática discursiva mais intensa a persuasão, na medida que confere críticas às políticas aplicadas pelo governo e questiona as melhoras averiguadas pela Pesquisa.

Os dados positivos são mencionados e posteriormente sofrem com uma contraposição desconstruindo os resultados alcançados, algo que se repete ao longo do texto, como pode ser observado no subtítulo “Pesquisa do IBGE aponta queda na desigualdade, mas também estagnação do emprego e limites das políticas compensatórias”.

No segundo parágrafo a forma também se faz presente ao destacar que o aumento da renda, obtido pela primeira vez desde 1996, foi uma surpresa, tanto pelo avanço como pelo pouco desenvolvimento registrado pelo Produto Interno Bruto (PIB): “o progresso registrado não deixou de trazer surpresa, em face do crescimento pífio do PIB em 2005, de 2,3%. Sob

condições normais de temperatura e pressão econômicas, tal expansão seria provavelmente insuficiente para ampliar a renda e distribuí-la de maneira mais equânime”.

Como evidencia o título da publicação, os números demonstram melhorias que precisam ser avaliadas devido às limitações apresentadas: “resgatar legiões de brasileiros da miséria por meios mais promissores e dignos que a bolsa do Estado permanece, assim, como desafio. Há muito o que fazer e não é feito”.

A prática persuasiva é resguardada pela exposição, sendo esta forma discursiva a condução do texto com a utilização dos índices verificados pela Pnad. O recurso foi utilizado nos parágrafos iniciais da publicação, como neste trecho do quinto: “em que pese o aumento de 2,9% nos postos de trabalho, o nível de emprego se deteriorou. Os 2,5 milhões de novas vagas não se revelaram suficientes para acolher todos os ingressantes no mercado. A taxa de desemprego em 2005 foi de 9,4%, a mais elevada do governo Lula”.

Além disso, no quarto parágrafo os números da Pesquisa foram “traduzidos” para outro índice, o Gini, visando a confirmar a ideia de que a evolução constatada possui outra face: “traduzindo percentuais em palavras, a Pnad 2005 se resume numa importante mensagem: retrocedeu ligeiramente a desigualdade de renda no Brasil. [...] caiu de 0,547 para 0,544. Trata-se do valor mais baixo desde 1981”.

A publicação “As famílias ricas de São Paulo” do dia 19 de setembro de 2006 do gênero notícia discorre sobre o aumento da desigualdade social no Sudeste. As famílias mais ricas da região, que possuem renda mensal média de 18,6 mil, são menos de meio por cento dos domicílios no Brasil, mas somada a renda dessas pessoas equivale à renda de 30% dos lares dos brasileiros mais pobres.

A matéria se encontra na página 4 do caderno “Dinheiro” estando no topo e divide espaço com notícias sobre negócios como a de que a Volkswagen teria confirmado investimentos no ABC e também o anúncio de um pregão eletrônico do Governo do Ceará.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2005 os 10% das famílias mais ricas do Sudeste concentrou 40,6% do total da renda na região e 21,4% do total do Brasil. Conforme a publicação, o aumento da renda dos 5% ou 10% mais ricos serviria como uma possível explicação para a queda na redução da desigualdade em 2005.

O discurso predominante na matéria é o discurso econômico. A publicação trabalha os índices da Pnad de forma a evidenciar questões sobre mudanças e melhorias na dinâmica social do país.

A matéria assume principalmente a prática expositiva, empregando os dados da Pesquisa para a sua estruturação e colocação do assunto. As desigualdades entre as famílias brasileiras e as famílias do Sudeste são salientadas pelos índices, fortalecendo o caráter de exibição da prática e comprovando o subtítulo “Diferença de renda entre as famílias cresce no Sudeste, o que explica redução menor da desigualdade no Brasil”, como pode ser visto no segundo parágrafo: “a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2005, a Pnad do IBGE, mostra que a desigualdade entre as famílias cresceu no Sudeste. A fatia 10% mais rica das casas do Sudeste (40,6% do total) e do Brasil (21,4%). O aumento da renda dos 5% ou 10% mais ricos parece explicar a queda no ritmo de redução da desigualdade em 2005”.

A forma discursiva também se apresenta no terceiro parágrafo em que são exibidos dados sobre a perda de renda por parte de uma parcela dos brasileiros: “os brasileiros mais pobres, aliás, tiveram razoáveis aumentos de renda (15%, de 2004 para 2005, no caso do fundo do poço da miséria, os 10% mais pobres). A perda ocorreu entre quem ganha entre R\$ 1.600 e R\$ 2.400 mensais”.

A composição da narrativa sobre a atenuação da desigualdade se apoia em dados do governo anterior e em índices antecedentes a Pnad divulgada, o que pode ser notado no quinto parágrafo: “[...] na primeira vez em dez anos que os mais ricos, e os mais ricos do Sudeste, veem sua renda aumentar, o ritmo de redução da desigualdade caía para um ritmo menor que o da média dos anos FHC”.

A narratividade também está presente no oitavo ao se destacar um dos motivos dessa atenuação: “outro fator importante de redução da desigualdade de renda do trabalho foi a transferência de empregos melhores das metrópoles para o interior, em parte devido à desconcentração industrial, [...] (embora a renda do trabalho, de 2004 para 2005, tenha crescido mais para quem não tem carteira assinada). Tais fatores não devem manter o mesmo dinamismo”.

Além dessas práticas do discurso, a publicação carrega traços da forma persuasiva, uma vez que procura criar em quem lê a ideia de que a redução da desigualdade não tem sido próspera, e, que, estaria ameaçada se não houver mudanças na forma de diminuí-la, como ocorre no último parágrafo: “parece se esgotar o ciclo de redistribuição via impostos (e impostos crescentes), em quadro de estagnação. Para evitar que o ciclo de desconcentração da renda se interrompa, é preciso mais crescimento, educação e emprego para a mão-de-obra mais desqualificada, e tributos progressivos (pró-pobres)”.

dinheiro2

FOLHA DE S. PAULO
SÁBADO, 16 DE SETEMBRO DE 2006 • B13

Tel: (11) 3122-2222 Fax: (11) 3122-2222
E-mail: dinheiro@folha.com.br
Serviço de atendimento ao assinante: (0800) 775-0000
Grátis São Paulo (11) 3122-2222
Endereço: contabilidade@folha.com.br



Ritiz da PF em Itaituba (SP) contra o trabalho infantil, que voltou a crescer em 2005 em todo o país. Pág. B14

RESIDÊNCIAS SÓ COM CELULAR SUPERAM AS QUE TÊM APENAS TELEFONE FIXO Pág. B13

ANALFABETISMO CAI, MAS RITMO DE REDUÇÃO DA TAXA É MENOR Pág. B13

Renda aumenta pela 1ª vez desde 1996

Valor dos ganhos do trabalhador sobe 4,6% em 2005, mas em nove anos perda acumulada ainda é de 15,1%, aponta Pnad

Especialistas creditam avanço à formalização do emprego, à inflação menor e ao reajuste do mínimo; sob Lula, ainda há recuo de 3,36%

ANTONIO GOIS
JANAINA LAGE
(SÃO PAULO)

Depois de praticamente uma década de perdas sucessivas, a renda do trabalhador brasileiro cresceu em 2005 (4,6%) e chegou a R\$ 805. Trata-se da primeira expansão desde 1996. Apesar do sinal positivo, o avanço não foi suficiente para compensar as quedas acumuladas, e o rendimento ainda é 15,1% inferior ao verificado em 1996 (R\$ 948). Essa é uma das principais conclusões da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2005, divulgada ontem pelo IBGE.

Apesar do crescimento em 2005, a renda tem caído a um ritmo anual de 1,2% no governo Luiz Inácio Lula da Silva. A comparação entre o valor herdado do governo anterior e o de 2005 mostra uma queda de 3,36%. No segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, o ritmo de queda do rendimento foi mais intenso, de 2,71% ao ano. O período foi marcado por crises externas e pela adoção do câmbio flutuante.

O último ciclo de crescimento da renda ocorreu no primeiro mandato de FHC, quando a expansão foi da ordem de 5,39% ao ano, com os efeitos do Plano Real. Em relação à renda herdada do governo Itamar Franco, a primeira gestão de FHC terminou com aumento no rendimento de 29,93%. O cálculo compara a renda de 1994 com a de 1993. A Pnad não foi realizada em 1994, último ano do governo de Itamar.

O resultado da Pnad surpreendeu especialistas em razão do contraste com o crescimento da economia no ano passado, de 2,3%. "Não sabemos se estamos no Haiti, como apontaram os dados do PIB, ou na Índia, como indicam os dados de renda da Pnad", afirmou Marcelo Néri, chefe do Centro de Políticas Sociais da FGV (Fundação Getúlio Vargas). De acordo com dados calculados por Néri a partir dos microdados da Pnad, a renda domiciliar per capita (que inclui as pessoas que não têm renda) cresceu 6,6% em 2005, contra uma expansão de 3,1% em 2004. "O rendimento do trabalho cresceu 4,6%, mas muita gente que não tinha renda nenhuma passou a ter com os programas de transferência de renda, mas o crescimento do trabalho foi muito forte", disse.

Em 2005, o rendimento médio dos domicílios chegou a R\$ 1.536, contra R\$ 1.462 em 2004. O valor inclui as rendas do trabalho e de outras fontes, como aposentadorias, pensões, aluguéis, aplicações e programas de transferência de renda.

Da última vez em que a renda cresceu no país, o trabalhador ainda se beneficiava dos ganhos de estabilidade proporcionados pelo Plano Real.

Carteira assinada
Segundo especialistas, na prática, a conta passou a incluir menos pessoas com remuneração baixa, o que foi o principal fator a inflar a renda do trabalho em 2005. "O trabalho com carteira assinada cresceu muito e, em geral, tem um nível de remuneração mais alta", disse João Sobrinho, diretor do Instituto de Economia da UFPR.

RENDIMENTO MAIOR, DESIGUALDADE MENOR

Renda cresce 4,6% em 2005



5 PONTOS POSITIVOS

- 1) A renda cresceu pela 1ª vez desde 1996
- 2) O Índice de Gini sem câmbio desde 1993
- 3) O nível de escolaridade teve o melhor percentual desde 1996
- 4) Diminuiu o percentual de crianças de 5 e 8 anos fora da escola
- 5) O percentual de domicílios com telefone cresceu

5 PONTOS NEGATIVOS

- 1) A renda ainda é 15,1% inferior à de 1996
- 2) O analfabetismo está caindo em ritmo mais lento
- 3) Sobrou o percentual de jovens de 15 a 17 anos fora da escola
- 4) Cresceu o percentual de crianças de 5 a 14 anos trabalhando
- 5) Poucos brasileiros não utilizam a internet

Em 2005, o crescimento da renda, especialmente entre os mais pobres, foi impulsionado pelo aumento em termos reais de 9,9% do salário mínimo. Além disso, o dólar em baixa ajudou a reduzir os preços dos alimentos, e o índice oficial de inflação, o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), recuou para 5,69% no ano, o menor patamar desde 1998.

Para Marcelo de Avila, economista do Ipea (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), os dados indicam que a Pnad de 2006 deve mostrar novo crescimento da renda, acompanhado pelo aumento dos trabalhadores formais e do salário mínimo.

Desigualdade
A Pnad confirmou a tendência de redução da desigualdade verificada nos últimos anos. O índice de Gini das rendas do trabalho apresentou um ligeiro recuo, de 0,547 para 0,544, o mais baixo desde 1981, no cálculo. O índice varia de 0 a 1 —quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade. A contração de renda não cresce no país desde 1993.

Segundo Néri, o bem-estar social (combinação da renda per capita domiciliar e da desigualdade) cresceu 7,6% em 2005, contra uma expansão de 5,9% em 2004. Apesar disso, o economista classifica a redução da desigualdade de 2005 como "frustrante" porque havia a expectativa de um recuo maior.

"A desigualdade está diminuindo muito lentamente, mas de forma contínua", afirmou Vandeli Guerra, do IBGE. Todas as classes de renda registraram ganhos pela primeira vez desde 1996. A desigualdade caiu por causa dos ganhos um pouco maior dos mais pobres.

A análise com base na renda mensal de todos os trabalhadores mostra que os 50% mais pobres tiveram alta de 6,5% nos rendimentos. Já os 50% mais ricos registraram alta de 4,9%. A mudança na apropriação da renda, no entanto, ainda caminha a passos lentos. Em 2004, os 50% mais pobres detinham 16% da renda total. Em 2005, esse percentual subiu para 16,3%.

Sob a ótica do rendimento do trabalho, o ganho foi maior na faixa de renda próxima do salário mínimo, com alta de 10,3%. Quando se incluem na conta rendimentos provenientes de pensões ou de programas de transferência de renda, o crescimento da renda é mais intenso, com alta de 14,8%.

a maior feira de estofados

liquidação

descontos de até 80%

5x SEM JUROS

só até 22/09

Sidney conj. 2+3 lugares

100% Couro legítimo

5x R\$ 399,80 sem juros

mais de 200 itens em exposição pronta entrega

piquattro
SOFÁS E MÓVEIS

Lojas abertas aos domingos - Estacionamento com manobrista - Despachamos para todo o Brasil

Av. Rebouças, 2.154 - Av. Salim Farah Maluf, alt.3.003 esq./ Av. Regente Feijó
Tel.: 11 3061-0391/3081-1919 - Tel.: 11 6607-4606

Intitulada “Renda aumenta pela 1º vez desde 1996” a matéria do gênero notícia publicada no dia 16 de setembro de 2006 ganhou espaço na capa do jornal nesta data. A publicação do caderno “Dinheiro 2” localizada na página B13 trata do aumento da renda do trabalhador em 4,6%, algo que não acontecia desde 1996. Porém o crescimento não compensou as quedas acumuladas, o rendimento atual é 15,1% menor do que há dez anos.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2005 mostrou que renda chegou a R\$ 805, em 1996 era R\$ 948. A notícia conta com gráficos, ilustrações, além de cinco pontos negativos e cinco positivos sobre os dados divulgados pela Pnad.

O texto é composto por duas retrancas, uma denominada “Carteira assinada” e a outra “Desigualdade”. A primeira aborda que o aumento na renda foi influenciado pela elevação do salário mínimo e dos empregos de carteira assinada. A segunda retranca trata da tendência de redução da desigualdade social no país. Todas as classes de renda obtiveram alta desde 1996.

Ocupando a página toda, a matéria divide lugar com um anúncio de liquidação da loja “Piquattro” e traz também chamadas para duas publicações sobre a Pnad recém divulgada.

Na matéria o discurso que prevalece é o político, apesar do forte teor econômico. O texto traz a informação de que pela primeira vez houve crescimento na renda, contraposta ao fato de que só houve aumento porque estava em ritmo de queda.

A partir da análise da publicação foi observado predomínio da forma persuasiva, sendo os dados da Pnad utilizados de maneira a dizer que a melhorias se deram em razão de antes ter ocorrido uma regressão nos números, como traz o subtítulo da matéria “Valor dos ganhos do trabalhador sobe 4,6% em 2005, mas em nove anos perda acumulada ainda é de 15,1%, aponta Pnad”.

Do primeiro ao quinto parágrafo a prática é mais intensa, a queda anterior é destacada e são feitas comparações com o governo de Fernando Henrique Cardoso. A informação de crescimento da renda vem no primeiro parágrafo, mas é introduzida após os dizeres de que houve perda. A melhoria observada é desconstruída, como pode ser notado no trecho: “depois de praticamente uma década de perdas sucessivas, a renda do trabalhador brasileiro cresceu em 2005 (4,6%) e chegou a R\$805. Trata-se da primeira expansão desde 1996”.

O segundo e terceiro parágrafos têm seu início com o advérbio “apesar” fazendo contraste com os progressos observados, é dado destaque ao fato de que tais não serão suficientes para compensar os danos anteriores. O segundo parágrafo trata da insuficiência do crescimento obtido em corrigir as perdas: “apesar do sinal positivo, o avanço não foi suficiente para compensar as quedas acumuladas, e o rendimento ainda é de 15,1% inferior ao verificado em 1996 (R\$948). Essa é uma das principais conclusões da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2005, divulgada ontem pelo IBGE”.

No terceiro é realçada a queda da renda ao longo dos anos do governo Lula: “apesar do crescimento em 2005, a renda tem caído a um ritmo anual de 1,12% no governo Luiz Inácio Lula da Silva. A comparação entre o valor herdado do governo anterior e o de 2005 mostra uma queda de 3,36%. No segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, o ritmo de queda do rendimento foi mais intenso”.

A forma expositiva integra a estruturação do texto sendo os dados da Pnad explorados com textos, gráficos, imagens e comparações. A prática se mostra necessária para evidenciar as questões abordadas, como pode ser observado na segunda retranscrição da matéria: “a Pnad confirmou a tendência de redução da desigualdade verificada nos últimos anos. O índice de Gini das rendas do trabalho apresentou um ligeiro recuo, de 0,547 para 0,544, o mais baixo desde 1981, no cálculo. [...] A concentração de renda não cresce no país desde 1993”.

A exposição também está presente no gráfico que representa o rendimento médio dos brasileiros durante os anos. Ao lado é exibido um demonstrativo de queda da desigualdade no mesmo período. A matéria ainda apresenta a prática narrativa ao se basear nos anos para comparar e demonstrar os indicativos da Pnad, o que pode ser visto na primeira retranscrição: “em 2005, o crescimento da renda, especialmente entre os mais pobres, foi impulsionado pelo aumento em termos reais de 9,9% do salário mínimo. Além disso, o dólar em baixa ajudou a reduzir os preços dos alimentos, e o índice oficial de inflação, IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), recuou para 5,69% no ano, o menor patamar desde 1998”.

2,6% DAS CRIANÇAS DE 7 A 14 ANOS ESTÃO FORÁ DA ESCOLA, ENQUANTO... 18% DOS ADOLESCENTES DE 15 A 17 ANOS ESTÃO NA MESMA CONDIÇÃO

Redução do analfabetismo e acesso à escola regridem

Pnad mostra pequeno aumento no número de brasileiros de 15 a 17 anos fora da escola

Ministério da Educação diz que foco da alfabetização agora está nos mais excluídos e que espera ter mais fundos para escolas

DA AGÊNCIA O GLOBO

O Brasil continua vencendo algumas batalhas educacionais importantes, como a universalização do ensino de 7 a 14 anos e o aumento da escolarização de 5 a 6 anos, mas dá sinais preocupantes de estagnação no acesso de jovens à escola e na redução do analfabetismo.

A Pnad indica que, pelo segundo ano consecutivo, há um pequeno aumento no percentual de brasileiros de 15 a 17 anos que não estudavam. Ele vinha caindo desde 1993, quando estava em 38,1%, até 2003, quando chegou a 17,6%. De lá para cá, no entanto, a taxa aumentou 0,2 ponto percentual por duas vezes consecutivas, chegando 18,0% em 2005.

Isso significa que, no ano passado, 1,9 milhão de adolescentes de 15 a 17 anos não estudaram. É praticamente o mesmo contingente de 2002.

Para o presidente do IBGE, Eduardo Nunes, esse indicador, somado ao fato de que 20% dos jovens trabalham, mostra que é preciso discutir formas de manter o jovem na escola com alguma ajuda financeira. "O trabalho de 15 a 17 anos é de baixa remuneração. Esse jovem está deixando de estudar e melhorar sua inserção no mercado de trabalho no futuro."

Jorge Wertheim, assessor especial da OIE (Organização dos Estados Ibero-Americanos), concorda com Nunes e acrescenta que a escola também não está conseguindo ser um ambiente mais agradável.

"Essa população jovem hoje é a mais vulnerável, mas a escola não está conseguindo retila. É preciso melhorar a escola e dar estímulo econômico para que o jovem não a troque pelo trabalho".

Outra preocupação que a Pnad traz na educação é que o analfabetismo está caindo em ritmo mais lento. O PT assumiu o governo em 2003 com a promessa de erradicar o analfabetismo adulto alfabetizando 20 milhões de brasileiros. O indicador de 2005, no entanto, mostra que essa será uma promessa de campanha que não será cumprida. Laila Heróides de FHC em 2002, uma taxa de 11,8%. Três anos depois, a taxa caiu para 10,9% e o número se reduziu em apenas 233 mil.

A comparação do ritmo de queda anual da taxa nos governos mostra também que, na gestão Laila, a proporção de analfabetos caiu num ritmo menor do que sob FHC.

No primeiro mandato de FHC, o analfabetismo caiu num ritmo de 3,5% ao ano. No segundo, 3,8% ao ano. Nos três primeiros anos de Laila, a taxa caiu, em média, 2,6% ao ano.

Ministro de FHC, Paulo Renato Souza critica o atual governo por não ter, segundo ele, dado continuidade às ações do Alfabetização Solidária.

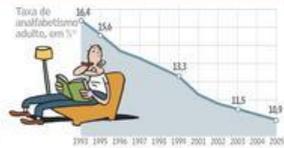
Para Wertheim, é correta a estratégia do governo de, desde 2005, tentar focar o trabalho de combate ao analfabetismo nas populações mais excluídas.

nem escrever. Ainda de acordo com a assessora, foi essa a razão que levou o MEC a redesenhar o programa privilegiando linhas de financiamento para projetos que combatam o analfabetismo em bolsões de pobreza, como comu-

nidades quilombolas, catadores de lixo ou presos. Sobre a evasão escolar de 15 a 17 anos, o MEC diz que um dos instrumentos que pretende usar para reverter o quadro de evasão escolar é o Fundeb, ainda em discussão no Congresso.

O Fundeb substituiu o Fundef, em vigor atualmente e restrito ao ensino fundamental. Ele espalhará novos recursos de municípios, Estados e União também no financiamento da educação infantil (até cinco anos) e do ensino médio (15 a 17).

ANALFABETISMO REDUZ RITMO DE QUEDA



Em 1993, a taxa de analfabetismo adulto era de 16,4%. Em 2005, caiu para 10,9%. O ritmo de queda anual da taxa nos governos mostrou que, na gestão Laila, a proporção de analfabetos caiu num ritmo menor do que sob FHC. No primeiro mandato de FHC, o analfabetismo caiu num ritmo de 3,5% ao ano. No segundo, 3,8% ao ano. Nos três primeiros anos de Laila, a taxa caiu, em média, 2,6% ao ano.

VILA ROMANA

O LUGAR MAIS DESCONTRAÍDO DA VILA ROMANA ESTÁ PRONTO PARA MORAR.

4 dormitórios. 172 m² privativos
3 vagas + depósito + hall social privativo
varanda com churrasqueira

LAZER COM PRIVACIDADE NUM TERRENO DE 13.500 M² E APENAS 3 TORRES.

- piscina coberta 6/ rãia de 25 m
- piscina adulta com solarium e deck molhado
- piscina infantil
- solarium interno para relaxamento
- bar tropical
- sauna seca e úmida
- piستا de skate e patino in line
- salas de massagem, estética e ginástica
- piستا de coquet e caminhada
- playground infantil e juvenil
- quadra poliesportiva
- quadra de tênis
- churrasqueira e forno de pizza
- salões de festas infantil e adulto
- salões de jogos infantil, juvenil e adulto
- parque com 10 praças e palmieiras
- espelhos d'água

Além disso, há um espaço de lazer com churrasqueira e forno de pizza, e um salão de festas infantil e adulto.

MUDE JÁ COM 20% DE ENTRADA E O SALDO FINANCIADO EM ATÉ 240 MESES

VISITE APTO. DECORADO: R. Fábix x R. Aurélio x R. Coriolano
 Informações: 11 3888.3800 | www.mofarrej.com.br/jarandou

Incorporação: **Mofarrej** | Construção: **Company S.A.** | Planejamento e Comercialização: **ABARA**

A matéria do gênero reportagem “Redução do analfabetismo e acesso à escola regredem” publicada no dia 16 de setembro de 2006 discorre sobre o aumento pelo segundo ano consecutivo de brasileiros entre 15 e 17 anos fora da escola. A reportagem encontra-se na página B15 na seção “Dinheiro” e também explora outros dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2005, como o aumento de escolarização entre crianças de 5 e 6 anos.

A publicação traz um gráfico sobre a redução no ritmo de queda do analfabetismo e informações destacadas em um quadro verde acima do texto. Segundo a Pnad o índice vinha caindo desde 1993, quando estava em 38,1% e chegou a 17,6% em 2003. Nos últimos dois anos o número aumentou, atingindo 18 % em 2005.

A pesquisa também mostrou que o analfabetismo vem diminuindo “lentamente”, em 2002 a taxa era de 11,8%, em 2005 foi para 10,9%. A matéria conta com uma retranca intitulada “MEC” que traz uma declaração da assessoria do Ministério da Educação sobre as estratégias de combate ao analfabetismo. O texto divide espaço com uma publicidade sobre a venda de apartamentos do empreendimento “Vila Romana”.

O discurso político é predominante na publicação. Os dados da Pesquisa são utilizados para comparações e para confrontar os compromissos assumidos pelo governo, como extinguir o analfabetismo adulto com a alfabetização de 20 milhões de brasileiros.

Segundo as práticas discursivas utilizadas, o texto apresenta em sua maioria a forma persuasiva, já que os indicativos são trabalhados de forma a demonstrar que as promessas da administração não foram atingidas e que o acesso à educação estaria regredindo.

Os resultados positivos da Pnad são colocados em oposição aos índices de estagnação e queda, algo que ocorre no primeiro parágrafo: “o Brasil continua vencendo algumas batalhas educacionais importantes, como a universalização do ensino de 7 a 14 anos e o aumento da escolarização de 5 e 6 anos, mas dá sinais preocupantes de estagnação no acesso de jovens à escola e na redução do analfabetismo”.

No segundo parágrafo a prática também se manifesta por meio da comparação com anos anteriores, o que sustenta a percepção de regressão nos avanços: “a Pnad indica que, pelo segundo ano consecutivo, há um pequeno aumento no percentual de brasileiros de 15 a 17 anos que não estudavam. Ele vinha caindo desde 1993, quando estava em 38,1%, até 2003,

quando chegou a 17,6%. De lá para cá, no entanto, a taxa aumentou 0,2 ponto percentual por duas vezes consecutivas, chegando 18,0% em 2005”.

Os compromissos assumidos pelo governo são confrontados pelos indicativos observados mostrando sua não realização, como acontece no sétimo parágrafo: “outra preocupação que a Pnad traz na educação é que o analfabetismo está caindo em ritmo mais lento. O PT assumiu o governo em 2003 com a promessa de erradicar o analfabetismo adulto alfabetizando 20 milhões de brasileiros. O indicador de 2005, no entanto, mostra que essa será uma promessa de campanha que não será cumprida”.

A forma expositiva é aplicada na corroboração de entendimento no recuo das progressões na educação. O modo discursivo atua como demonstrador da declinação dos números, além de servir para evidenciar a retração em relação ao governo de Fernando Henrique Cardoso, como pode ser notado no oitavo parágrafo: “a comparação do ritmo de queda anual da taxa nos governos mostra também que, na gestão Lula, a proporção de analfabetos caiu num ritmo menor do que sob FHC”. E no nono também: “no primeiro mandato de FHC, o analfabetismo caiu num ritmo de 3,5% ao ano. Nos três primeiros anos de Lula, a taxa caiu, em média, 2,6% ao ano”. A exposição também é empregada na formulação de um gráfico representando a redução no ritmo de queda do analfabetismo ao longo dos anos.

82% DA POPULAÇÃO MAIS RICA UTILIZA O TELEFONE CÉLULAR, CONTRA APENAS... 10% DAS CLASSES MAIS POBRES QUE TEM ACESSO A ESSE APARELHO

Mais de 120 milhões não utilizam internet

Quase 80% da população com mais de dez anos não acessou a rede de computadores nos 3 meses anteriores à pesquisa do IBGE

Nos domicílios com renda mensal maior, 70% usam a web; nos mais pobres, porém, percentual cai para apenas 3% dos brasileiros

DA SUCURSAL DO RIO

Em plena era digital, um contingente de mais de 120 milhões de brasileiros não usa a internet, a rede mundial de computadores. Eles representam 79% da população com mais de dez anos de idade que, de acordo com o IBGE, não acessou nenhuma vez à rede nos últimos três meses.

Como era de esperar em um país com altos índices de desigualdade, o acesso varia significativamente de acordo com renda ou escolaridade. No maior extremo de renda pesquisado (domicílios com renda mensal per capita superior a cinco salários mínimos), 69,2% dos brasileiros usam. No extremo oposto (renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo), esse mesmo percentual era de apenas 3%.

O acesso cresce de acordo com a renda, mas mesmo em faixas de renda intermediárias, como na de dois e três salários mínimos per capita, ele ainda é restrito a uma minoria (42%) de brasileiros.

O mesmo fenômeno acontece quando é analisado o acesso de acordo com o grau de escolaridade. No menor extremo de instrução (menos de quatro anos de estudo), somente 2,5% acessaram a internet. No extremo oposto (os que completaram ao menos o ensino médio), essa proporção chega a 76,2%.

Esta é a primeira vez em que o instituto analisou o acesso à internet pelas pessoas, e não apenas sua presença nos domicílios. A situação de acesso nos domicílios vem aumentando constantemente desde 2001, mas continua em patamares

muito baixos. No início da década, 86% de residências possuíam computadores conectados. Em 2006, esse percentual chegou a 83,9%.

Analisando por unidade da Federação, a que apresentava maior percentual de sua população com acesso regular à internet era o Distrito Federal, com 41,2% usando a rede. O menor percentual foi encontrado em Alagoas (7,2%) e no Maranhão (7,1%).

Além de restrito ainda a uma minoria de maior poder aquisitivo, o acesso à internet varia muito também de acordo com a idade. Quanto mais jovem, maior a probabilidade de um brasileiro ter feito uso da rede nos últimos três meses de casa, do trabalho, da escola ou de qualquer outro ponto.

Os maiores percentuais de acesso foram encontrados na faixa etária de 15 a 17 anos, com 33,9% da população usando a rede. De 18 a 24 anos, a proporção continua acima de 30%, mas passa a cair gradualmente de acordo com a idade, chegando a apenas 3,3% da população acima de 60 anos.

Apartheid

Para Rodrigo Baggio, diretor-executivo do Comitê de Democratização da Informática — organização não-governamental que mantém 891 escolas de informática e cidadania no Brasil e em nove países —, os dados do IBGE revelam um apartheid digital.

"Há uma legião de excluídos à margem da sociedade do conhecimento. É um cenário extremamente preocupante, principalmente quando comparamos nossa situação com a de outros países, já que hoje o uso da tecnologia é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento social e econômico de uma sociedade", diz Baggio.

Para ele, para reverter essa

ACESSO À INTERNET

Só 21% da população tem acesso à rede



Personas que usaram a internet nos três meses anteriores ao período de referência, em %

Por anos de estudo	Por classes de rendimento (mensal per capita) (R\$)	
Total	Mais de 1/2 a 1 s.m.*	11,6
4 a 7 anos	Mais de 1 a 2 s.m.	24,9
8 a 10 anos	Mais de 2 a 3 s.m.	42,0
11 a 14 anos	Mais de 3 a 5 s.m.	55,2
15 anos ou mais	Mais de 5 s.m.	69,5

Homens (%)	Mulheres (%)	
10 a 14 anos	10 a 14 anos	25,3
15 a 17 anos	15 a 17 anos	34,6
18 a 19 anos	18 a 19 anos	33,9
20 a 24 anos	20 a 24 anos	32,1
25 a 29 anos	25 a 29 anos	26,7
30 a 39 anos	30 a 39 anos	20,4
40 a 49 anos	40 a 49 anos	15,9
50 a 59 anos	50 a 59 anos	9,6
60 anos ou mais	60 anos ou mais	3,3

Fonte: IBGE/IBD

situação, é preciso investir na melhoria de infra-estrutura de acesso à internet em municípios pequenos, na capacitação de pessoas de baixa renda em informática e cidadania e na disseminação de pontos públicos de acesso.

Investimentos

Para o presidente da Abranet (Associação Brasileira dos Pro-

vedores de Acesso), Antônio Tiwares, faltam investimentos em educação, não só para crianças como também para adultos para acelerar o ritmo de expansão da internet no país.

"A internet precisa crescer de forma útil e não apenas como um mundo virtual. Outro 'desinteressado' no assunto é o aluno do terceiro ano do ensino secundário Gabriel Paíão, 17. "Não sou muito chegado [à internet]". Gabriel vendeu recentemente o seu computador.

Celular está em 24% das casas; fixo, só em 13%

DA SUCURSAL DO RIO

Pela primeira vez desde que o IBGE passou a pesquisar no Pnad a presença de celulares, o número de domicílios que utilizam apenas esses aparelhos superou aqueles onde havia somente telefone fixo.

Essa tendência já era prevista, pois o percentual de domicílios somente com celular, hoje em 23,6%, vem aumentando ano a ano desde 2001. Enquanto isso, a proporção de residências apenas com telefone fixo, hoje em 12,5%, apresentava tendência inversa.

O IBGE pesquisou também pela primeira vez o acesso dos brasileiros a celulares para uso pessoal e não apenas a presença desse aparelho nos domicílios. Em 2005, 36,7% dos brasileiros com mais de dez anos de idade usavam celular. Esse uso pessoal, porém, varia muito de acordo com a renda.

Em domicílios com renda média mensal per capita superior a cinco salários mínimos (R\$ 1.750), o acesso a celular para uso pessoal é quase universalizado, já que 82,1% dos brasileiros com mais de dez anos de idade nessas famílias tinham seu próprio aparelho. No outro extremo (domicílios com menos de um quarto do salário mínimo per capita), esse percentual era só de 9,2%.

Esse dado pode indicar que, em muitas famílias mais pobres, há um único celular para ser dividido entre todos os moradores. Nas famílias

mais ricas, além do telefone fixo, há praticamente um celular para cada morador.

Segundo o presidente-executivo da Acel (Associação Nacional das Operadoras de Celulares), Ércio Zilli, a troca do fixo por celular é uma tendência mundial. "A comunicação de voz está migrando para a telefonia móvel. A aplicação fixa residencial vai acabar evoluindo para outro tipo de comunicação, como a banda larga."

Segundo ele, existem hoje no país 95 milhões de linhas habilitadas, o equivalente a uma linha para cada dois brasileiros. Desse total, 80% são telefones pré-pagos, os mais populares entre as pessoas de renda mais baixa.

Para o executivo, o custo é um dos fatores associados à troca de linhas fixas por móveis. "Mesmo depois que acaba o prazo do cartão pré-pago, a pessoa não perde a possibilidade de ser localizada, embora não consiga mais fazer chamadas", disse.

A esteticista Debora Cantoto, 39, é um exemplo de pessoas com mais de dez anos de idade que usavam celular. Esse uso pessoal, porém, varia muito de acordo com a renda.

Em domicílios com renda média mensal per capita superior a cinco salários mínimos (R\$ 1.750), o acesso a celular para uso pessoal é quase universalizado, já que 82,1% dos brasileiros com mais de dez anos de idade nessas famílias tinham seu próprio aparelho. No outro extremo (domicílios com menos de um quarto do salário mínimo per capita), esse percentual era só de 9,2%.

Esse dado pode indicar que, em muitas famílias mais pobres, há um único celular para ser dividido entre todos os moradores. Nas famílias

mais ricas, além do telefone fixo, há praticamente um celular para cada morador.

Segundo o presidente-executivo da Acel (Associação Nacional das Operadoras de Celulares), Ércio Zilli, a troca do fixo por celular é uma tendência mundial. "A comunicação de voz está migrando para a telefonia móvel. A aplicação fixa residencial vai acabar evoluindo para outro tipo de comunicação, como a banda larga."

Segundo ele, existem hoje no país 95 milhões de linhas habilitadas, o equivalente a uma linha para cada dois brasileiros. Desse total, 80% são telefones pré-pagos, os mais populares entre as pessoas de renda mais baixa.

Para o executivo, o custo é um dos fatores associados à troca de linhas fixas por móveis. "Mesmo depois que acaba o prazo do cartão pré-pago, a pessoa não perde a possibilidade de ser localizada, embora não consiga mais fazer chamadas", disse.

A esteticista Debora Cantoto, 39, é um exemplo de pessoas com mais de dez anos de idade que usavam celular. Esse uso pessoal, porém, varia muito de acordo com a renda.

Em domicílios com renda média mensal per capita superior a cinco salários mínimos (R\$ 1.750), o acesso a celular para uso pessoal é quase universalizado, já que 82,1% dos brasileiros com mais de dez anos de idade nessas famílias tinham seu próprio aparelho. No outro extremo (domicílios com menos de um quarto do salário mínimo per capita), esse percentual era só de 9,2%.

Esse dado pode indicar que, em muitas famílias mais pobres, há um único celular para ser dividido entre todos os moradores. Nas famílias



Nunca fiz curso, não sei usar a internet, não tenho computador

SUELI FERREIRA, 30 (não acessa a internet)

A frentista Sueli Ferreira, que, como 7% da população brasileira, não tem acesso à internet, declara não sentir falta dela

Nas classes média e alta, uso intensivo da web pelos jovens preocupa os pais

DA SUCURSAL DO RIO

O uso intensivo da internet por parte dos jovens faz parte do perfil das famílias de classe média ou alta no Brasil. A analista de sistema Teresa Puzzi Nicolau, 46, tenta sempre conversar com os dois filhos sobre um limite para o uso da rede, mas diz que a tarefa não é fácil.

"Me preocupa muito o tempo que meus filhos ficam na internet. Há dois anos, o acesso era limitado apenas aos finais de semana ou à noite, mas hoje tento estabelecer o tempo máximo de duas horas por dia, mesmo sabendo que isso não está sendo seguido. Já pensei até em bloquear o acesso deles no período em que trabalho, mas ponderei que isso traria

problemas em relação a pesquisas e deveres que eles têm que fazer na escola."

A filha de Teresa, Andréia Nicolau, 14, admite que fica bem mais do que duas horas por dia na Internet. Segundo seus cálculos, são mais ou menos sete horas por dia, principalmente usando o Messenger e o Orkut.

O mesmo dilema sobre o tempo de uso da internet pelos jovens foi enfrentado pelo comerciante Sérgio Pinho, 57. Seu filho, Maurício Pinho, 16, usa a rede mundial de computadores somente de sexta a domingo. "Estabeleci isso porque, se ele ficar só na frente do computador, acaba não fazendo mais nada no dia. Quero que ele faça outras coisas no dia dele", afirma o pai.

Além de inacessível, internet não desperta interesse de pais pobres

DA REPORTAGEM LOCAL

A disseminação de LAN houses e a instalação de computadores com acesso à internet em escolas, centros culturais e associações vêm propiciando a mais e mais paulistanos o uso da rede. Mas isso, não necessariamente, tem despertado o interesse dos cidadãos.

A frentista Sueli Ferreira, 30, não tem acesso à internet e não sente falta dela. "Nunca fiz curso, não sei usar, não tenho computador", diz. Mas, conta, se tivesse necessidade de usar a rede mundial de computadores, poderia ir a uma LAN ou a um centro cultural.

O vendedor Nelson Gomes jamais usou a internet. Se quisesse, diz, poderia

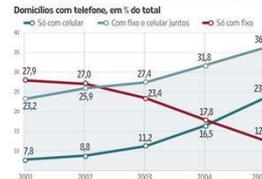
acessar a rede na casa de amigos. "Mas nunca me interessei." Preocupado com a educação dos filhos, de dois e sete anos, o vendedor pensa atualmente em adquirir um computador e tomar contato com a rede, mas ainda sem grande empolgação.

Ricardo Augusto, 30, funcionário de uma lava-rápido na Vila Nova Cachoeirinha (zona norte de SP), não tem computador e nunca esteve em uma LAN house. "Não tenho o que procurar", diz ao questionado sobre sua relação com o mundo virtual.

Outro "desinteressado" no assunto é o aluno do terceiro ano do ensino secundário Gabriel Paíão, 17. "Não sou muito chegado [à internet]". Gabriel vendeu recentemente o seu computador.

CELULAR X FIXO

Telefone móvel está mais presente nas casas dos brasileiros



MULHERES MAIS NOVAS E HOMENS MAIS VELHOS TEM MAIS CELULAR

Percentual de pessoas de 10 anos ou mais que possuem celular segundo a faixa etária e o sexo



Fonte: IBGE/IBD

A matéria publicada no dia 16 de setembro de 2006 com o título “Mais de 120 milhões não utilizam internet” trata do número de usuários da rede. Nos domicílios com renda mensal maior a utilização da web chega a 70%, enquanto os mais pobres contabilizam 3%. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2005, 79% da população com mais de dez anos não teria acessado a internet nos últimos três meses.

A publicação do gênero notícia está localizada no caderno “Dinheiro” ocupando a página B19. O acesso à internet cresce conforme a renda, o mesmo acontece em relação ao grau de escolaridade.

Segundo a Pesquisa desde 2001 o contato com a rede nos domicílios tem aumentado, mas continua baixo. No início da década cerca de 8,6% das residências estavam conectadas, em 2005 o percentual chegou a 13,9%. A página teve toda sua totalidade voltada para o tema, sendo a matéria composta por retrancas, gráficos, imagens e depoimentos, como o da frentista Sueli Ferreira que faz parte dos 79% sem acesso à rede.

Além disso, a publicação aborda outros dados da Pnad de modo que traz um texto sobre fato do celular estar presente em mais lares do que o telefone fixo, 24% para 13%, respectivamente. Os números confirmaram a tendência de crescimento do uso do aparelho móvel em contraponto a queda do aparelho fixo.

Na publicação o discurso dominante é o econômico. Mesmo destacando a informação de uma quantidade relevante de pessoas fora da rede, a matéria tem o seu foco nos dados da Pnad, os trabalhando de variados aspectos, como a disparidade de uso entre os mais ricos e os mais pobres.

Considerando os procedimentos para a análise, a publicação manifesta de forma mais intensa a forma expositiva, visto que evidencia os dados da Pesquisa de múltiplas dimensões.

O modo discursivo opera como suporte para as constatações e afirmações feitas, como pode ser observado no segundo parágrafo: “como era de se esperar em um país com altos índices de desigualdade, o acesso varia significativamente de acordo com renda ou escolaridade. No maior extremo de renda pesquisado (domicílios com renda per capita superior a cinco salários mínimos), 69,5% dos brasileiros usavam. No extremo oposto (renda per capita inferior a ¼ do salário mínimo), esse mesmo percentual era de apenas 3%”.

Os índices são esmiuçados visando à demonstração de quem são as pessoas que têm acesso e as pessoas que integram os 120 milhões que não utilizam internet, como traz o título da publicação. No nono parágrafo é evidenciada qual parte da população detém maior contato com a rede: “os maiores percentuais de acesso foram encontrados na faixa etária de 15 a 17 anos, com 33,9% da população usando a rede. De 18 a 24 anos, a proporção continua acima de 30%, mas passa a cair gradualmente de acordo com a idade, chegando a apenas 3,3% da população acima de 60 anos”.

Além disso, a exposição é complementada com um gráfico comparando o percentual de acesso nos três meses anteriores ao período de referência: por anos de estudo; classes de rendimento; e entre homens e mulheres.

A publicação ainda apresenta a prática persuasiva ao salientar as disparidades do acesso à rede pelos brasileiros e ao buscar provocar uma reflexão. Na retransmissão denominada “Apartheid” foi disposta a fala do diretor executivo do Comitê pela Democratização da Informática, Rodrigo Baggio, sobre o “apartheid digital” existente no país: “há uma legião de excluídos à margem da sociedade do conhecimento. É um cenário extremamente preocupante, principalmente quando comparamos nossa situação com a de outros países, já que hoje o uso da tecnologia é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento social e econômico de uma sociedade”.

Fora do texto principal, mas complementando o tema como um todo foram postas duas matérias destacando essas diferenças. A primeira trata da preocupação de pais quanto ao uso exagerado da rede por jovens de classe média e alta. Já a segunda aborda o fato de que a internet além de não ser acessível, também não desperta o interesse dos mais pobres.

3.2 PUBLICAÇÕES 2010

No ano de 2010, o segundo mandato de Lula como presidente chegava ao fim. Visando a manutenção do partido do PT no poder, o governante lança a candidatura de Dilma Rousseff, que ganharia com 56,5% dos votos sendo a primeira mulher eleita para a presidência no Brasil.

Deste intervalo foram avaliadas cinco matérias dos meses de setembro e outubro. As matérias selecionadas abordam questões econômicas a partir de dados estatísticos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)

3.2.1 OUTUBRO DE 2010

FOLHA DE S. PAULO
SEGUNDA-FEIRA, 18 DE OUTUBRO DE 2010 B1

mercado

Geração 'nem-nem' cresce longe de emprego e escola

Aumenta a parcela de jovens brasileiros que vive sem estudar ou trabalhar

Combinação de fatores exclui essas pessoas dos benefícios do menor desemprego e da maior inclusão educacional

ERICA FRAGA DE SÃO PAULO

Nem estudando, nem trabalhando. Mais de dois em cada dez jovens brasileiros entre 18 e 20 anos se encontram nessa espécie de limbo em 2009, a margem da crescente inclusão educacional e laboral registrada no país em anos recentes.

Essa geração "nem-nem" (tradução livre do termo inglês, "ni estudam ni trabasan", usado em espanhol) representa uma parcela crescente dos jovens de 18 a 20 anos.

Eram 22,5% dessa faixa etária em 2001 e 24,3% em 2009 (o equivalente a 2,4 milhões de pessoas). Nesse mesmo período, a taxa de desemprego no país recuou de 9,7% para 8,4%.

Os dados são da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) e foram levantados pelo pesquisador Narciso Menezes Filho, do Centro de Políticas Públicas do IUPERJ.

Segundo especialistas, essa tendência é resultado de várias causas. Entre elas, paradoxalmente, o maior aquecimento no mercado de trabalho — que tem acirrado a competição — e o aumento significativo de transferências do governo para famílias de renda mais baixa.

"Há mais vagas sendo criadas, mas a concorrência também é maior e esses jovens têm pouca ou nenhuma experiência", diz Menezes.

A hipótese é confirmada pelos próprios jovens que fazem parte dos "nem-nem".

"Quem emprega quer experiência. Não tem muita oportunidade para jovens da minha idade", reclama Cibele Moreira, 20 anos, ensino médio completo e desempregada há três meses.

A falta de experiência se soma outro problema: a formação educacional precária.

"Temos hoje um cenário de jovens com escolaridade crescente mas de péssima qualidade. Nos últimos 15 anos, a política educacional privilegiou o ensino universitário, em detrimento do fundamental e do médio", diz Cláudio Dedecia, professor de economia da Unicamp.

Quem recruta jovens faz esse diagnóstico.

"O resultado de anos e anos de aprovação automática é que jovens com diploma de ensino médio chegam aqui sem falar bem o português. São especialistas em Orkut, mas não têm ideia de como usar o Office", diz Bruna Barreto, do Ibet (Instituto Brasileiro Pró Educação, Trabalho e Desenvolvimento).

Em situação ainda pior está quem nem terminou o ensino médio. É o caso de Larissa Farias, 18 anos. "Perdi a vaga na escola por excesso de faltas. Estava trabalhando como auxiliar de cozinha."

Mas, segundo especialistas, há jovens em situação oposta à dela. São os que decidem adiar os planos de trabalhar porque a renda da família esgotada com transferências do governo.

"Jovens de famílias nas quais algum membro recebe transferências do governo acabam incentivados a não buscar trabalho", afirma José Márcio Camargo, da PSC-RJ e da Opus Gestão de Recursos.

LEIA MAIS nas pág. B4 e B5

Seleção para auxiliar administrativo, em ONG no Rio

SEM ESTUDO NEM EMPREGO

Parcela de jovens de 18 a 20 anos fora da escola e do mercado de trabalho aumenta

PESSOAS DE 18 A 20 ANOS QUE NEM ESTUDAM NEM TRABALHAM

Em % do total

Ano	Porcentagem (%)
2001	22,5
2002	22,3
2003	23,0
2004	22,3
2005	22,8
2006	23,1
2007	23,2
2008	23,0
2009	24,3

Fonte: PNAD, com elaboração de Narciso Menezes Filho (IUPERJ)

A SAP AJUDA A LUFTHANSA A FAZER O QUE ELAS JÁ FAZEM BEM, ANDA MELHOR.

De 188 centros até os últimos dez pontos, a Lufthansa escolheu as melhores SAP para otimizar as operações de toda a empresa e manter seus 116 mil funcionários atualizados e informados, mesmo quando estão no ar. Saiba mais em sap.com.br/centraldecontato ou ligue 0800 000 00 00.

FAÇA MELHOR COM A SAP.

SAP

SEGURO
MAIS VELOZ
ALTO
MACIO
ELEGANTE
PONTUAL
IMPONENTE
BRILHANTE
LEVE
LIMPO

3.2.1.1 18 de Outubro De 2010, Caderno Mercado, Página B1

Fonte: Acervo Folha de S. Paulo. Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=18450&keyword=PNAD&anchor=5835356&origem=busca&pd=f962db0181defc6f4a8ebae22858f08f>

Com o título “Geração ‘nem-nem’ cresce longe de emprego e escola”, publicada no dia 18 de outubro de 2010 trata do aumento no número de jovens brasileiros que vivem sem estudar e trabalhar. A matéria do gênero notícia encontra-se na página B1 do caderno “Mercado” e divide espaço com o anúncio do software Sap, utilizado pela companhia aérea Lufthansa.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2009, mais de dois em cada dez jovens brasileiros entre 18 e 20 anos se encontram na condição de “nem-nem”. Em 2001 eles eram 22,5% passando a 24,1% em 2009. Uma das explicações trazidas pelo texto para essa elevação seria o acirramento na concorrência das vagas de emprego, deixando sem lugar quem não possui experiência.

A publicação traz um gráfico sobre o aumento dos “nem-nem”, uma foto de uma seletiva para auxiliar administrativo e uma retranca intitulada “Sem português”. Mesmo completando o ensino médio alguns jovens mantêm deficiências em relação ao aprendizado da língua, algo que os prejudica em entrevistas de emprego e na possibilidade de obter uma colocação no mercado.

A matéria tem como discurso prevalecente o econômico. A Pnad demonstrou que mesmo com maior acesso à escolaridade, mais de dois em cada dez jovens enfrentam problemas para se inserem no mercado de trabalho, devido a formação escolar falha e a falta de experiência.

Conforme as práticas discursivas, a publicação tem como dominante a forma expositiva, já que evidencia os aspectos da geração nem-nem, abordando os fatores que levam os jovens a essa condição.

No primeiro parágrafo são expostos os dados da Pnad sobre a situação com uma contraposição aos avanços educacionais dos últimos anos: “nem estudando, nem trabalhando. Mais de dois em cada dez jovens brasileiros entre 18 e 20 anos se encontravam nessa espécie de limbo em 2009, à margem da crescente inclusão educacional e laboral registrada no país em anos recentes”.

Mesmo com o recuo na taxa de desemprego, a Pesquisa mostrou aumento nos “nem-nem”, como pode ser visto no terceiro parágrafo: “eram 22,5% dessa faixa etária em 2001 e 24,1% em 2009. Nesse mesmo período, a taxa de desemprego no país recuou de 9,3% para 8,4%”.

A exposição é complementada com falas de especialistas e de jovens. Os dados da Pesquisa são alinhados com as declarações das fontes e buscam comprovar as causas do fenômeno. Dentre os motivos listados para a circunstância estão a maior concorrência no mercado e os programas sociais do governo, o que pode ser observado no quinto parágrafo: “[...] entre elas, paradoxalmente, o maior aquecimento no mercado de trabalho - que tem acirrado a competição - e o aumento significativo de transferências do governo para as famílias de renda mais baixa”. A prática ainda conta com o recurso gráfico por meio da representação de todos os índices da geração de 2001 a 2009, junto a informação de crescimento em relação ao ano anterior.

Além do modo expositivo, a publicação também denota a forma persuasiva ao justificar o aumento dos “nem-nem” com as ações dos programas de transferência do governo, porém, a matéria não explica o porquê dessa associação. A relação poderia ocorrer devido a existência da possibilidade de poder escolher se dedicar aos estudos em virtude da melhoria na renda familiar, mas a situação não é mencionada.

No penúltimo parágrafo a prática pode ser observada, sendo a mesma resguardada com a fala de uma autoridade da área: “mas, segundo especialistas, há jovens em situação oposta à dela. São os que decidem adiar os planos de trabalhar porque a renda da família engordou com transferências do governo”.

O parágrafo anterior ao trecho trouxe o depoimento de uma jovem que perdeu a vaga na escola por faltar para trabalhar. O texto se encerra com as aspas do professor da PUC-RJ, José Márcio Camargo: “jovens de famílias nas quais algum membro recebe transferências do governo acabam incentivados a não buscar trabalho”.

3.2.2 SETEMBRO DE 2010

FOLHA DE S. PAULO
DOMINGO, 26 DE SETEMBRO DE 2010 B1

mercado

11% dos ocupados buscam emprego melhor

Número recorde, 10 milhões de pessoas com trabalho procuram nova vaga, mostrando aquecimento da economia

Insatisfeitos à procura de salários e condições melhores superam em número a massa total de desempregados

EDCA FRAGA
SÃO PAULO

Dez milhões de brasileiros que tinham emprego em 2009 estavam em busca de um trabalho melhor. Esse número é recorde em termos absolutos e equivale a 10,8% do total da população ocupada no ano passado, o maior percentual também já registrado.

Desde 2002, esse batalhão de ocupados dedicados a encontrar outro trabalho tem ultrapassado o total dos próprios desempregados à procura de uma vaga.

Em 2001, início da série histórica, eram 286 milhões de desempregados e 6,45 milhões de ocupados buscando um trabalho. No ano passado, a relação era de 8,62 milhões de desempregados para 10 milhões de empregados.

Essa mudança estrutural no mercado de trabalho se reflete em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, levantados pela Folha.

Segundo analistas, a tendência é explicada principalmente pelo forte aquecimento do mercado de trabalho nos últimos anos.

"Com o mercado de trabalho mais aquecido, as pessoas estão mais motivadas a procurar emprego, mesmo já tendo um", diz Sérgio Mendonça, economista do Dieese (Departamento Interinstitucional de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

Nasceu Menezes, coordenador do Centro de Políticas Públicas do Insper, diz que a busca por emprego, mesmo entre a população ocupada, está crescendo na esteira do aumento da taxa de contratação na economia.

Possibilidade de deixar a informalidade e de ganhar um salário mais alto são outros fatores citados por analistas para explicar o boom de trabalhadores ocupados em busca de outra vaga.

NOVAS OPORTUNIDADES

O estoque de vagas foi maior na economia alcançou 41,2 milhões em 2009 —eram 26,2 milhões em 2000.

Segundo dados da Pnad, o rendimento médio real (descontada a inflação) da população ocupada cresce há cinco anos no Brasil.

"As pessoas comparam seus salários com oportunidades que estão surgindo e oferecem rendimento mais alto", afirma Menezes.

Mesmo em 2009, ano em

COREIA DO SUL Reformulado, instituto quer se tornar "MIT asiático"
Págs. 88 e 89

DESCONFIANÇA África do Sul vive ressaca econômica depois da Copa
Pág. 84

Breve lançamento na região da Consolação

COSMOPOLIZE-SE

APARTAMENTOS DE 46 a 69m²
Segurança, charme, lazer e serviços exclusivos para sua comodidade.

Mapa de localização:

A Rua Álvaro de Carvalho recebeu um amplo trabalho de revitalização e agora seu projeto paisagístico está ligado à Rua Avanhadava e ao seu clima gostoso e inspirador. É o lugar local que está nascendo um empreendimento moderno com o clima que sua vida procura. É o lugar para pessoas como você. Cosmopolize-se. Seja Mood.

Conheça o apto. decorado por Fernanda Marques
Rua Álvaro de Carvalho, 341
www.moodsaopaulo.com.br • Tel.: 3258-8673

Participação: **SOL PANAMBY** | Remoção: **magik** | Instalação e Construção: **CYRELA**

Projeto arquitetônico: NCA Arquitetos Ltda. Projeto paisagístico: Roberto Assaf. Decoração dos ambientes: Fernanda Marques. Interiores responsáveis: Prata em Forma Engenharia Interiores Ltda. Cyrela Brasil Realty. An. Prop. Associação Paulista, 1.481 - 2º andar - São Paulo - SP. Cnpj: 06.904.310/0001-20. São Paulo - SP. O empreendimento somente será comercializado após o registro da Matrícula de Incorporação no cartório de imóveis nos termos da Lei nº 4.591/64. O SMS não tem custo para o participante. O serviço está disponível para todos os apartamentos do projeto. O horário de atendimento é de segunda a sexta das 9h às 18h. Domingos e feriados das 10h às 18h. A participação no SMS acontece por e-mail e em conjunto com o número indicado na particularização. Imagens ilustrativas.

26 de Setembro De 2010, Caderno Mercado, Página B1

Fonte: Acervo Folha de S. Paulo. Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=18428&keyword=Pnad&anchor=5838187&origem=busca&pd=90dc9d36f3113d47e67212c3e0c6f8de>

Publicada no dia 26 de setembro de 2010, a matéria “11% dos ocupados buscam emprego melhor” discorre a respeito das 10 milhões de pessoas com trabalho que procuram uma nova vaga no mercado com melhores condições e salários. A publicação do gênero notícia está localizada na página B1 do caderno “Mercado” e divide espaço com a publicidade da empresa Mood sobre o empreendimento na Rua Álvaro de Carvalho.

De acordo com o texto desde 2007 o número de pessoas empregadas que procuram um novo emprego é maior do que a quantidade de desempregados que buscam uma colocação no mercado, ou seja, 8,42 milhões de desocupados contra 10 milhões de ocupados a procura de uma vaga.

A publicação traz a retranca “Novas oportunidades” que trata do aumento no índice de vagas formais, eram 26,2 milhões em 2000 e chegou a 41,2 milhões em 2009. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2009 o rendimento mensal da população empregada cresce há cinco anos no Brasil.

A publicação apresenta principalmente o discurso econômico. São abordados os reflexos e fatores da procura de emprego por ocupados na economia. O texto é composto por observações a respeito do fenômeno por meio da colocação dos indicativos da Pesquisa.

De acordo com a análise aplicada, a matéria apresenta em sua maior parte a prática expositiva, uma vez que se ancora nos dados da Pnad visando a evidenciar as razões e os objetivos de quem busca emprego mesmo trabalhando, como traz o subtítulo “insatisfeitos à procura de salários e condições melhores superam em número a massa total de desempregados”.

No primeiro parágrafo é possível perceber o tom expositivo e promissor que compõe o texto: “dez milhões de brasileiros que tinham emprego em 2009 estavam em busca de um trabalho melhor. Esse número é recorde em termos absolutos e equivalia a 10,8% do total da população ocupada no ano passado, o maior percentual também já registrado”.

O modo discursivo ilustra o aumento na procura por colocações melhores através de comparações com os anos anteriores, como pode ser visto no terceiro parágrafo: “em 2001, início da série histórica, eram 7,86 milhões de desempregados e 6,45 milhões de ocupados buscando um trabalho. No ano passado, a relação era de 8,42 milhões de desocupados para 10 milhões de empregados”.

Além disso, são utilizadas falas de especialistas e analistas para demonstrar os porquês dos indicativos trazidos pela Pnad 2009. Os motivos são listados e explicados, o que pode ser observado no sétimo parágrafo: “Naercio Menezes, coordenador do Centro de Políticas Públicas do Insper, diz que a busca por emprego, mesmo entre a população ocupada, está crescendo na esteira do aumento da taxa de contratações na economia”.

Na retranca é exposto o outro lado dos índices, como o crescimento dos empregos formais e da busca por oportunidades em meio à crise: “mesmo em 2009, ano em que a crise financeira sacudiu o mundo e fez a economia brasileira ter uma leve contração, o número de trabalhadores ocupados em busca de outro emprego de um salto de 21,4% em relação a 2008. Esse foi o maior aumento percentual anual registrado desde 2001”.

A prática discursiva narrativa atua como apoio para a situação dos números empregados na publicação, validando comparações e colocações. A forma ocorre desde o início do texto, podendo ser notada já no segundo parágrafo: “ desde 2007, esse batalhão de ocupados dedicados a encontrar outro trabalho tem ultrapassado o total dos próprios desempregados à procura de uma vaga”.

Na segunda parte da matéria, a narratividade se mostra relevante para estruturação dos dados da Pnad em relação ao acontecimento da crise de 2009. O penúltimo parágrafo se aporta no período da Pesquisa como determinante para o resultado obtido: “os dados da Pnad são levantados em setembro de cada ano. Para os dois economistas, em setembro de 2009, o pior da crise já havia ficado para trás. Portanto, os trabalhadores ocupados em busca de outro emprego estariam mais movidos pelo otimismo de conseguir uma colocação melhor do que pelo medo de ficar sem vaga”.

O texto ainda apresenta a forma persuasiva ao focar nos indicativos com olhar próspero. O número de empregados buscando uma vaga se sobressaiu ao número de desempregados e sustentou o caráter animador da publicação, o que pode ser verificado no terceiro parágrafo já mencionado nesta análise. A publicidade presente na página também deve ser levada em consideração para a análise, visto que a matéria emprega um tom promissor para o mercado de trabalho e traz o anúncio do lançamento de um empreendimento com apartamentos de 46 a 69 m².

GRACAS AO DEPUTADO Miro Teixeira, o debate em torno da liberdade de expressão mudou de patamar em abril passado, quando ele deturpou a Lei de Imprensa no Supremo Tribunal Federal. Era um entulho da ditadura e foi mandada ao lixo, acompanhando um voto do relator do processo, ministro Carlos Ayres Brito.

Infelizmente, a censura esgarçou-se pelos cantos das leis e dos tribunais, edificando um absurdo, segundo o qual a expressão dos brasileiros é livre em todas as ocasiões, salvo durante as campanhas eleitorais, como se essa não fosse a ocasião em que ela é mais necessária.

Miro Teixeira levou ao Supremo a seguinte formulação: toda cidadão ou empresa é responsável pelo que escreve ou publica, nas formas da lei, depois (repetindo, depois) da propagação da notícia, ou da opinião. Isso pode custar dinheiro ou até mesmo a liberdade ao infrator. O contrário é a censura, proibida pela Constituição.

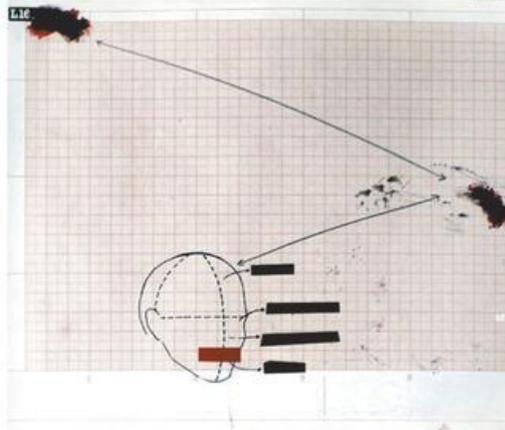
Em menos de dois meses o Judiciário foi acionado tanto pelo PT como pelo PSD. Um não queria que o outro usasse a imagem de Lula. O outro constrangeu o governo, levando-o a suspender o programa radiofônico do presidente da República. Um jornal mineiro foi multado por ter feito "propaganda eleitoral antecipada" de José Serra. Uma das provas disso estava numa fotografia com falsos do candidato.

A eccentricidade chegou ao pica-dentro quando o TSE, com base numa lei caduca, previu proibir piadas que "degradem ou ridicularizem" candidatas. Era o conflito com os humoristas. Quando alguém se mete em briga com palhaço, pode estar certo: o profissional é o salimbão: o palhaço, quem sabe?

Felizmente, num julgamento do Supremo que levou novamente Miro Teixeira à tribuna e o ministro Ayres Brito a uma nova reflexão em torno da liberdade de expressão, a norma foi mandada ao arquivo.

Miro feriu a censura, falta sepultá-la

ELIO GASPARI



A mordada do Judiciário inibia a campanha, falta o Supremo limpar a legislação

A campanha eleitoral está nos seus últimos dias e o estrago que a censura podia ter feito já se consumou. Nos próximos meses o debate poderá ser retomado. Se a Constituição diz que não há censura e se o Supremo já decidiu que é assim, falta

terminar a faxina. Todo mundo defende a liberdade de expressão, salvo quando ela se torna incômoda, ou mesmo abusiva, criminosa. O remédio para as mofetorias não está na tesoura, mas nas leis que protegem os cidadãos e penalizam aqueles que se violam. A ideia segundo a qual "algo deve ser feito" embute um dráble na Constituição. O que se fez ser feito está há tempo nas leis, basta aplicá-las.

Durante dez anos, de 1968 a 1978,

a imprensa brasileira foi submetida a formas variadas e selvagens de censura. O principal responsável pelo fim da censura foi um general que, sinceramente, condenava o voto ditado para a escolha de governantes, a interferência do Congresso em matéria ocumtária e a liberdade de imprensa. Chamava-se Ernesto Geisel. Tendo governado o país de 1974 a 1979, aprendeu que ela não funcionaria, contaminando o governo ao encobrir corruptos.

CAMPO MINADO

Numa das campanhas geológicas das anomalias que desembocam na fabricação de dossiês está a relação incôstua de órgão públicos com empresas de assessoria de comunicação.

Em geral, ministérios e empresas estatais dispõem de serviços funcionais próprios (mal pagos), mas sempre há poderosos brilhantes, capazes de cesar contratos de publicidade de com serviços (caríssimos) de assessoria personalizados. Essas terceirizações atendem preferencialmente aos interesses políticos e pessoais dos ministros ou ministros do que a política pública de que eles devem cuidar.

Disso resulta que às vezes um cidadão assessorou um magnão na segunda-feira e um empresário com interesses na área do doador na terça. Mais tarde, abre sua própria empresa e vai montar dossiês.

RIO, 2 X SP, 1

Durante anos o governo do Rio correu nas costas a má fama de não adotar uma tarifa semelhante à do Rêbete Único de São Paulo. Em novembro entra em vigor a tarifa do Rio, ultrapassando o alcance da paulistana, pois estará integrada a rede intermunicipal do Estado, onde o RJ vigora há meses.

KNOW HOW

Pera a história da deposição de Fernando Collor em 1992, durante os trabalhos da CPI que investigava os trabalhos de Paulo Cesar Farias, os deputados trabalharam todo o tempo com uma declaração de bens do tesoureiro do presidente surrugiada por petistas, que a extraíram do banco de dados da Receita Federal. Ao apagar das lazes da CPI os doutores perceberam que trabalharam em cima de um ilícito. Só entrão um parlamentar foi ao Ministério da Fazenda com um ofício capaz de desfigurar a malfeitoria, obtendo um documento legítimo.

CELULARES, PRIVADAS E 'UNIVERSOS PARALELOS'

Em abril passado os mastigadores de números da ONU surpreenderam o mundo ao mostrar que na Índia (1,1 bilhão de habitantes) só 37% da população tinha acesso ao saneamento básico, enquanto 82% dos indíes tinham celulares. Privada x celular seria um indicador duplo que o colunista americano Roger Cohen chamou de "universos paralelos".

A Pnad de 2009 mostrou uma si-

tuação parecida em Pindorama. Dos 190 mil habitantes brasileiros, 78 milhões não têm acesso ao saneamento, enquanto há no país 162 milhões de celulares. (Como há pessoas que têm mais de um aparelho, esse número não pode ser diretamente associado à população.)

É possível que essa comparação seja um fútil exercício estatístico, mas a ideia dos "universos parale-

los" é estimulante. O cidadão mora em Itaboraí (RJ), não tem latrina, mas fala com o avô em Tuiú, no interior cearense. Os serviços de comunicações, privatizados, expandem-se com mais vigor, e muito maior rentabilidade, que o saneamento estatal. Ademais, não se conhece caso de pessoa que tenha trocado saneamento por celular.

O cidadão com celular entra num

universo onde pode se informar e reivindicar melhores serviços públicos. (Mesmo sabendo-se que 82% dos celulares brasileiros são pré-pagos.)

O mundo de "universos paralelos", com mais celulares do que privadas, torna-se chocante quando se vê a expansão mundial do mercado de água engarrafada. No próximo ano ele valerá US\$ 86 bilhões, 57% acima da cifra de 2006.

A degradação (ou o medo) da qualidade da água da torneira criou um hábito regressivo. No século 19 o an-

dar de cima de Londres consumia água encanada. Quem a comprava a granel era a parafeteia, pois as fontes públicas espalhavam cólera.

O Brasil é o quarto mercado consumidor de água engarrafada, depois dos EUA, México e China. Como a própria associação das empresas do setor reconhece, há marcas de "mineralizadas" que são apenas água da torneira (tratada com dióxido da Vítula) enfeitada com alguns sais.

Ilustrada em cima da hora

Sofia Coppola vence 67º Festival de Veneza

Quentin Tarantino ainda premia marginais como Monte Hellman e Álex da Iglesia

ANA PAULA SOEIRA
ENVIADA ESPECIAL A VENEZA

O júri da 67ª edição da Mostra Internacional de Cinema de Veneza não negou a origem de seu presidente, Quentin Tarantino. O cinema norte-americano saiu do li-do muito bem servido de Leões e de honras.

Começa Sofia Coppola o prestigioso Leão de Ouro concedido pelo mais antigo festival de cinema.

"Somewhere" (algum lugar), seu delicado filme sobre o mundo do show business e a vida que gira em falso, conquistou, segundo Tarantino, a unanimidade do júri.

Apesar de "Somewhere" ter sido percebido, desde o início, como um forte concorrente, até ali, indicava que o palco seria reservado para os que testaram os limites da linguagem cinematográfica.

Antes do chamar Coppola, Tarantino entregara um Leão especial ao veterano norte-americano Monte Hellman que, com "Road to Nowhere"



A cineasta Sofia Coppola recebe o Leão de Ouro no Festival de Veneza por "Somewhere"

(estrada para lugar nenhum), discutia o sentido da própria narrativa.

Também o polonês Jerzy Skolimowski, marginal por opção, tinha subido duas vezes ao palco. "Essential Killing" (assassinato básico), filme sem diálogo, sobre um homem que, para sobreviver, se torna um assassino, recebeu o Prêmio Especial do Júri

e rendeu a Vincent Gallo o prêmio de melhor ator.

Outro radical duplamente lembrado, pela direção e pelo roteiro, foi o espanhol Álex da Iglesia, com "Balada Triste de Trompeta", um filme alucinante.

Absolutamente inesperado foi o prêmio de atriz a Ariane Labed, protagonista do filme grego "Attenberg",

que não despertou especial atenção durante o festival.

1 Leia a lista completa dos vencedores do Festival de Veneza
folha.com/102554

2 Leia um perfil do cineasta Jerzy Skolimowski
folha.com/102554

cotidiano em cima da hora

FAB localiza um corpo e destroços de helicóptero na serra do Mar

DE SÃO PAULO - Avôes da Força Aérea Brasileira localizaram em uma montanha da serra do Mar, em Itanháim (106 km de São Paulo) um corpo e os destroços do helicóptero que havia desaparecido antecedente com duas pessoas a bordo.

Após o início da noite de ontem, não havia nenhuma informação sobre as identidades dos ocupantes da aeronave — piloto e um passageiro.

Aeronáutica iria levar o corpo até a Fazenda Mambuca, uma reserva florestal localizada a 56 km de Itanháim, para que ele fosse entregue à polícia para identificação.

O helicóptero PT-109N havia decolado por volta das 11h15 de sexta-feira de Peraiú (135 km de São Paulo), no litoral do

Estado, com destino ao aeroporto do Campo de Marte, na zona norte da capital.

A previsão era que a rota fosse feita em 55 minutos, mas o aparelho deixou de fazer contato com o controle de tráfego aéreo perto das 14h.

Segundo a Polícia Militar, partes da cauda e da cabine do helicóptero foram localizadas em uma área da serra de difícil acesso, distante cerca de 30 minutos de voo do Clube de Ultrapasse de Peraiú, de onde havia decolado a aeronave.

De acordo com informações da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), o helicóptero, com capacidade para três pessoas, tinha manutenção em dia e só deveria passar por nova vistoria em abril de 2011.

A publicação “Celulares, privadas e ‘Universos paralelos’” do dia 12 de setembro de 2010 compara a proporção de acesso a saneamento básico a posse de celulares. Na Índia 31% da população não tinha saneamento, mas 45% possuíam aparelhos móveis. A matéria do gênero opinativo ocupa a página A11 do caderno “Poder” e faz um paralelo com o Brasil por meio de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Segundo a Pesquisa dos 190 milhões de brasileiros, 78 milhões não possuem saneamento adequado, porém há no país 162 milhões de celulares. O opinativo divide lugar com matérias de temas diversos como a premiação de Sofia Coppola no 67º Festival de Veneza.

O discurso predominante na publicação é o político. Os indicativos da Pnad são usados de forma a fortalecer a comparação com números coletados na Índia e demonstrar a situação de desequilíbrio existente no Brasil.

Segundo as práticas empregues, a publicação tem como prevacente a forma persuasiva ao sustentar e desaprovar a existência de um “Universo paralelo” em que as pessoas possuem mais acesso a celulares do que a saneamento básico.

A construção da crítica se estabelece com a confrontação de indicativos indianos levantados pela Organização das Nações Unidas (ONU), como pode ser visto no primeiro parágrafo: “em abril passado os mastigadores de números da ONU surpreenderam o mundo ao mostrar que na Índia (1,1 bilhão de habitantes) só 31% da população tinha acesso ao saneamento básico, enquanto 45% dos indianos tinham celulares”.

O segundo parágrafo concretiza a comparação ao utilizar os dados da Pnad que demonstram uma situação parecida no Brasil: “a Pnad de 2009 mostrou uma situação parecida em Pindorama. Dos 190 milhões de brasileiros, 78 milhões não têm acesso ao saneamento, enquanto há no país 162 milhões de celulares. (Como há pessoas que têm mais de um aparelho, esse número não pode ser diretamente associado à população)”.

Além disso, o terceiro parágrafo traz uma observação em cima dos dados expostos, mostrando a quem lê as contradições dessa conjuntura: “[...] O cidadão mora em Itaboraí (RJ), não tem latrina, mas fala com a avó em Tauá, no interior cearense. Os serviços de comunicações, privatizados, expandem-se com mais vigor, e muito maior rentabilidade, que o saneamento estatal. Ademais, não se conhece caso de pessoa que tenha trocado saneamento por celular”.

A publicação também apresenta a prática expositiva ao demonstrar o crescimento no consumo de água engarrafada alinhado a falta de saneamento. O Brasil é o quarto maior consumidor do produto, ficando atrás apenas dos EUA, México e China.

No penúltimo parágrafo o consumo é comparado ao século 19, além de fomentar uma crítica à condição: “a degradação (ou o medo) da qualidade da água da torneira criou um hábito regressivo. No século 19 o andar de cima de Londres consumia água encanada. Quem a comprava a granel era patuleia, pois as fontes públicas espalhavam cólera”.

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
PUBLICADO DESDE 1921 PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S/A

Presidente: LUIZ FREAS
Diretor Editorial: OTAVIO FREAS FILHO
Superintendente: ANTONIO MARCEL TEIXEIRA MENDES E DÉBORA BERTO
Editor executivo: SÉRGIO DAVILA
Conselho Editorial: ROGERIO CEARIZ DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JIANO DE FREITAS, GILBERTO FLORENTIN, CLAYTON ROSSO, CARLOS BRETHERTON, CESLEO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FREAS E OTAVIO FREAS FILHO (coordenador)
Diretora-executiva: ANTONIO CARLOS DE SOUZA (coordenador), ADALBERTO FERNANDES (coordenador), MARCELO BERTON (coordenador), MARCELO MACIARO GONÇALVES (coordenador) E MARCELO LUNGO JUNIOR (atendimento)

EDITORIAIS

editoria@folha.com.br

Castro em seu aquário

Com surpreendentes lances de autocrítica, o líder parece ter o objetivo de manter sob controle o processo de abertura econômica em Cuba

Poderia fazer parte de algum romance do realismo fantástico latino-americano o relato que o jornalista Jeffrey Goldberg publicou, no site da revista "The Atlantic", sobre seu encontro com Fidel Castro.

Aos 84 anos, o alcaideado líder cubano não perdeu a capacidade de atrair as atenções mundiais, mesmo depois de ter entregado a seu irmão Raúl o comando político do governo.

Sua entrevista com o repórter americano veio cercada de circunstâncias insólitas. Um show de golfinhos foi providenciado especialmente — era dia de folga dos funcionários no aquário de Havana — para delimitar a visita ilustre.

"Faca perguntas a ele sobre os golfinhos", disse Castro ao jornalista, apresentando-lhe o diretor do aquário. Logo depois, mudou de ideia. "Na verdade ele não entende nada de golfinhos; é um físico nuclear".

Por que um físico estaria trabalhando ali? "Assim o impedimos de construir bombas atômicas", respondeu Castro num acesso de riso. Chamou então uma veterinária, capaz de dar informações mais precisas sobre os cetáceos; era a filha de Che Guevara.

Foi, sem dúvida, o momento mais surreal de três dias de encontro entre Fidel e o jornalista; não foi, porém, o mais surpreendente.

O velho ditador tomou a iniciativa de condenar o anticomunismo do presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad, notório candidato a sucedê-lo no posto de símbolo máximo do antiamericanismo

global. As declarações que deu sobre o tema, diga-se de passagem, poderiam ser lidas com proveito por seus admiradores no Brasil.

Fidel Castro prosseguiu penitenciando-se de suas atitudes durante a crise dos mísseis, em 1962. Na época, sugerira aos soviéticos que desdescessem um ataque nuclear contra os EUA. "Sabendo do que sei agora", disse Fidel, "isso não teria valido a pena".

A verdadeira bomba, entretanto, viria depois. Perguntado se o modelo cubano ainda deveria ser exportado a outros países, "é comandante!" respondeu: "nossos parâmetros o modelo funciona mais".

Fosse para imitar o humor bizarro de alguns escritores latino-americanos, seria o caso de dizer que enquanto os golfinhos davam suas piruetas no aquário de Havana, com velocidade ainda mais vertiginosa Che Guevara havia de estar revirando-se na tumba. E, como diz uma antiga "boutade", o príncipe Fidel Castro teria se revivido também — não fosse o fato de estar vivo.

Vivíamos, aliás. Menos do que a um natural avançamento da tempo na idade avançada, pode-se atribuir a atitude de Castro ao interesse em manter a estrutura de poder implantada em Cuba.

O exemplo da China ilustra a possibilidade de se preservar uma ditadura de partido único num sistema de capitalismo de Estado. As mensagens de Fidel visam a facilitar, sem dúvida, a retomada dos investimentos americanos em Cuba — e a evitar que a condução do processo de abertura na ilha fuja do controle do castrismo.

Como o aquário de Havana, a economia e a política abertiva (parece dizer Fidel) no dia em que julgamos conveniente.

Lenta evolução

Dois aspectos do mundo do trabalho perseguido pelas estatísticas de 2009 da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) chamam atenção: o aumento no número de desocupados e a progressão pífia da renda. A persistente informalidade dos laços empregatícios recebe menos destaque, mas também preocupa.

O primeiro resultado tem relação com a crise financeira do ano passado. Em que pese o desempenho relativamente bom da economia brasileira ao longo da temporada, notório recedente de jactância do governo Lula, o nível de ocupação fez água.

Inverteu-se a trajetória de queda desde 2006 na taxa de desocupados, que foi de 12% a 8,3%. O contingente sem trabalho passou de 21 milhões de pessoas para 8,4 milhões, um avanço importante de 18,9%, que alçou em especial os mais jovens.

O segundo indicador, rendimento do trabalho, registrou crescimento de 2,2% entre 2008 e 2009, insuficiente para retomar o nível verificado 13 anos antes. Em

1996, no governo Fernando Henrique Cardoso, a média estava em R\$ 1.144,00; em 2009, ainda era de R\$ 1.111,00.

A precariedade que ronda o trabalhador se manifesta, além disso, no nível informal que anos atrás recebia a designação mais direta de "subemprego". É certo que vem caindo o contingente de empregados sem registro na carteira de trabalho, mas de forma lenta: 28,2% persistem nessa condição — um exército de 15,3 milhões de pessoas.

Entre os que trabalham por conta própria também grassa a informalidade. Só 14% dos autônomos prestavam serviços em empreendimentos registrados, com o cadastro de pessoa jurídica (CNPJ).

De maneira análoga à de outras áreas, também na esfera do emprego a Pnad confirma a conclusão de que o Brasil melhorou, mas pouco e desagar — bem mais devagar do que quer fazer crer a propaganda oficial, sempre inclinada a apagar as conquistas do passado e a creditar ao período lulista feitos extraordinários.



O sigilo das vítimas

SÃO PAULO — Apesar da cobertura intensa que TVs, rádios, revistas e jornais têm feito do escândalo da Rocineta, José Serra encontrou um jeito de dizer, na segunda-feira, que parte da imprensa ainda não havia percebido a sua gravidade, mas preocupada com os efeitos eletrônicos do episódio do que com a violação dos sigilos, ela mesma. Bem... Foi José Serra quem transformou o caso na peça de resistência de sua campanha. E isso tem menos a ver com a gravidade do delito (que é real) do que com o sulfoco da candidatura tuana (igualmente real).

Se estivesse à frente de Dilma Rousseff, com chances de derrota no primeiro turno, Serra lançaria mão do mesmo expediente? Daria essa mesma visibilidade ao caso?

O fato é que Serra se viu compelido a abraçar a pauta udestista ("a democracia está ameaçada pela delinqüência do PT") porque percebeu que, sem ela, suas armas contra o lulismo haviam se esvaído. O impacto eleitoral do episódio ainda está por ser dimensionado.

A agonia do "JB"

O "Jornal do Brasil" nasceu em 1891, fundado por Rodolfo Dantas, filho do Conselheiro Dantas, lendária figura do Império, para combater a República. Era um vilão da Monarquia, como dizia Nabuco, que formavam sua equipe de enfrentamento.

Entre eles, além do dono, o príncipe Nabuco, José Veríssimo e Rio Branco.

Saía com desejos de inovação: desenho gráfico diferente e distribuição com a grande novidade do usar carros. Logo foi fechado por Floriano, em 1894, quando seu redator-chefe era Ibaú Barbosa, republicano histórico. Mudou de propriedade e de nome.

Jornal naquele tempo era marcado pelas figuras que nele escreviam. Não se destinava a produzir e divulgar notícias, coisa adjetiva, mas a difundir ideias, empunhar uma causa, servir a um partido político ou combater um governo. Muitos deles descambavam para a passividade.

No Maranhão, quando começou a trabalhar em jornal, eles eram iguais aos do século 19. O velho jornalista maranhense Nascimento de Moraes, meu professor no Liceu e, paradoxalmente, meu colega de redação em "O Imparcial", dizia: "Artigo que se preza pelo aργerastar adversário tem que ter 'sevandija' (verme imundo), palavra em desuso. Foi correspondente do "JB" no Maranhão durante sete anos. Sua propriedade era a vilão do conde Pereira Carneiro, Maurício Dunsberg de Abanches, filho do professor Dunsberg de Abanches, maranhense, dono do Colégio Gregório de Jesus, que existiu até a década de 40. Ela visitava sempre o Estado, onde era a acompanhava.

Certa vez, em São Luís, ela quis visitar dona Gracia, senhora de renome na cidade, proprietária da Fábrega Têxtil Anil, localizada no bairro onde seu pai mantinha o colégio e onde morara na infância. Dona Gracia, já idosa, ao vê-la, exclamou: "Maurício, filha do professor Dunsberg, a Nemém Abranches, aqui do Anil, é a condessa? Que surpresa."

Recordo a condessa Pereira Carneiro, mulher inteligente, culta e líder, além oculta do jornal, que bancava sua modernização com a residência da vilão guarda, tendo à frente Anibal Freire.

Entregou a tarefa a Odílio Costa, filho, legendário nome da imprensa brasileira, construtor de equipe, poeta e jornalista brasileiro, com Imenso prestígio na classe, além de ser um homem bom e de grande caráter, muito ligado a Virgílio de Melo Franco e ao brigadeiro Eduardo Gomes.

Chateaubland dizia que doença que mata jornal leva dez anos. A do "JB" foi uma agonia lenta e longa décadas. Muitos tentaram salvá-lo.

Detonou um vazão e a lembrança de um emblemático órgão que documentou e influíu na história do Brasil.

JOSÉ SARNEY escreveu este texto para o jornal em 2009. José Sarney é jornalista e escritor. josesarney@folha.com.br

Banida da campanha

BRASÍLIA — Contrariando as expectativas, a política externa tem sido grande ausente da campanha eleitoral. Agora Luiz da Costa acusou o PT de ligações com as Farc e Lula chamando os EUA de "elefantes grandalhões", nada se vê, se ouve ou se discute sobre relações com Washington, União Europeia, América do Sul, China e Irã.

É uma pena, mas faz sentido. Para a candidatura da situação, basta aparecer ao lado de Lula. Para o candidato de oposição, só resta falar de saúde e de quebra de sigilo fiscal. Não há espaço para debater o mundo ou Brasil no mundo.

Além disso, o eleitor não dá a menor bola, e o governo e a oposição devem ter avaliado que teriam grande dificuldade para explicar a legitimação de um regime como o de Ahmadinejad, a aliança "cumpambeira" com Hugo Chávez e a lambança em Honduras. E Serra teria que engolir, sem contestar, vitórias como o salto

ELIANE CANTANHÊDE

de qualidade do Brasil no exterior.

Sem oposição real, nem parlamentares, nem dos sindicatos, nem dos movimentos sociais, quem acabou fazendo as vezes de criticar e cobrar o governo foram embaixadores ou ex-ministros que ocuparam posições de destaque com FHC, como Rubens Barbosa, Celso Lafer, Luis Felipe Lampreia. Mas eles ficaram roucos de tanto falar, sem serem ouvidos por Lula nem considerados pelo PSDB.

Depois de oito anos de Lula e diante da perspectiva de no máximo quatro de Dilma, eles perderam aliados no Kamartany, onde Amorim age para fazer o secretário-geral, Antônio Patriota, seu sucessor. Se Marco Aurélio Garcia detaxar.

Saiba-se que nem Patriota tem o fogo de Amorim, nem Dilma é um mundo de política externa como Lula. Muita coisa pode mudar. Além disso, Fidel ressurgiu das cinzas embaralhando certezas e, apesar do pragmatismo, a relação do Brasil com os EUA é uma incógnita.

elcane@uol.com.br

RUY CASTRO

Você sabia que...?

RIO DE JANEIRO — Outro dia lembrei-me da Rádio Relógio, uma emissora especializada em dizer as horas, minuto a minuto, sob os auspícios da Galeria Silvestre, "a galeria da luz". Entre um minuto e outro, sobre um incansável som de tique-taque, o locutor dava informações do tipo "você sabia que...?".

Você sabia, por exemplo, que o violonista José do Patrocínio Oliveira, que, em 1942, inspirou a criação por Walt Disney do pagagão Ze-Carica e Theodor sua via, era... paulista? Que John Wayne, o maior cowboy do cinema, não gostava de cavalos, não confiava neles e nunca vitaria as costas a um deles? E que o escritor Conan Doyle, criador do ultratranscendental Sherlock Holmes, acreditava em espíritos, reencarnações e ectoplasmas?

A Rádio Relógio já fechou há muito, mas seu formato de "você sabia que...?" ressurgiu todos os dias nos jornais. E esteve brilhante esta semana. Veja esta notícia: "Abelônios [de álcool] vivem me-

nos que abusadores". Uma pesquisa americana com 1.824 pessoas entre 25 e 65 anos, durante um período de seis meses, descobriu que 69% dos abusadores morrem no seu decorrer, contra 69% dos que bebiam exageradamente e 41% dos que bebiam com moderação.

Ou esta: "Cigarro vicia mais que maconha, diz estudo". O tal estudo, também americano, demonstrou que 9% dos que experimentaram erva ficaram dependentes, contra 15% dos que experimentaram álcool e 32% dos que experimentaram tabaco. Ou ainda esta: "Desemprego no Brasil é menor entre os que não concluíam o 2º grau: 4,7% da população contra 6,1% dos que concluíam".

Em pesquisa, você sabe, o que vale é a interpretação. Neste caso, significa que, se você beber todas, fumar maconha em vez de tabaco e largar a escola antes de concluir o 2º grau, tudo indica que viverá mais tempo, não ficará "viciado" e ainda atrairá mais emprego.

Intitulada “Lenta evolução” a publicação do dia 10 de setembro de 2010 trata do aumento no número de desempregados e na progressão “pífia” da renda. A matéria encontra-se na página B1 no caderno “Opinião”, na seção “Editoriais” e pertence ao gênero opinativo.

A publicação divide espaço com outros opinativos focados na temática de política. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2009 a taxa de desocupados foi de 7,1% a 8,3%. O número de pessoas sem trabalho passou de 7,1 milhões para 8,4 milhões, elevação de 18,5%.

De acordo com a Pesquisa, o rendimento do trabalho obteve crescimento de 2,2%, mas não foi suficiente para retomar os números de 13 anos antes. Em 1996 a média era de R\$ 1.440 e em 2009 R\$ 1.111. O texto ressalta que os índices trazidos pela Pnad confirmam que o Brasil melhorou, porém, “pouco e devagar”.

O opinativo tem como discurso imperante o político. A publicação utiliza de dados da Pnad para tecer críticas ao governo Lula. O indicativo mostrou um aumento no número de desempregados e pouco crescimento da renda.

Considerando o método de análise escolhido, o texto apresenta em sua maioria a forma persuasiva já que visa a sustentar a percepção de “lenta evolução” em relação ao desenvolvimento econômico no país.

No primeiro parágrafo são destacadas duas perspectivas trazidas pela Pesquisa, com tendência para a desaprovação: “dois aspectos do mundo do trabalho perscrutado pelas estatísticas de 2009 da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) chamam a atenção: o aumento no número de desocupados e a progressão pífia”.

A prática é aplicada também por meio de comparações com anos anteriores, evidenciando o recuo dos resultados positivos, como pode ser visto no terceiro e quarto parágrafo.

No terceiro são abordados os índices de desemprego com a contraposição em relação ao início do governo: “inverteu-se a trajetória de queda desde 2006 na taxa de desocupados, que foi de 7,1% a 8,3%. O contingente sem trabalho passou de 7,1 milhões para 8,4 milhões, um avanço importante de 18,5%, que afetou em especial os mais jovens”.

O quarto volta-se para o crescimento da renda média. A melhoria não foi suficiente para compensar a retração em proporção ao mandato de Fernando Henrique Cardoso: “o segundo indicador, rendimento do trabalho, registrou crescimento de 2,2% entre

2008 e 2009, insuficiente para retomar o nível verificado 13 anos antes. Em 1996, no governo Fernando Henrique Cardoso, a média estava em R\$ 1.444,00; em 2009, ainda era de R\$ 1.111,00”.

No último parágrafo, os progressos demonstrados pela Pnad são contestados e é enfatizada a realidade dos indicativos em comparação a propaganda governamental: “de maneira análoga à de outras áreas, também na esfera do emprego a Pnad confirma a conclusão de que o Brasil melhorou, mas pouco e devagar - bem mais devagar do que quer fazer crer a propaganda oficial, sempre inclinada a apagar as conquistas do passado e a creditar ao período lulista feitos extraordinários”.

O opinativo também contém a prática expositiva, os dados da Pesquisa são empregados de modo a evidenciar e respaldar as informações colocadas, como pode ser notado no terceiro e quarto parágrafos já citados nesta análise. Nos dois exemplos os números são alinhados com tom de regressão.

leitor

PAINEL

RENATA LO PRETE

Suprema ficha

O plenário do STF está dividido sobre a constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa, a ser examinada em data ainda indefinida. Quem conversa com os ministros forma a percepção de que pelo menos dois pontos do texto correm o risco de não sobreviver: a aplicabilidade nas eleições deste ano e o caráter retroativo.

Tenderiam a impor algum tipo de limitação os ministros Cezar Peluso, Celso de Mello, Marco Aurélio Mello, Gilmar Mendes e José Antonio Toffoli. Do outro lado estariam Ricardo Lewandowski, Ayres Britto, Carmen Lúcia e Joaquim Barbosa. Há mais dúvida quanto ao voto de Ellen Gracie. Candidatos já barrados no TSE aguardam a palavra do Supremo.

Para ontem Mesmo com o recurso apresentado pelo ex-governador Joaquim Roriz (PSC-DF), não é certo que o STF julgue a Ficha Limpa antes de 3 de outubro. Mas vários ministros defendem que se encontre um jeito de fazê-lo, dado o tamanho da confusão a ser criada por eventuais impugnações decididas depois de conhecido o resultado das urnas.

Dose única? O comando da campanha de Dilma Rousseff (PT) dizia ontem que, em princípio, Lula não fará nova aparição no programa eleitoral para tratar da reação tucana às violações de sigilo na Receita. A não ser que surja "fato novo".

Tranco Ao comunicar seus auxiliares a decisão ir ao programa de Dilma, no 7 de Setembro, para responder às acusações dos adversários, Lula avisou: "Detra eu dar um tranco nela".

Onda no lago O presidente achou que deveria "dar uma sacudida" no cenário eleitoral. No PT, considerou-se que: 1) era preciso mudar a agenda da campanha, tirando Dilma Rousseff da defensiva; 2) o recado de Lula tende a mobilizar a "lupa de choque petista". Nas palavras de um colaborador da campanha, "a militância adora este tipo de recado".

Homeopatia A fala de Lula dividida os tucanos, e o clima ontem era de incerteza quanto à dosagem da resposta a ser ministrada no programa eleitoral de José Serra. A pressão sobre o candidato aumentou depois da revelação de que também os dados fiscais de seu grupo foram acessados pela Receita Federal em Manaus (SP).

■ com LETÍCIA SANDER e FABIO ZAMBELLI

tiretório

O povo está com o presidente. E, se Lula vai à TV defender seu governo das baixarias do Serra, o povo entende bem o recado.

■ CLAUDIO VICENTEZINI (PT-SP), líder do governo na Câmara, salienta a importância do presidente, especialmente, no programa de Dilma Rousseff, para proteger contra os "valentões" de que sua candidatura seria vítima.

contraponto

"Tiriricó"

Enquanto esperava José Serra, no domingo passado, para visita conjunta ao Museu da Língua Portuguesa, Geraldo Alckmin caminhou pela vizinhança da estação da Luz, onde foi abordado por um eleitor: — O senhor precisa acabar com a Cracolândia! O candidato tucano ao governo não hesitou: — Pode contar comigo! Mas, ao retornar para a companhia dos amigos, o homem não se mostrou convencido da promessa: — Vocês querem saber de uma coisa? Eu vou é votar no Tiriricó. "Pior do que tá não fica"...

Crise fez desemprego bater recorde no Brasil em 2009

Total de pessoas à procura de trabalho aumentou 1,3 milhão, indica Pnad

Crescimento de 18,3% foi o maior da década no país, mas ainda inferior ao de outras economias, como EUA e Rússia

A crise econômica mundial provocou um aumento recorde no contingente de desempregados em 2009. A Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) mostrou um aumento de 1,3 milhão no número de pessoas à procura de trabalho, o que representa crescimento de 18,3%, o maior da década. No total, 8,4 milhões de pessoas procuravam emprego em 2009, o que elevou a taxa de desemprego a 8,7%, o maior patamar desde 2006. Na série que exclui a área rural do Norte, usada para comparações com décadas anteriores, a taxa foi de 8,6%. O PIB teve queda de 0,2%.

O IBGE resalta que o aumento no desemprego no Brasil foi inferior ao de outros países, como EUA e Rússia. "Este é o retrato de uma das vertentes da crise, que afetou o Brasil com desemprego, poucas promoções inflacionárias e crescimento zero da economia", diz Ruy Quintans, professor do Ibmec-RJ.

Como a data de referência da pesquisa é o mês de setembro de 2009, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) diz que a maior procura por trabalho pode refletir não só a tentativa de recuperar renda por conta da crise, mas ainda uma aposta na recuperação após a crise.

De jovens foram os mais afetados. Dos desempregados, 42,2% tinham de 16 a 24 anos. Na faixa de 15 a 17 anos, o desemprego chega a 23,4%. Para Cimarrão Pereira, gerente da pesquisa, os resultados mostram que as exigências de qualificação e experiência são uma barreira para o primeiro emprego.

A participação dos trabalhadores mais escolarizados cresce a cada ano. Em 2009, 21,5% da mão de obra tinha ensino médio completo; hoje o percentual é de 27%.

Para o presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, o processo de formalização ajudou a amenizar os efeitos da crise. Mesmo em um ano de crise, o percentual de trabalhadores com carteira assinada cresceu e chegou a 59,9% na série sem a área rural da região Norte. Nesta mesma série, o percentual de contribuintes para a Previdência subiu para 56,3%.

Em acesso desde 2005, a renda do trabalhador ainda fica abaixo do patamar observado há 14 anos. O ganho médio de R\$ 1.106 medido pela Pnad indica um avanço de 2,2% em relação a 2008. Na última década, o valor mais alto registrado foi de R\$ 1.144 em 1996. Nos últimos 30 anos, a melhor remuneração do trabalhador brasileiro ocorreu em 1986: R\$ 1.238.

O IBGE se passou a medir a renda do país inteiro em 2004. Na série que exclui a área rural do Norte, a renda chegou a R\$ 1.111 em 2009.

■ LEIA MAIS nas págs. A6 e A7

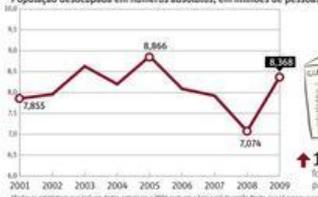
ARQUIDIOCESE
Padre é preso ao tentar embarcar com € 52,8 mil para Portugal

Pág. A8

EMPREGO E RENDA NO BRASIL*

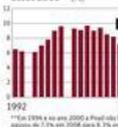
Número de pessoas à procura de emprego tem a maior alta da década e renda cresce pelo quinto ano seguido

População desocupada em números absolutos, em milhões de pessoas



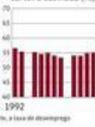
DESEMPREGO

Desemprego tem a maior taxa desde 2006** (%)



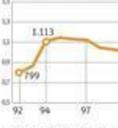
CARTEIRA

Mais trabalhadores com carteira assinada (%)



RENDA

Renda média do trabalho, em R\$



Centro-Oeste tem a maior renda do país

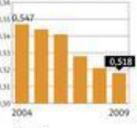
Renda do trabalho em 2009, em R\$

Centro-Oeste	1.309
Sudeste	1.255
Sul	1.251
Norte	921
Nordeste	734

Obs.: De 1994 a 2009 a Pnad foi realizada em domicílio e a área rural do Nordeste, que só foi incluída na pesquisa em 2004. Incluída a área rural do Nordeste, o rendimento médio de R\$ 1.082 em 2008 para R\$ 1.106 em 2009. Fonte: IBGE

DESGUALDADE

Índice de Gini em queda



O que é o Índice de Gini? O Índice de Gini é usado para medir a concentração de renda em uma economia. Ele varia de zero a 1, quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade.

ANÁLISE

É o social, companheiro!

MARCELO NERI

ESPECIAL PARA A FOLHA

Nos últimos anos tem havido forte descolamento do crescimento da renda da Pnad que pauta as pesquisas sociais brasileiras e o PIB per capita cresce cerca de 1,5% em 2009 contra um crescimento, este positivo, de 2,04% da renda per capita.

O relatório recente de Amartya Sen e Joseph Stiglitz constata fortes discrepâncias entre as pesquisas domiciliares e os PIBs mundo afora, sendo as taxas de crescimento do PIB em geral superiores. Na China e na Índia ocorreu o oposto do Brasil. O relatório argumenta pelo uso das pesquisas domiciliares.

Nesta semana lançamos nova pesquisa sobre a nova classe média brasileira.

cinco anos.

Agora a questão é o que puxará o que: o PIB puxará a Pnad para baixo, ou a Pnad puxará o PIB para cima. Se depender da Pnad 2009, nenhuma dessas alternativas. O PIB per capita cresce cerca de 1,5% em 2009 contra um crescimento, este positivo, de 2,04% da renda per capita.

Quita vantagem é olhar a distribuição dos frutos do crescimento. Neste aspecto a

renda dos 40% mais pobres cresceu 3,9% no último ano contra 1,09 dos 10% mais ricos brasileiros dando segurança a uma queda inédita de desigualdade que ocorreu todos os anos desta década que se encerra nesta Pnad.

Além de um crescimento maior da Pnad e reconhecido como pró-pobre, o crescimento se dá para o período 2003 a 2009 com taxas de crescimento da renda do trabalho em níveis equivalentes ao da renda de todas as fontes, o que confere alguma sustentabilidade ao processo e, mais do que isso, um caráter simbólico. Existem poucos símbolos de prosperidade que a multiplicação das cartelas de trabalho.

Nesta semana lançamos nova pesquisa sobre a nova classe média brasileira.

MARCELO NERI é chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas.

9 de Setembro De 2010, Caderno Poder, Página A4

Fonte: Acervo Folha de S. Paulo. Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=18411&keyword=Pnad&anchor=5823748&origem=busca&pd=e34b11b365221290d3bc0d44cf660a16>

Com o título “Crise fez desemprego bater recorde no Brasil em 2009” a matéria do gênero notícia publicada no dia 9 de setembro de 2010 destaca que o total de pessoas em busca de emprego aumentou em 1,3 milhão no ano.

De acordo com o texto a crise econômica mundial provocou essa elevação no número de desempregados. A publicação que ganhou capa está localizada na página A4 do caderno “Poder” na seção “Painel” e divide espaço com pequenos textos sobre o período eleitoral no ano, como a despedida de Lula e as estratégias de Dilma Rousseff e José Serra para suas campanhas.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2009 a alta no índice de desempregados equivale a 18,3%, a maior da década. No entanto o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) destaca que os resultados obtidos são inferiores a países como Estados Unidos e Rússia. A publicação conta com gráficos sobre desemprego, renda média do trabalho, carteira assinada e desigualdade social.

Na publicação o discurso dominante é o econômico. A publicação destaca o crescimento no número de desempregados, porém confere a responsabilidade da situação a crise de 2009. Os índices brasileiros, apesar de elevados, ainda foram menores do que em países como Estados Unidos e Rússia.

Conforme as práticas discursivas que serão utilizadas para análise, a matéria tem como forma dominante a expositiva, posto que, busca salientar os indicativos da Pesquisa e os seus porquês. Já no primeiro parágrafo a crise do ano anterior é mencionada como explicação para o aumento no número de desempregados: “a crise econômica mundial provocou um aumento recorde no contingente de desempregados em 2009”.

No terceiro, os dados da Pnad são expostos de modo a demonstrar em quanto foi esse crescimento: “no total, 8,4 milhões de pessoas procuravam emprego em 2009, o que elevou a taxa de desemprego a 8,3%, o maior patamar desde 2006. [...] O PIB teve queda de 0,2%”.

Os indicativos ilustraram em qual parcela da população os efeitos da instabilidade financeira mundial foram mais intensos. Essas informações foram alinhadas a fala de um especialista que justificou os motivos da situação ressaltada, como pode ser visto no sétimo parágrafo: “os jovens foram os mais afetados. Dos desempregados, 42,2% tinham de 16 a 24 anos. Na faixa de 15 a 17 anos o desemprego chega a 23,4%. Para Cimar Pereira, gerente da

pesquisa, os resultados mostram que exigências de qualificação e experiência são uma barreira para o primeiro emprego”.

A prática ainda recorreu a recursos como gráficos e ilustrações. Os índices de desemprego, carteira assinada, renda média de trabalho e desigualdade foram representados de forma a facilitar a leitura dos números levantados pela Pesquisa.

Além disso, a publicação conta com a prática persuasiva dado que responsabiliza a crise pelo aumento no desemprego, como pode ser notado no primeiro parágrafo já mencionado nesta análise. No subtítulo e no quarto parágrafo é realçada a constatação de que apesar de alto os indicativos no Brasil são melhores do que em outros países: “crescimento de 18,3% foi o maior da década no país, mas ainda inferior ao de outras economias como EUA e Rússia”.

Outros pontos da Pnad também foram destacados. Entre eles o aumento na renda e o número de pessoas com carteira assinada, o que serve como atenuador em relação a informação destaque da matéria.

3.3. PUBLICAÇÕES DE 2014

Em 2014, se concretizava o primeiro mandato de Dilma Rousseff. A presidenta concorreu à reeleição, sendo eleita novamente com 51,64% dos votos.

Foram selecionadas cinco matérias correspondentes ao período. Das cinco, quatro pertencem ao mês de setembro. As publicações tratam de indicativos da Pnad com questões econômicas.

3.3.1 OUTUBRO DE 2014

B10 mercado ★ ★ ★ DOMINGO, 12 DE OUTUBRO DE 2014 FOLHA DE SÃO PAULO

COM O início da campanha do segundo turno na quinta-feira, o programa eleitoral da presidente Dilma Rousseff apresentou diversas manchetes de jornais com vários dados referentes à década de 90 e outros referentes à década de 2000. Há nesta estratégia uma série de truques de retórica.

As primeiras chamaramos de "efeito Bruna Marquezine". Circula na internet um divertido meme com a foto da criança Bruna nos anos FHC, e outra, da bela mulher em que se transformou, nos anos Lula. A brincadeira é que a retórica petista sugere que a transformação é consequência das políticas dos governos petistas.

Outras melhorias ocorridas na sociedade brasileira nos últimos 30 anos são avanços vegetativos associados à evolução natural da sociedade. Boa parcela da guarda da desigualdade na última década segue da melhoria educacional — que tem ocorrido desde os anos 60, com forte evidência em especial na reeducação — em associação ao fim de nossa transição demográfica. Pela primeira vez somos uma sociedade com excedente de trabalho. Nada disso deve-se ao PT no governo.

A propaganda petista gosta de apresentar números impressionantes que julgam ser cifras bem menores da era FHC. Em muitos casos essas comparações representam a evolução natural de programas e resultados em pontos de largada necessariamente modestos na fase que se seguiu ao fim do caso hiperinflacionário. Foi um período no qual o país teve de concentrar recursos escassos e energia política nas penosas reformas estruturantes, que foram a base para os avanços posteriores e contiu as quais o PT lutou com todas as forças.

O segundo truque retórico é a descontextualização da informação. Por exemplo, a dívida pública no governo FHC cresceu. O que não se fala é que mais da metade do crescimento da dívida pública no período resultou da assunção de dívidas passadas que não estavam contabilizadas. Este fato está bem documentado no texto para a discussão de janeiro de 2004 do Ipea "Os Parâmetros da Dívida Pública".

O terceiro truque retórico, que vem sendo usado na comunicação na política Joseph Goebbels, é repetir um mentiroso até que seja verdade. Por exemplo, repete que FHC quebrou o país três vezes quando naquele período nunca quebrou. Manicada de Bolu na seção "Tendências e Debates" da Folha da sexta-feira (10) elucidou a questão.

O quarto truque retórico é escolher estatísticas a bases de comparação de forma oportunista. Este é o caso quando se afirma que o desemprego caiu 1,6 pontos percentuais, dos 13,0% de 2003 para os 5,4% de 2013. Esta informação de desemprego refere-se à Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE. Abrange somente seis regiões metropolitanas. A taxa de desemprego medida pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE, que abrange todo o território nacional, apresenta redução de 3,2 pontos percentuais, de 9,7% em 2003 para 6,5% em 2013.

Se tomarmos como base de comparação 2002, último ano de FHC, o desemprego caiu 2,6 pontos percentuais, de 9,7% para 6,9%. Quando bem menos brilhante se considerarmos a dinâmica demográfica muito favorável.

O quinto truque retórico é simplificar um debate ao máximo de forma a desmentir sua autoridade e reduzir a credibilidade. Esta estratégia foi empregada à larga pela desconstrutor Marina Silva.

Foi recentemente alvo dessa estratégia. Na coluna de 29 de junho abordou o tema da cobrança de mensalidade em universidades, públicas ou privadas. O texto foi tratado de forma conciliante e no contexto das dificuldades de financiamento da USP e do reconhecimento do enorme sucesso do Fies, uma das vitórias, com todos os méritos, do atual governo. Na retórica petista esse texto privarizar as universidades federais, algo que nunca passou pela minha cabeça.

O arsenal retórico do PT pode ajudar a reeleger Dilma, mas em nada ajuda para a evolução da sociedade.

Por exemplo, afirmar que a inflação foi mais elevada com FHC do que com o PT é não reconhecer que antes de FHC havia hiperinflação e que a sociedade melhorou 7% ao ano no período FHC e conquistou 7% há 12 meses.

Colunistas da semana segunda: Marcio Desain; terça: Benjamin Steinbock; quarta: Alexandra Schwartzman; quinta: Marcela Witzel; sexta: Pedro Passos; sábado: Kátia Alencar; domingo: Samuel Pessoa

TELEFONEIA
Caracas quer reunião de emergência da Opep

A Venezuela quer que a Opep (cartel que reúne grandes exportadores de petróleo) realize uma reunião de emergência para conter a queda nos preços internacionais da commodity. O hari do tipo Brent (espécie de petróleo) valeu US\$ 99,14 um barril e atualmente está cotado a US\$ 90.

TELEFONEIA
Com portabilidade, houve 25 mi de trocas

Desde a implantação da portabilidade numérica (mova de operadora sem alteração do número telefônico), há sete anos, houve 25,2 milhões de trocas no país. A maior parte, 15,6 milhões (62%), foi em aparelho de celular, e o restante foi pedido por usuários de telefone fixo.

NA INTERNET
"O PORCO E O MAGRO"

Poquiano, crítico e jurista são temas de série de folha. folha.com.br/1530431

TECNOLOGIA
Público impulsionado em aparelho de Android

Produto impulsionado em aparelho de Android. folha.com.br/1530500

AGORA É OLHO NO OLHO.

DEBATE 2014
PRESIDENTE 2º TURNO



AO VIVO NA TELA DA BAND.

TERÇA 22H15

OLHO NO SEU CANDIDATO. OLHO NO VOTO.

12 de Outubro De 2014, Caderno Mercado, Página B10

Fonte: Acervo Folha de S. Paulo. Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20010&keyword=Pnad&anchor=5965019&origem=busca&pd=1d91792fc4a4bbcd742d08100d03b4ab>

A publicação do dia 12 de outubro de 2014, intitulada “Bruna Marquezine e a retórica petista” discorre sobre os “truques” utilizados pela candidata do Partido dos Trabalhadores (PT) Dilma Rousseff no seu programa eleitoral.

A matéria do gênero opinativo ocupa a página B10 do caderno “Mercado” e destaca o uso de manchetes de jornais para evidenciar as melhorias realizadas pelo governo petista em comparação ao período de Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

De acordo com o texto as inúmeras melhorias ocorridas na sociedade brasileira vêm de um processo natural. O opinativo cita um meme que comparava a atriz Bruna Marquezine no governo de FHC e no governo Dilma.

Dentre os truques citados e utilizados pela presidente está a escolha de estatísticas e bases de comparação de maneira tendenciosa. Teriam sido utilizados dados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, em detrimento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad). Enquanto, o primeiro mostrou uma queda de 7,6% no índice de desemprego entre 2003 e 2013, a Pnad constatou a redução de 3,2%. A publicação reparte seu espaço com o anúncio do debate presidencial que seria realizado na rede de televisão Bandeirantes.

O discurso prevalecente na matéria é o político. Na publicação o uso de dados da Pnad pela campanha do governo petista é contestado. A estratégia utilizada visa a selecionar os indicativos que mais favorecem a administração e tomá-los como únicos.

Aplicando os conceitos para análise, o opinativo tem a forma persuasiva como dominante na medida que busca evidenciar os cinco “truques” usados pela presidenta Dilma em sua campanha.

Entre as estratégias utilizadas estão: a apresentação de manchetes a fim de criar comparações entre as administrações psdbista e petista; a descontextualização da informação; a repetição de mentiras até que sejam tomadas como verdades; a escolha tendenciosa de dados estatísticos; e a simplificação de um debate de forma a deturpar o que foi dito.

Segundo o opinativo, os avanços verificados na sociedade são resultado de um curso involuntário e não realizações do PT, como pode ser visto no terceiro parágrafo: “inúmeras melhorias ocorridas na sociedade brasileira nos últimos 30 anos são avanços vegetativos associados à evolução natural da sociedade. Boa parcela da queda da desigualdade na última década segue da melhora educacional - que tem ocorrido desde os anos 4, com forte aceleração em seguida à redemocratização [...] Nada disto deve-se ao PT no governo”.

O quarto parágrafo também visa a sustentar a percepção de que as melhorias foram processos naturais: “[...] Em muitos casos essas comparações representam a evolução natural de programas e realizações a partir de largadas necessariamente modestas na fase que se seguiu ao fim do caos hiperinflacionário”.

O texto menciona exemplos que confirmam as estratégias empregadas pela campanha, o que fortalece a argumentação a respeito da existência e utilização dos métodos.

O sétimo parágrafo traz a exemplificação do truque de descontextualização da informação “Por exemplo, afirmar que a inflação foi mais elevada com FHC do que com PT é não reconhecer que antes de FHC havia hiperinflação e que a sociedade melhorou: 7% ao ano no período FHC é conquista; 7% hoje é derrota”.

A prática expositiva atua como respaldo para as considerações feitas. Com a forma discursiva as informações colocadas são representadas por meio de indicadores numéricos, como pode ser notado no nono parágrafo em que é citado o truque de escolher estatísticas parciais: “[...] quando se afirma que o desemprego caiu 7,6 pontos percentuais, dos 13,0% de 2003 para os 5,4% de 2013. Esta informação de desemprego refere-se à Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE. Abrange somente seis regiões metropolitanas. A taxa de desemprego medida pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE, que abrange todo território nacional, apresenta redução de 3,2 pontos percentuais, de 9,7% em 2003 para 6,5% em 2013”.

3.3.2 SETEMBRO DE 2014

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1921

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

ANO 94 • SEGUNDA-FEIRA, 29 DE SETEMBRO DE 2014 • Nº 31.225

EDIÇÃO SP/DF • CONCLUÍDA À 14H2 • R\$ 3,00

Em debate na TV, presidente mantém ataque a Marina Silva

A presidente Dilma Rousseff (PT) intensificou os ataques contra Marina Silva (PSB) em debate na TV. A petista explorou o fato de a ex-senadora ter votado contra a CPIF, ao contrário do que Marina disse em debate anterior. A pessebista afirmou ser alvo de boatos e calúnias. Já o candidato à Presidência do PSDB, Aécio Neves, usou as denúncias contra a Petrobras para criticar e atacar Dilma. *Eleições 2014* pág. 4

GREGÓRIO DUVIVIER
Mudo de posição política conforme o psicotrópico

Quando eu fumo um baseado recio para a direita libertária. O lança perfume me proporcionou 15 segundos do mais puro socialismo utópico, ao contrário do ecstasy, que me presentou com 15 horas de anarquismo egoísta. *Eleições 2014* pág. 2



PIJAMAÇO
Na semana de moda de Paris, grifes mostram roupas que parecem de dormir

MERCADO
Pets ganham planos de saúde que custam até R\$ 200

SAÚDE
Pessoas com mais riscos ignoram chance de infartar, mostra pesquisa

PROMESSAS DE DILMA EM 2010



FEZ POUCO
Ampliar a oferta de esgotamento sanitário
> Cresceu pouco diante do atraso do país na área: de 22,6% em 2009 para 28,1% em 2013, segundo dados da Pnud

NÃO FEZ
Ampliar os investimentos
> Investimentos públicos ficaram estagnados, e os privados caíram

Reforma "radical" do sistema penitenciário
> Em 2012, o ministro da Justiça disse que preferia morrer a ficar preso. A mudança "radical", porém, não ocorreu

Dilma não cumpriu 43% das promessas de 2010

Compromissos nas áreas de ambiente e segurança tiveram o pior desempenho

Em quase quatro anos de mandato, a presidente Dilma Rousseff (PT) não cumpriu 43% das promessas que constavam em documento que simbolizava o seu programa de governo na campanha eleitoral de 2010, informa Ricardo Mendonça.

Dos 69 compromissos assumidos, 14 foram abandonados e 16 tiveram execução insatisfatória. As piores avaliações foram nas áreas de ambiente e segurança. Dilma prometia, por exemplo, uma reforma "radical" nas prisões — o que não ocorreu.

Já 22 promessas foram cumpridas integralmente, com destaque nas áreas de trabalho e saúde. A menor taxa de desemprego da história do país é um dos feitos notáveis. Em outros 17 compromissos, a petista fez mais da metade do prometido.

O levantamento realizado pela Folha ajuda a entender como foi o governo Dilma, mas não pode ser considerado um balanço completo do mandato. *Eleições 2014* pág. 1

INTERESSANTE
O "Passo de Dilma", de Benjamin Steinbruch, após ter dado o sinal de apoio a Marina. Pág. A16

RESULTADOS
Atlético-PR 1x0 Corinthians
Santos 2x0 Goiás
Figueirense 3x1 Palmeiras



► **GOSTO AMARGO** Valdivia durante a partida contra o Figueirense em que o Palmeiras tomou três gols em menos de cinco minutos e perdeu de virada; time foi xingado pela torcida e continua na zona de rebaixamento do Brasileiro *Esporte D1*

COMÉDIA
R\$ 399 (660 impressões + digitais)
R\$ 100 (100 impressões + digitais)
R\$ 200 (200 impressões + digitais)

FALE COM A FOLHA
Veja como entrar em contato com o serviço ao assinante, as editorias e o ombudsman. folha.com.br

RODÍZIO Cotidiano C2
Não devem checar cartões com placas cor-de-fúria

EDITORIAIS Opinião A2
Leia "Primeiro passo", acerca de documento das Forças Armadas sobre a ditadura, e "Reserva com as reservas", sobre áreas destinadas a extrativismo.

OPINIONÁRIO Opinião A2
Após 14 dias, pilotos da Air France encerram paralisação

ATMOSFERA Cotidiano C2
Tarde quente na capital paulista

MUNDO A12
Mínima 18°C, máxima 29°C

Gestão da Santa Casa secou patrimônio, aponta auditoria

Relatório de auditoria feita nas contas da Santa Casa de São Paulo mostra que, sob gestão do provedor Kalil Rocha Abdalla, os recursos quase esgotaram, relatam Thais Bilenky, Rogério Pagnan e Natália Cancian.

Em cinco anos, o patrimônio líquido caiu de R\$ 220 milhões para R\$ 323 mil. Já a dívida praticamente triplicou de 2009 a 2013, para R\$ 434 milhões. Procurados, Abdalla e a Santa Casa não se manifestaram. *Cotidiano C1*

Obama admite que EUA subestimaram o Estado Islâmico

O presidente dos EUA, Barack Obama, reconheceu que o país subestimou a milícia radical Estado Islâmico. Em entrevista a programa de TV, ele admitiu que a inteligência norte-americana superestimou a capacidade do Exército iraquiano de combater a facção. *Mundo A8*

Ex-secretário da Segurança de SP chama atual de lixo

O ex-secretário da Segurança Pública de SP e candidato a deputado federal Antonio Ferreira Pinto (PMDB) ofendeu seu sucessor no cargo, Fernando Grella Vieira. Vídeo mostra que ele deixou de cumprimentar Grella em cerimônia da PM e o chamou de "lixo". *Cotidiano C6*

Oficial que cobrou capitão de navio que afundou é afastado

Gregório de Falco, oficial que em 2012 mandou o capitão do Costa Concordia, Francesco Schettino, voltar a bordo no naufrágio, foi afastado de posto de chefe e assumirá função administrativa. Já Schettino foi convidado a dar palestra. *Mundo A9*

OMBUDSMAN POR UM DIA NIZAN GUANAES

Cademo "Cotidiano" tem de trocar o nome; é broxante

Eu cobro da Folha que ela me surpreenda. E dou meus palpites; é preciso trocar esse nome de cademo "Cotidiano". É broxante. Quem quer saber do cotidiano? *Poder A6*

HYUNDAI HR EURO V

SÓ QUEM CONFIAR MUITO NA PRÓPRIA QUALIDADE PODE OFERECER 4 ANOS DE GARANTIA SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM PUM CAMINHÃO.

VEJA NA PÁGINA 5.

Pedestre, use sua faixa

NEW THINKING
HYUNDAI NEW POSSIBILITIES.

29 de Setembro De 2014, Caderno Eleições, Página 1

Fonte: Acervo Folha de S. Paulo. Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19997&keyword=Pnad&anchor=5963342&origem=busca>

A matéria “Dilma não cumpriu 43% das promessas de 2010” publicada no dia 29 de setembro de 2014 destaca o descumprimento de compromissos assumidos pela presidente em seu programa de governo na campanha eleitoral de 2010. As promessas para as áreas de ambiente e segurança obtiveram “pior” desempenho.

A publicação teve evidência na capa da edição do dia e desdobramento no caderno especial “Eleições”, página 1. Dos 69 compromissos, 22 foram cumpridos, 17 executados parcialmente, 16 tiveram pouca atenção e 14 foram ignorados.

Uma das promessas era ampliar a oferta de esgotamento sanitário, mas de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) o crescimento foi pequeno, de 52,6% em 2009 para 58,1% em 2013. Outro compromisso era aumentar a coleta de lixo em domicílios, segundo a Pnad a melhora foi tímida, de 88,5% para 89,4%.

A matéria apresenta o discurso político como predominante dado que confere destaque ao não cumprimento dos compromissos, mesmo estes sendo a minoria em relação aos feitos da administração.

Segundo as práticas discursivas, a publicação em sua maioria evidencia a forma persuasiva tendo em vista que se utiliza dos dados estatísticos para realçar as promessas não cumpridas por Dilma Rousseff.

O título da matéria enfatiza que 43% dos compromissos não foram realizados, porém se 43% não foram feitos, 57% foram cumpridos, ou seja, a maioria se concretizou. O manejo dos números se deu de forma a apontar as promessas não efetuadas, como pode ser observado no primeiro parágrafo: “em quase quatro anos de mandato, a presidente Dilma Rousseff (PT) não cumpriu 43% das promessas que constavam em documento que simbolizava o seu programa de governo na campanha eleitoral de 2010”.

No segundo parágrafo é reafirmada a proposição de não cumprimento: “dos 69 compromissos assumidos, 14 foram abandonados e 16 tiveram a execução insatisfatória. As piores avaliações foram nas áreas de ambiente e segurança. Dilma prometia, por exemplo, uma reforma “radical” nas prisões - o que não ocorreu”.

O terceiro parágrafo trouxe as ações executadas pela governante, mas com ênfase recolhida: “Já 22 promessas foram cumpridas integralmente, com destaque nas áreas de trabalho e saúde. A menor taxa de desemprego da história no país é um dos feitos notáveis. Em outros 17 compromissos, a petista fez mais da metade do prometido”.

Além da persuasão o texto denota a prática expositiva, sendo esta operante como certificadora para as colocações realizadas. Os dados da Pnad servem como embasamento para as demonstrações das promessas não efetuadas.

A publicação conta com uma representação gráfica com os indicadores levantados pela Folha. Ao lado foram mencionadas três responsabilidades assumidas e não consumadas. Não são citados os feitos alcançados pela gestão. Na primeira menção denominada “Fez pouco” relacionada a “Ampliar a oferta de esgotamento sanitário” a Pesquisa foi empregada para evidenciar a não efetivação: “cresceu pouco diante do atraso do país na área: de 52,6% em 2009 para 58,1% em 2013, segundo dados da Pnad”

ÍNDICE DE GINI

É um coeficiente usado para medir a desigualdade com base na renda; quanto mais próximo de 1, mais desigual

DADOS DA PNAD

Desigualdade
Subiu de 0,496 para 0,498*

Analfabetismo
Caiu de 8,7% da população para 8,3%

Renda
Cresceu 5,7% acima da inflação

APROFUNDANDO A VISÃO

A Pnad é uma pesquisa feita todo ano pelo IBGE desde 1967 que coleta dados socioeconômicos sobre a população

Alta do desemprego é pontual, diz Dilma

Candidatos de oposição aproveitaram resultados negativos para criticar a condução do país sob a gestão do PT

Para a petista, taxas de emprego não vão crescer como antes porque não têm 'nem para onde ir'

DE BRASÍLIA
DE SÃO PAULO

A presidente Dilma Rousseff minimizou resultados negativos da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) divulgados nesta quinta-feira (18), que mostram aumento na taxa de desemprego devido ao baixo crescimento dos postos de trabalho em 2013.

Para Dilma, a queda é pontual. A presidente também afirmou que há uma flutuação normal na estagnação da queda da desigualdade.

De acordo com a pesquisa, a taxa de desemprego subiu de 6,1% em 2012 (menor marca da série iniciada em 2001) para 6,5%. Trata-se da primeira alta desde 2009, após a crise global.

O número de pessoas empregadas cresceu 0,6% em 2013. Foi também o pior desempenho desde a crise de 2006/2009.

"Isso [aumento do desemprego] é pontual. Obvio que as taxas de emprego não vão crescer como antes porque



A presidente Dilma dá entrevista no Palácio da Alvorada e fala dos dados do IBGE

não tem nem para onde ir. Tem uma taxa de desemprego bem baixa no Brasil. Não é só quantidade, é qualidade. Não é o copo meio vazio, meio cheio. É o copo cheio. Ou seja, mudou o padrão do Brasil em matéria de emprego e desemprego", afirmou a presi-

dente em entrevista coletiva. A Pnad também mostrou que o processo contínuo de melhora da distribuição de renda se estancou.

O chamado Índice de Gini, que mede a desigualdade, passou de 0,496, em 2012, para 0,498, em 2013, no indica-

Ninguém está em processo de desemprego criando 750 mil empregos", disse Dilma.

Dilma ressaltou os aspectos positivos da pesquisa, como a queda do analfabetismo e o maior acesso a bens duráveis, por exemplo.

OPosição

Os principais candidatos de oposição aproveitaram os dados da pesquisa para fazer críticas à condução do governo pela presidente Dilma.

Em Aguardiã de Guadalupe (GO), onde participou de comício à noite, a candidata Marina Silva (PSB) disse que o aumento do desemprego e a interrupção na queda da desigualdade decorrem de políticas "verráticas" adotadas pelo PT e que resultaram em aumento de juros, baixo crescimento e maior inflação.

"Como estamos dizendo, Dilma vai entregar um país pior do que recebeu", disse.

"Essa Pnad é o retrato do Brasil em uma semana de setembro. O desemprego médio no Brasil está caído, sim. [...]

Não escondo o PT, afirma candidata

DE BRASÍLIA

Candidata à reeleição pelo PT, a presidente Dilma Rousseff afirmou nesta quinta-feira (18) que não esconde o PT nas propagandas eleitorais, mas que respeita a sua coligação, formada por nove partidos.

A petista foi questionada pelo "Jornal da Record" se está pedindo ao eleitor para votar em seu nome e não no do partido ao raramente exibir o principal símbolo do PT, a estrela vermelha, na TV.

"De maneira alguma. Tanto assim que apareço eu, o Lula e o PT, sim, senhor. Em todos os comícios, cartazes e passeatas que eu faço, tem todas as bandeiras e camisetas vermelhas do PT. Agora, a minha coligação não é só o PT. Eu tenho de respeitar um pouco a minha coligação."

Ao citar os partidos que compõem sua aliança, Dilma esqueceu de mencionar PP, PSD, PPS e PNB.

100 livros de bolso com 25% de desconto

www.livrariadafolha.com.br/100livrosdebolso

AMÓS OZ O mesmo dia De: R\$20,90 Por: R\$15,68	JOSE SARAMAGO O Evangelho segundo Jesus Cristo De: R\$20,90 Por: R\$15,68	CONTECINTE Conte de um dia De: R\$20,90 Por: R\$15,68
MILAN KUNDERA L'Invitation d'un corps De: R\$20,90 Por: R\$15,68	MILTON HATUUMA Cidade e Nuvem De: R\$20,90 Por: R\$15,68	CARLOS DALLMANN DE ANDRADE A Vida de São Francisco de Assis De: R\$20,90 Por: R\$15,68
PHILIP ROTH OLIVER SACKS	ITALO CALVINO	OLIVER SACKS

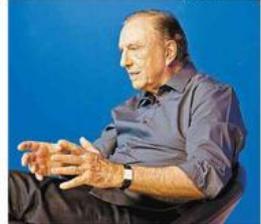
Livraria da Folha Televendas 0800-140090

'Direito à felicidade' no Brasil é cumprir Constituição, diz Eymael

Candidato tem o maior patrimônio entre concorrentes ao Planalto

LÍCIA MESQUITA
DE SÃO PAULO

O ex-deputado José Maria Eymael (PSDC-SP), 74, corre pela quarta vez seguida à Presidência. Candidato com o maior patrimônio declarado (R\$ 5,1 milhões), o advogado e empresário gaúcho diz ter "sugulho" de sua condição financeira e que seus bens são "fruto do trabalho".



Eymael fala de seu programa em transmissão via internet

Folha - Depois de três tentativas, não seria natural a democracia cristã tentar outro nome para a Presidência? José Maria Eymael - Foi decisão do partido, que decidiu que deveria ser um candidato à Presidência. E a escolha recaiu sobre o meu nome.

Em 2010, o PSDC não elegeu deputado. Caso eleito presidente, como governará sem base aliada no Congresso? Quando eu cheguei à Constituição, disse: "Eymael, cuidado para você não se machucar". Ao final, eu era o constituinte com o maior número de propostas aprovadas.

Mas o sr. está comparando o trabalho de parlamentar com o de presidente... Ela vou completar como fiquei entre os 15 constituintes de um partido com representação parlamentar muito pequena? Pela força da argumentação, ouvindo os contrários, e não haverá a menor dificuldade em dialogar com todas as forças políticas.

Em 2010, seu programa falava em "direito à felicidade". O sr. desistiu desse projeto? Não. O direito à felicidade hoje no Brasil significa cumprir a Constituição. É a melhor de todos os tempos.

RAIO-X JOSÉ MARIA EYMAEL

IDADE 74 anos
FORMAÇÃO Graduação em filosofia e direito pela FUC-RS

CARRERA Foi ou se, em 1962, ao PSD. Em 1995, fundou o PSDC, pelo qual concorreu pela quarta vez à Presidência da República

É a favor do casamento gay?

Nossa posição é exatamente a da Constituição, que estabelece a livre orientação sexual das pessoas e o respeito à sua escolha. Não temos nenhuma restrição às relações homossexuais. Agora, para nós, da democracia cristã, a instituição do casamento é a relação de homem e mulher.

O sr. é candidato à Presidência com maior patrimônio...

[Interrompe] Sim! E me orgulho disso.

Em oito anos o patrimônio do sr. aumentou mais de 400% (em 2006 era de R\$ 996 mil). De onde você tiraram esses recursos?

Das suas declarações ao TSE. Trabalho desde os 12 anos, já fui vendedor ambulante, fiz diversas coisas. Criei uma empresa que hoje é uma das maiores organizadoras de eventos do país. Investi em imóveis - meu aumento de patrimônio se deve muito a isso. E também ao rendimento das minhas empresas. Tenho um dos maiores postos de revenda de combustíveis de São Paulo, uma empresa de empreendimentos imobiliários.

Incomoda ser, muitas vezes, mais lembrado pelo jingle 'Eu, Eu, Eymael'?

O jingle é como se fosse a minha pele. Ele é a moldura do quadro, mas sou conectado pela minha ação.

19 de Setembro De 2014, Caderno Eleições 2014, Página A10

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19987&keyword=PNAD&anchor=5961687&origem=busca&pd=a7f55b31afa15e2428af6a514f140931>

A matéria publicada no dia 19 de setembro de 2014, intitulada "Alta do desemprego é pontual, diz Dilma" trata do aumento no número de desempregados, de 6,1% em 2012 para 6,5% em 2013, sendo a primeira elevação desde a crise de 2009.

A publicação do gênero notícia ocupa a página A10 do caderno especial “Eleições 2014” e faz um paralelo com a fala da presidente Dilma Rousseff que “minimizou” os resultados negativos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) divulgados no dia anterior.

De acordo com a Pnad o número de pessoas empregadas cresceu 0,6%, porém foi pior índice desde a crise. A pesquisa também evidenciou a estagnação da melhoria da distribuição de renda.

O texto é composto por uma foto de Dilma durante o pronunciamento e também uma retranca com o título “Oposição”. Os candidatos concorrentes utilizaram as informações da Pnad para tecer críticas ao governo da presidente. A notícia divide local com uma entrevista com o também candidato à presidência José Maria Eymael e um anúncio de livros de bolso da marca “Livraria da Folha”.

Na publicação o discurso que impera é o político. As falas da presidenta são alinhadas aos números da Pnad por meio da colocação de declarações realizadas por ela posteriormente a divulgação da Pesquisa.

Com base na análise, o texto apresenta principalmente a forma expositiva em virtude de demonstrar os dados estatísticos combinados aos dizeres de Dilma. O primeiro parágrafo evidencia a percepção da presidenta em relação aos indicadores coletados: “a presidente Dilma Rousseff minimizou resultados negativos da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) divulgados nesta quinta-feira (18), que mostram aumento na taxa de desemprego devido ao baixo crescimento dos postos de trabalho de 2013”.

Os indicativos citados são esclarecidos no terceiro: “de acordo com a pesquisa, a taxa de desemprego subiu de 6,1% em 2012 (menor marca da série iniciada em 2001) para 6,5%. Trata-se da primeira alta desde 2009, auge da crise global”. A publicação também abordou os avanços apresentados, mas só através de dizeres da presidenta, como pode ser observado no último parágrafo da primeira parte da matéria: “Dilma ressaltou os aspectos positivos da pesquisa, como a queda do analfabetismo e o maior acesso a bens duráveis, por exemplo”.

Além da exposição a matéria manifesta a prática persuasiva na medida que enfatiza os resultados desvantajosos para a administração petista. O quarto parágrafo salienta o aumento no número de empregos, mas a informação é desconstruída logo em seguida: “o

número de pessoas empregadas cresceu 0,6% ante 2012. Foi também o pior desempenho desde a crise de 2008/2009”.

Na publicação ainda são destacados os comentários da oposição sobre a Pnad. A retranca “Oposição” se estrutura em críticas à Dilma feitas pelos candidatos Aécio Neves (PSDB) e Marina Silva (PSB). O psdbista destacou que os resultados demonstram o fracasso do governo: “esses números mostram que o desenvolvimento econômico e o progresso social estão correndo sérios riscos devido à incompetência deste governo do PT”. Para Marina os indicativos são consequência de políticas erradas do PT: “como estamos dizendo, Dilma vai entregar um país pior do que recebeu”.

A DESIGUALDADE DE RENDA no Brasil ficou na mesma entre 2011 e 2013, os três primeiros anos de governo de Dilma Rousseff. O bem-estar social no entanto aumentou bem nesses anos, inclusive no fração 2013. Isto é, a renda de todas as classes cresceu. Ainda assim, a candidata-presidente Dilma Rousseff (PT) será avocada de modo extremo, portanto oportunista, culpada pelo fato de que a distribuição de renda parou de melhorar (não piorou).
A campanha petista vai provar um pouco do gosto do lio ignora que despejou na campanha marxista com aquela história de banqueiros do diabo.
Está posto, nem de longe está tudo azul ou rosa no Brasil que aparece no balanço anual da situação socioeconômica, publicado ontem pelo IBGE, e Pnad 2013.
Primeiro, porque em uma país

A injustiça social de Dilma

VINICIUS TORRES FREIRE

ainda muito iníquo como o Brasil não é possível aceitar sem mais que a desigualdade deixe de diminuir. Segundo, porque ao menos parte dessa estagnação se deve ao baixo crescimento da economia dos anos Dilma. Terceiro, porque o governo não teve imaginação ou capacidade de alterar algumas características sociais e econômicas do país, as quais produzem desigualdade.

Repite-se que o bem-estar social, no que depende da renda, pode melhorar mesmo sem redução da desigualdade. Talvez a melhora se torne assim desnecessariamente mais lenta. A renda de todas as "classes" aumentou em 2013 ("classe" aqui é

No que depende da renda, bem-estar ainda aumentou em 2013, mas país vai parando

cada décimo em que é dividida a população). Mas os rendimentos dos 10% ou 20% mais pobres cresceram menos.

Que pegou? Provavelmente, reajustes menores do salário mínimo devido ao crescimento menor da economia, do PIB (o mínimo requisita benefícios previdenciários e assistenciais, embora não o Bolsa Família). O crescimento menor do emprego também deve ter feito estragos.

É possível ainda que a redução adicional e rápida da desigualdade dependa agora de programas política e economicamente mais difíceis de implementar. Para dar dois exemplos elementares:

1) Melhorar os impostos de modo a favorecer os mais pobres, assim como melhorar a redistribuição de renda (as transferências de renda nem sempre favorecem os mais pobres);

2) Melhorar a educação e a infraestrutura de modo a retirar os mais pobres de trabalhos improdutivos, quando há trabalho, em especial em cafundós sem infraestrutura (sem estrada, sem acesso a mercados etc.); agricultores de subsistên-

cia, catadores em geral, prestadores de serviços primitivos, empregados do microcomércio precário, para ficar apenas em casos aberrantes.

Mas há mais: o Brasil tolera que se empreguem pessoas em ocupações de produtividade e salários baixos (para não falar do desperdício humano): frentista, cobrador de ônibus, porteiro, segurança. Falta de escola e baixo investimento dá nisso.

O governo até que se mexeu um pouquinho, com Pronatec, subsídios para faculdades (mais...) e microcrédito. Mas é muito pouquinho. A escola básica é o que sabemos, e o investimento em infraestrutura (ou quase qualquer outro) decresceu devido a política econômica ruim.

A Pnad ainda dá coisas interessantes sobre escola, infraestrutura social e consumo. Mas isso fica para outro dia.

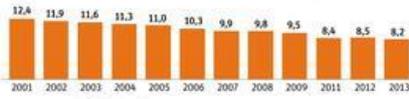
vinicius@folha.com.br

DESIGUALDADE ESTAGNADA

Dados da Pnad mostram, ainda, aumento da renda e do desemprego

ANALFABETISMO VOLTA A CAIR

Taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos de idade ou mais (em %)



ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Rede geral, em % de domicílios



Taxa de escolarização para crianças de 4 a 5 anos

Em %



Esgoto sanitário

Rede coletora, em % de domicílios



PNAD 2013

Analfabetismo cai; mais crianças estão na pré-escola

Gargalo principal está no ensino médio, que atinge 84,3% dos jovens

Internet avança para 43,1% dos domicílios no país em 2013, ante 40,3% em 2012, e chega a 86,7 milhões de pessoas

DO G10 DE SÃO PAULO

Apesar do longo caminho ainda a percorrer, o país obteve em 2013 dois avanços na área de educação: o analfabetismo voltou a ceder, e cresceu o acesso de crianças de 4 a 5 anos à pré-escola.

Pelos dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), a taxa de analfabetismo de pessoas com mais de 15 anos recuou de 8,7% em 2012 para 8,2% em 2013. Ainda assim, restam 13 milhões de pessoas que não sabem ler nem escrever.

Mais da metade das pessoas com mais de 60 anos — 23,9% das pessoas nessa faixa etária são analfabetos.

Outro foco de preocupação é a persistência do analfabe-

tismo funcional, cuja taxa era de 17,8% em 2013 (27,9 milhões de pessoas).

O governo fixou como meta, no fim de 2012, erradicar o analfabetismo até 2020.

Fernando Veloso, pesquisador da FGV, observa que a tendência do analfabetismo é de queda.

Segundo ele, dados divulgados pelo IBGE nesta quinta-feira, confirmam que o brasileiro está estudando mais.

O tempo dedicado ao estudo aumentou de 75 para 27 anos entre 2012 e 2013. Em uma década, isso representa mais dois anos de educação, o que é considerado um ritmo acelerado de avanço.

Outra boa notícia é o crescimento da taxa de escolarização das crianças de 4 a 5 anos: 81,2% delas estavam matriculadas em 2013, acima dos 78,1% de 2012.

O curioso é que, diferentemente dos demais indicadores de educação, o maior percentual de crianças com essa idade na escola estava no Nordeste em 2013: 86,9%.

GARGALO

Segundo a presidente do IBGE, Wasmília Rivar, o "gar-

galo" principal está no ensino médio.

Em 2013, 84,3% dos adolescentes estavam matriculados, percentual praticamente igual ao de 2012.

Desde 2009, esse número está estagnado, o que denota, segundo Veloso, uma situação crítica do ensino nessa faixa etária.

Além do abandono, há o problema do atraso. Cerca de 4 entre 10 estudantes do ensino médio estão atrasados.

"O Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) mostrou que não está havendo avanço também do ponto de vista da qualidade [do ensino]", disse Veloso.

INTERNET

Ferramenta também de ensino, a internet avançou em 2013 e atingiu 43,1% nos lares do país — o percentual era 40,3% em 2012.

Apesar da expansão, o número total de pessoas que acessaram a rede nos três meses anteriores à pesquisa (que tem como base setembro de 2013) foi de 86,7 milhões, com alta de 2,9% ante 2013.

Foi o menor ritmo de crescimento desde 2009.

Acesso à rede de água fica estagnado

DO R10 DE SÃO PAULO

O número de lares com acesso à rede de fornecimento de água ficou estagnado em 2013: 55,6 milhões de casas (85,3% do total) eram atendidas por esse serviço básico, mesmo percentual de 2012.

Desde os anos 2000, o índice de domicílios com o serviço subiu só cinco pontos percentuais. Em 2001, eram 81% dos lares.

O tratamento de esgoto cresceu mais. Mas, ainda em 2013, era o serviço público com a menor cobertura do país: 64% do total. Em 2001, o percentual era de 45%.

Mais da metade das casas (53%) tem apenas telefone celular, que está nas mãos de 130 milhões de brasileiros — 75% dos maiores de dez anos.

RETRATOS DA DESIGUALDADE

Economistas veem esgotamento do modelo

Leon Caldas - 13 de set. 2013 (19h30min)



“A desigualdade está estagnada. Para reduzi-la, o trabalho precisa se tornar mais qualificado”

ALEXANDRE RANDS economista, sócio de Getulimétrica



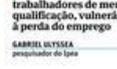
“Os mecanismos que levaram à redução da desigualdade, como o mercado de trabalho, estão se esgotando”

FERNANDO VELOSO pesquisador da FGV



“O Brasil ficou caro e improdutivo, por isso cresce pouco, expande menos o emprego. O risco é retrocedermos”

MARCOS LISBIA diretor vice-presidente da Singar



“O baixo PIB prejudica mais os trabalhadores de menor qualificação, vulneráveis à perda de emprego”

GABRIEL NYSTIZA pesquisador de Iuper



“Não houve piora [da desigualdade], mas a tendência de melhora não continua, o que é bastante ruim”

SÉRGIO REZEMAN ex-presidente do IBGE

19 de Setembro De 2014, Caderno “Mercado, Página B4

Fonte: Acervo Folha de S. Paulo. Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19987&keyword=Pnad&anchor=5961667&origem=busca&pd=5c3b4a629a39e7345250b0db55b98d8b>

PNAD 2013

Renda dos mais pobres subiu menos

Trabalhadores do topo da pirâmide viram renda crescer a um ritmo equivalente ao dobro do dos mais pobres

Taxa de desemprego subiu de 6,1% para 6,5% no ano passado, primeira alta desde 2009, na crise global

DE SÃO PAULO
DO RIO
A renda do topo da pirâmide (os 10% mais ricos) subiu a uma velocidade bem maior do que a dos mais pobres, no ano passado.
Esse cenário ocorreu devido ao fraco crescimento econômico, à queda do mercado de trabalho e, especialmente, ao menor crescimento do salário mínimo — que subiu

cerca de 2% em 2013 (já descontada a inflação), ante os 10% um ano antes.
Essa diferença nos ritmos de alta da renda é um dos fatores que contribuíram para a discreta piora dos indicadores de desigualdade em 2013.
No ano passado, o rendimento médio do trabalhador subiu 5,7%, para R\$ 1.680 — um crescimento maior do que o observado um ano antes. Entre os mais pobres, porém, o ritmo de crescimento foi a metade que o observado entre os mais ricos.
“É um aumento robusto, sem flutuações, mas o problema é que os maiores rendimentos subiram mais”, diz Fer-

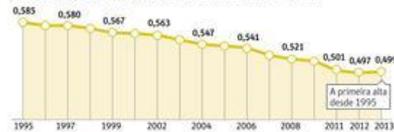
nando de Holanda Barbosa, economista da FGV.
A Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) apontou um aumento da taxa de desemprego, de 6,1% para 6,5% no ano passado. Foi a primeira alta desde 2009, após a crise global.
Com um conjunto de entrevistados maior, a pesquisa mostra uma taxa diferente da divulgada mensalmente e, segundo especialistas, tem mais capacidade de revelar a dinâmica do mercado de trabalho no interior do país.
O IBGE detectou, no resultado da pesquisa, a mesma tendência que ocorre nas capitais: há um contingente me-

nor de pessoas em busca de emprego. Desde 2009, diminuiu o número de pessoas na força de trabalho do país. Hoje, 69% das pessoas com 15 anos ou mais trabalham ou estão dispostas a trabalhar. Em 2009, eram 68%.
Por isso, mesmo com uma ampliação pequena do número de pessoas ocupadas (0,6%), o desemprego aumentou pouco.
Para Gabriel Ulysses, economista do Ipea, era “esperado em algum momento” o aumento do desemprego por causa do fraco crescimento econômico. Os dados da Pnad, diz, mostram com mais clareza essa tendência.

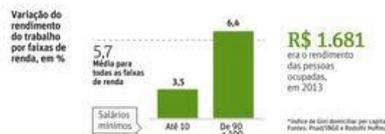
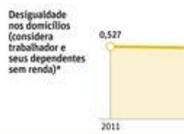
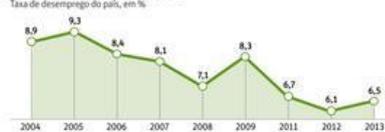
Como “saída” para o país voltar a melhorar a distribuição de renda, o economista aponta o caminho do aumento da produtividade do trabalho, por meio da maior qualificação e da instrução da força de trabalho.
“Será mais eficiente investir na escolaridade e na qualificação para aumentar a possibilidade de melhores rendimentos dos trabalhadores de renda menor”, diz.
“Não quer dizer que o Brasil seja uma família de sete filhos. Nada disso. Trata-se apenas de uma questão de dar mais ênfase a programas de qualificação.”
Fernando de Holanda Bar-

bosa, da FGV, afirma que os dados não representam “uma hecatombe”, mas indicam uma “piora gradual do mercado de trabalho”.
Folhos dados da Pnad, a trajetória de formalização da força de trabalho se manteve. Em 2013, o número de empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado cresceu 3,6% em relação ao ano anterior.
Em 2013, ainda restavam 3,1 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos que trabalhavam em todo o país. Esse número representou redução de 12,3% em relação a 2012, confirmando o recuo do trabalho infantil no país.

ÍNDICE GINI, QUE MEDE A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA DO TRABALHADOR



MERCADO DE TRABALHO PERDE FÔLEGIO



ANÁLISE

Pesquisa mostra que Brasil de fato se tornou uma ‘Belíndia’

MARCELO LEITE DE SÃO PAULO

A Pnad 2013 mostra que o Brasil de fato se tornou uma Belíndia. E, também, que ficará atolado nessa mescla lúgubra por duas gerações, se não mais.
Como na Bélgica, todo mundo tem telefone (92,7% das casas). Como na Índia, muita gente ainda sobrevive sem coleta e muito menos tratamento de esgotos, em 23 mil

hões de domicílios.
Famílias pobres têm algo como quatro pessoas por habitação, em média. Isso daria mais de 90 milhões de pessoas, quase metade da população do país.
O Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab 2013) fixou que a rede de esgotos deve alcançar a cobertura da telefonia (93%) em 20 anos. Além disso, até 2033 seria preciso tratar todo o esgoto coletado (hoje o índice é de

menos de 40%).
A julgar pela Pnad, a meta soa irreal. De 2001 a 2013, a taxa de atendimento para coleta de dejetos avançou 10,6 pontos percentuais.
Nesse ritmo de 0,88 ponto percentual ao ano, seriam necessárias mais de três décadas para chegar à cobertura de 93%, que nem chega a ser universalização.
Há mais razões para duvidar do cenário limpo desenhado pelo Plansab.

O plano estima em precisos R\$ 508,4 bilhões os investimentos para cumprir os objetivos fixados. Desse valor, R\$ 303 bilhões seriam só para água e esgotos.
Com o crescimento medíocre da economia, as crescentes restrições orçamentárias do governo federal (que responderia por 59% dos recursos) e os persistentes entraves à participação da iniciativa privada no setor, parece improvável que o dinheiro se

materialize.
Além disso, continuam enormes as disparidades regionais. No Sudeste a universalização do esgotamento sanitário é até fácil, pois já parte de um índice de 88,0% de cobertura.
Na região Norte, contudo, quase tudo ainda está por fazer, porque apenas 19,3% estão conectadas à rede.
No presente, 43,1% das moradias já contam com computadores e acesso à In-

ternet, comodidades típicas do século 21.
Foram 2,9 pontos percentuais de avanço anual entre 2001 e 2013, mais que o triplo da taxa observada nas ligações de esgoto, uma infraestrutura que começou a ser instalada no século 19.
Ninguém duvida, a não ser talvez alguns “nerds”, de que água e esgotos são serviços mais básicos e vitais que celulares e banda larga.
Mas, no segundo caso, sua obtenção depende mais dos particulares e da iniciativa privada, e não tanto do setor público.



À PROCURA DE UM TRABALHO

DE FORTALEZA - Há três anos, desde que concluiu o ensino médio, a acadêmica Nayane Sousa, 22, busca o primeiro emprego com carteira assinada. Ela diz que sempre é eliminada por falta de experiência na área.
“Para pessoas da nossa idade de baixa renda é sempre mais difícil. As empresas não querem nos dar oportunidade”, diz Nayane, que durante um ano cursou uma capacitação para auxiliar administrativa. Ela hoje faz ficos vendendo rosas em casa e completa a renda de R\$ 300 com os R\$ 112 que recebe do programa Bolsa Família. (ANSEL SETE)

19 de Setembro De 2014, Caderno “Mercado, Página B4

Fonte: Acervo Folha de S. Paulo. Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19987&keyword=Pnad&anchor=5961667&origem=busca&pd=5c3b4a629a39e7345250b0db55b98d8b>

Apesar de possuírem títulos distintos, a página B4 “Analfabetismo cai; mais crianças estão na pré-escola” e a página B5 “Renda dos mais pobres subiu menos”, as duas

matérias se completam e tratam do mesmo tema: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2013. As publicações do gênero notícia pertencem ao dia 19 de setembro de 2014 e fazem parte do caderno “Mercado”.

De acordo com dados da Pnad expostos na B4, a taxa de analfabetismo de pessoas com mais de 15 anos recuou de 8,7% em 2012 para 8,3% em 2013. Mais da metade dos analfabetos está na região no Nordeste, 53%. Além disso, o tempo dedicado ao estudo aumentou de 7,5 para 7,7 anos de 2012 para 2013.

O texto conta com duas retrancas, uma denominada “Gargalo” e a outra “Internet”. A primeira discorre sobre a estagnação no ensino médio. A segunda trata do aumento no acesso à internet, foi de 40,3% para 43,1% nos lares brasileiros. A página B5 aborda o aumento na renda dos mais ricos, cerca de 10% da população. A elevação foi maior do que para os mais pobres.

Segundo a Pesquisa o número de empregos de carteira assinada no setor privado teve aumento de 3,6% em relação ao ano anterior. Além da redução de 12,3% do trabalho infantil. As duas páginas se compõe com a exibição de gráficos, imagens e depoimentos. Entre os gráficos estão acesso a esgoto sanitário, abastecimento de água, desigualdade e mercado de trabalho.

O discurso dominante na primeira publicação é o econômico, já a segunda manifesta de forma mais acentuada o discurso político. A matéria da página B4 trata dos reflexos dos índices relativos, principalmente, à educação. Na B5 são abordados indicadores que mostraram alguma regressão, além do questionamento das políticas sociais realizadas pelo governo.

Conforme as práticas discursivas que serão empregues, as duas publicações apresentam de maneira mais intensa a forma expositiva, porém com propósitos diferentes. A matéria da página B4 visa a evidenciar os índices da Pnad de modo a demonstrar quais os avanços e recuos registrados.

No primeiro parágrafo são destacados os dois progressos obtidos pela educação: “apesar do longo caminho ainda a percorrer, o país obteve em 2013 dois avanços na área de educação: o analfabetismo voltou a ceder, e cresceu o acesso de crianças de 4 a 5 anos à pré-escola”.

Nos três parágrafos seguintes foram expressas quais as parcelas da população integram as melhorias constatadas e quais ainda necessitam de mais atenção. A maioria dos analfabetos está na região nordeste, como mostrou o terceiro parágrafo: “mais da metade dos analfabetos (53%) do país está na região Nordeste, onde a taxa é de 16,6%. O problema é mais presente entre pessoas com mais de 60 anos - 23,9% das pessoas nessa faixa etária são analfabetos”.

Na primeira retranca é abordado o principal “gargalo” da educação, o ensino médio. A fase escolar apresenta estagnação, com apenas 84,3% dos adolescentes matriculados: “além do abandono, há o problema do atraso. Cerca de 4 entre 10 estudantes do ensino médio estão atrasados”. A segunda retranca ressalta o aumento do acesso a internet nos domicílios brasileiros, mas destaca que o crescimento foi pequeno em relação à medição anterior: “apesar da expansão, o número total de pessoas que acessaram a rede nos três meses anteriores à pesquisa (que tem como base setembro de 2013) foi de 86,7 milhões, com alta de 2,9% ante 2013”.

A publicação ainda conta um texto voltado para os números de lares que detém fornecimento de água. A Pnad demonstrou estagnação nos índices em relação a 2012: “o número de lares com acesso à rede de fornecimento de água ficou estagnado em 2013: 55,6 milhões de casas (85,3% do total) eram atendidas por esse serviço básico, mesmo percentual de 2012”.

Na página B5 a matéria utiliza a exposição para enfatizar os impactos do “fraco” crescimento econômico, como o aumento na taxa de desemprego. O início do texto aponta para a desigualdade nos percursos de alta da renda média dos brasileiros, para os mais ricos a elevação se deu num ritmo maior do que para os mais pobres.

No quarto parágrafo são exibidos os valores trazidos pela Pnad que demonstram essa colocação: “no ano passado, o rendimento médio do trabalhador subiu 5,7%, para R\$ 1.680 - um crescimento maior do que o observado um ano antes. Entre os mais pobres, porém, o ritmo de crescimento foi a metade que o observado entre os mais ricos”.

A Pesquisa verificou um aumento na taxa de desemprego, sendo a primeira alta desde 2009, como pode ser colocado no sexto parágrafo: “a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) apontou um aumento da taxa de desemprego, de 6,1% para 6,5% no ano passado. Foi a primeira alta desde 2009, auge da crise global”.

Para o detalhamento sobre o porquê dos indicadores obtidos, foi empregada a fala de um economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O especialista ainda indicou o “caminho” para a retomada do crescimento. Segundo ele as ações deveriam ser voltadas para o investimento na educação e preparação profissional: “Não quer dizer que o Bolsa Família tenha que ser reduzido. Nada disso. Trata-se apenas de uma questão de dar mais ênfase a programas de qualificação”.

A prática expositiva aproxima as duas páginas na medida que traz ilustrações e gráficos com informações que se completam e confirmam o que já foi dito. Cada gráfico remete a dados contidos na página de inserção correspondente, porém B4 e B5 formam um todo, tanto em questão de conteúdo, como visualmente.

Além da exposição, outra prática pode ser notada na publicação da página B5, a forma persuasiva. O texto busca realçar os indicadores que apontam para resultados “negativos”, sendo somente o último parágrafo voltado para a apresentação de progresso averiguado pela Pnad: “em 2013, ainda restavam 3,1 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos que trabalhavam em todo o país. Esse número representou redução de 12,3% em relação a 2012, confirmando o recuo do trabalho infantil no país”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo partindo do princípio de que números significam quantidades exatas, de maneira a demonstrar com precisão o que se pretende definir. A forma como um dado estatístico pode ser lido interfere em nossa percepção sobre tal.

Por meio da análise do discurso nas matérias voltadas para economia do jornal Folha de S. Paulo, nos anos de 2006, 2010 e 2014, dos meses de setembro e outubro, pudemos perceber essas variações de discursos e como a leitura de índices pode mudar conforme os anos.

Foram analisadas 17 publicações que se estruturaram em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) para a construção de seu texto, sendo observada a ocorrência de cinco práticas discursivas: narrativa, persuasiva, injuntiva, expositiva e lúdica. Além disso, foi verificado também se a matéria continha o predomínio de teor econômico ou político.

Das matérias selecionadas sete correspondiam a 2006, cinco a 2010 e cinco a 2014, sendo a maioria pertencente ao mês de setembro. Como já dito, inicialmente, a pesquisa avaliou também matérias do mês de agosto, porém dado aos critérios de relevância determinados o mês foi desconsiderado.

O ano de 2006 foi o período com mais publicações analisadas. Das sete averiguadas, quatro evidenciaram o predomínio do discurso político e três o econômico. Entre as práticas listadas, a forma persuasiva obteve maior ocorrência como imperante nas matérias. Em quatro das sete publicações, a persuasão se estabeleceu como discurso mais incidente. Nas outras três foi notada a prática expositiva como dominante.

No período eleitoral posterior, em 2010, foram verificadas cinco publicações, sendo quatro referentes a setembro. Diferente de 2006, o ano mostrou a predominância do discurso econômico, com três matérias voltadas para o modo. A prática discursiva dominante no intervalo foi a expositiva, presente em três das cinco matérias. A persuasão foi observada de forma principal em duas matérias.

Em 2014 foram averiguadas também cinco matérias. Desse total, quatro evidenciaram o discurso político como dominante. A prática expositiva se manteve como a mais intensa nas publicações, atuando como prevalecente em três. As outras duas manifestaram a maior presença da prática persuasiva.

Com a análise dos resultados obtidos pode-se observar como os discursos colocados em dados estatísticos se alteram de acordo com os períodos eleitorais, confirmando

assim a hipótese de que mesmo dados de uma mesma fonte de pesquisa podem ser lidos de maneiras distintas em momentos diferentes.

O estudo se mostra relevante visto que no contexto atual a desinformação tem se fortalecido com a proliferação das Fakes News (notícias falsas). É importante estar atento e saber reconhecer a incidência de discursos no que é exposto, buscando olhar além do que é dito, avaliando também o não dito.

REFERÊNCIAS

- ACERVO FOLHA DE S. PAULO. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>
- ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. 2 ed. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2016.
- ALVES, Wedencley. **O Discurso da Notícia: O objetivismo jornalístico e seus efeitos**. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 2002.
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BARROS FILHO, C. de. **Ética na Comunicação – da informação ao receptor**. São Paulo: Moderna, 1995. 239p.
- BASILE, Sidnei. **Elementos de Jornalismo Econômico**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Negócio, 2002. BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. 17ª Edição. Rio Grande do Sul: Ed. Unijuí, 1997.
- BENTELE, Günter. **Objektivität und Glaubwürdigkeit: Medienrealität rekonstruiert. Herausgegeben und eingeleitet von Stefan Wehmeier, Howard Nothhaft und René Seidenglanz**. Wiesbaden: VS, 2008.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thommas. **The Social Construction of Reality**. Ut. Trad. Bras. **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis: Vozes, 1973.
- BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. 17ª Edição. Rio Grande do Sul: Ed. Unijuí, 1997.
- CALDAS, Suely. **Jornalismo Econômico**. 2ª Edição. São Paulo: Ed. Contexto, 2005
- JACOBINI, Maria Lucia de Paiva. **O Jornalismo Econômico e a Concepção de Mercado: uma análise de conteúdo dos cadernos de economia da Folha de S.Paulo e O Estado de S.Paulo**. São Paulo, 2008.
- KUCINSKI, Bernardo. **Jornalismo Econômico**. 3ª Edição. São Paulo: Ed. USP, 2000.
- MEDITSCH, Eduardo. **O jornalismo é uma forma de conhecimento**. Conferência feita nos cursos da Arrábida – Universidade de Verão. Santa Catarina: UFSC, 1997.
- QUINTÃO, Aylê Salassié Filgueiras. **O Jornalismo Econômico no Brasil depois de 1964**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Agir, 1987.
- ORLANDI, E.P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- ORLANDI, E.P. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.
- RIPPEL, Nathália; CAMPOS, Iara; ALVES, Wedencley. **A Gazeta de Notícias e a Revolta de Marinheiros: Capítulo de uma história de práticas e formas discursivas na imprensa**. VI Encontro Regional Sudeste de História da Mídia. Niterói, 2016.

ROSSI, C. **O que é jornalismo**. 9.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. 87p.

SCHÖNHAGEN, Philomen. **Unparteilichkeit im Journalismus: Tradition einer Qualitätsnorm**. Tübingen: Niemeyer, 1998.

SILVA, Rafael Souza. **Diagramação: o planejamento visual gráfico na comunicação impressa**. São Paulo: Summus, 1985.

SPONHOLZ, Liriam. **Objetividade em Jornalismo: uma perspectiva da teoria do conhecimento**. Revista Famecos. Porto Alegre, 2003.

TAVARES, Ailanda Ferreira; CORREA, Avani Maria Campo; OMENA, Adriana. **Jornalismo Econômico no Contexto Brasileiro**, 2015. Disponível: <http://www.portalintercom.org.br/anais/sudeste2015/resumos/R48-0123-1.pdf>. Acesso em 8 de novembro de 2018.